

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU EM HISTÓRIA,
PODER E PRÁTICAS SOCIAIS
NÍVEL: MESTRADO**

LUCAS EDUARDO GASPAR

**AS LUTAS DOS TRABALHADORES POR MORADIA EM FOZ DO IGUAÇU,
PARANÁ (1970-1990)**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2017**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU EM HISTÓRIA,
PODER E PRÁTICAS SOCIAIS
NÍVEL: MESTRADO**

LUCAS EDUARDO GASPAR

**AS LUTAS DOS TRABALHADORES POR MORADIA EM FOZ DO IGUAÇU,
PARANÁ (1970-1990)**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca de examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, História Poder e Práticas sociais, nível Mestrado, como exigência para a obtenção do título de Mestre em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon.

Orientador: Prof. Dr. Vagner José Moreira

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

G249L Gaspar, Lucas Eduardo
 As lutas dos trabalhadores por moradia em Foz do Iguaçu, Paraná (1970-1990). / Lucas Eduardo Gaspar.— Marechal Cândido Rondon, 2017.
 132 f.

 Orientador: Prof. Dr. Vagner José Moreira

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2017.
 Programa de Pós-Graduação em História

 1. Trabalhadores. I. Moreira, Vagner José. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 20.ed. 331.098162
CIP – NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Beijo – CRB 9ª/965



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



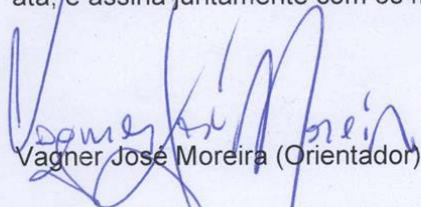
PARANÁ

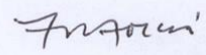
GOVERNO DO ESTADO

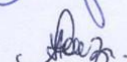
Programa de Pós-Graduação em História

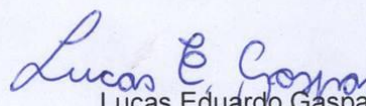
ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE LUCAS EDUARDO GASPAR, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 12 dia(s) do mês de maio de 2017 às 8h30min, no(a) UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Lucas Eduardo Gaspar, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Vagner José Moreira, Sergio Paulo Moraes, Aparecida Darc de Souza. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Vagner José Moreira, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "As lutas dos trabalhadores por moradia em Foz do Iguaçu, Paraná (1970-1990)". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Sergio Paulo Moraes, Aparecida Darc de Souza. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. O(A) CANDIDATO(A) FARÁ JUS AO TÍTULO DE MESTRE(A) EM HISTÓRIA APÓS CUMPRIR TODOS OS REQUISITOS DO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).


Vagner José Moreira (Orientador)


Sergio Paulo Moraes


Aparecida Darc de Souza


Lucas Eduardo Gaspar


Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E DOUTORADO - UNIOESTE

PARECER DESCRITIVO

Título da Dissertação: As lutas dos trabalhadores por moradia em Foz do Iguaçu, Paraná (1970-1990).

Nome do concluinte: **Lucas Eduardo Gaspar**

Integrantes da Banca: Prof. Dr. Vagner José Moreira (orientador) (UNIOESTE), Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes (UFU); Profª. Drª. Aparecida Darc de Souza (UNIOESTE)

Parecer:

A banca aprovou como aprovado e bem conceituado.

Marechal Cândido Rondon, 12 de maio de 2017.

Aos meus pais, Sérgio (in memoriam) e Marcia

*A rua nasce como o homem, do soluço, do
espasmo. Há suor humano na argamassa do seu
calçamento. Cada casa que se ergue é feita do
esforço exaustivo de muitos seres, e haveis de
ter visto pedreiros e canteiros, ao erguer as
pedras para as frontarias, cantarem cobertos de
suor, uma melopeia tão triste que pelo ar
parece um arquejante soluço.*

(João do Rio, A alma encantadora das ruas)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família e principalmente a minha mãe, por ter me acompanhado e me apoiado em todas as horas.

Agradeço ao meu orientador, professor e amigo Vagner, pela paciência e pelas preciosas lições que vem me dando ao longo destes anos.

Agradeço aos membros da banca de qualificação, Aparecida Souza, Sérgio Paulo e Rinaldo Varussa pelas importantes sugestões e correções deste texto.

Agradeço aos meus amigos Carol, Thauany, Rúbia, Eloisa, Alex, Sara, Sheille, Cida e Antônio, pela parceria e por estarem sempre presentes em todos os momentos de minha trajetória acadêmica e vida pessoal.

Agradeço especialmente aos trabalhadores da cidade de Foz do Iguaçu, são as experiências e lutas destes sujeitos que me movem na busca pelo entendimento do passado e do presente e na transformação do futuro.

RESUMO

Olhar para a cidade e perceber a importância das práticas sociais dos trabalhadores é um dos esforços principais deste trabalho. A década de 1970, 1980 e 1990 foram palco de transformações na cidade de Foz do Iguaçu, para além das transformações comumente reproduzidas pela história oficial (construção da Usina de Itaipu, avanço do comércio e turismo) este trabalho propõe a análise deste período sob outra perspectiva. Partindo essencialmente das trajetórias da classe trabalhadora do município foi possível investigar diversas práticas e conflitos no decorrer de três décadas em relação a moradia. Refletindo sobre as diferentes formas de luta por habitação realizadas pelos trabalhadores em Foz do Iguaçu podemos abordar questões mais profundas sobre como estes sujeitos atribuíram sentidos as suas práticas sociais, como suas práticas foram variadas e também como este tema permite vislumbrar de maneira mais geral a luta dos trabalhadores pela permanência e pela própria cidade. O recorte espacial selecionado foram as duas maiores regiões do município – Região do Porto Meira e Região do São Francisco –, que são áreas em que residem predominantemente trabalhadores e constituem-se como espaços de grades disputas ao decorrer da história de Foz do Iguaçu.

PALAVRAS-CHAVE: trabalhadores, moradia, cidade.

ABSTRACT

Look at a city and realize the importance of social practices of workers Is one of the main efforts of this work. The decade of the 1970s, 1980s and 1990s, Were the scene of transformations in the city of Foz do Iguaçu, in addition to the common transformations, reproduced by the official history (construction of the Itaipu Plant, advancement of trade and tourism), this work proposes an analysis of the period under another perspective. Departing essentially from the trajectories of the working class of the city It was possible to investigate various practices and conflicts, in the course of three decades in relation to housing. Reflecting on how different forms of housing struggles carried out by workers in Foz do Iguaçu, We can approach deeper questions about how these subjects attribute meanings as social practices, as their variable practices and also how this theme allows to glimpse in a more general way The workers' struggle for permanence and for the city itself. The selected spatial cutout has the largest areas of the city - the Porto Meira Region and the São Francisco Region - which are predominantly composed by workers areas and constitute disputes areas during the history of Foz do Iguaçu.

KEYWORDS: workers, housing, city.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA

Mapa 01: Planta do Município de Foz do em 1975	53
--	----

IMAGENS

Imagem 01: Zoneamento Urbano de Foz do Iguaçu	18
Imagem 02: Charge do jornal sobre os programas habitacionais, 198	43
Imagem 03: Casas em regiões alagadas, 1981.....	57
Imagem 04: Família de Trabalhadores recém chegada em Foz do Iguaçu, 1981	57
Imagem 05: Retrato de Felícia Azevedo e seus filhos, 1981	61
Imagem 06: Retrato de Maria Cavalcanti, 2014	65
Imagem 07: Jardim Tropical, 1981	77
Imagem 08: Capa da reportagem “FAVELA” do Jornal Nosso Tempo, 1981	83
Imagem 09: Barraco à venda na Favela, 1981	85
Imagem 10: Manoel, barbeiro e morador da região do São Francisco, 1983	98
Imagem 11: Retrato da família Silvio Lopes, “criança símbolo de 1979”, 1984	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CEASA – Centro Estadual de Abastecimento S/A

CETREMI – Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante

COBAL – Companhia Brasileira de Alimentação

DRM – Divisão Regional Metropolitana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

PDS – Partido Social Democrático

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PROFILURB – Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados

SERVIM – Serviço de Valorização e Integração do Menor

UNICON – União de Construtoras Ltda.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - A CLASSE TRABALHADORA NA CIDADE: AUMENTO POPULACIONAL E DESLOCAMENTOS EM FOZ DO IGUAÇU	29
1.1 As transformações urbanas sob a ótica dos trabalhadores das regiões do São Francisco e Porto Meira	32
1.2 A cidade e os “de fora”: o deslocamento de trabalhadores para Foz do Iguaçu...	46
CAPÍTULO II - “DAÍ NÓS FIZEMOS UM ROLO”: OS BRIQUES COMO PRÁTICA DE LUTA POR MORADIA EM FOZ DO IGUAÇU (1970-1980)	60
2.1 O negociar para morar: os briqueiros como prática de luta	66
CAPÍTULO III - “EU VIM PRA CÁ, CHEGUEI AQUI E ARRUMEI A LONINHA”: AS OCUPAÇÕES URBANAS E DISPUTAS PELA CIDADE EM FOZ DO IGUAÇU (1980-1990)	90
3.1 O desemprego e a questão da moradia em Foz do Iguaçu	95
3.2 Entre o residir e o resistir: as ocupações urbanas e despejos em Foz do Iguaçu	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
FONTES	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

APRESENTAÇÃO

Valdir e Alceu foram dois trabalhadores que saíram de suas cidades no Paraná na década de 1970 rumo à Foz do Iguaçu, junto de suas esposas, filhos pequenos e cheios de expectativas com uma possível mudança de vida que a obra de uma grande usina poderia proporcionar. Habitados com a vida no campo ao chegarem à cidade sentiram-se deslocados, conhecendo pouco o novo território. Apenas uma coisa passava por suas cabeças: deveriam se dirigir o mais rápido possível à Itaipu Binacional. Lá poderiam conseguir trabalho e se estabelecer na cidade. Os dois sujeitos foram contratados pelo grupo de empreiteiras responsável pela construção da barragem, a UNICON (União de Construtoras Ltda.). Valdir entrou como mestre de obras e Alceu como motorista. Após alguns anos de trabalho, foram contratados pela própria Itaipu Binacional e continuaram exercendo as mesmas funções.

Alceu teve trajetória longa dentro da empresa, permanecendo como funcionário da usina até sua aposentadoria. Assim que chegou na cidade, morou na Vila C, bairro construído para acomodar os “barrageiros”, funcionários da UNICON. Com a sua recontração pode morar na Vila A, bairro destinado aos funcionários da Itaipu Binacional, em uma casa próxima ao hospital do bairro, pois naquele momento sua função passaria ser de motorista da ambulância do Hospital Costa Cavalcanti, construído e gerido, no período, pela Itaipu Binacional. Alceu pode comprar a casa em que morava após a usina liberar a venda e pagamento parcelado dos imóveis. No ano de 2010, com os recursos guardados de sua aposentadoria pode realizar uma reforma em sua casa ampliando-a. Alceu mora até hoje neste local com sua esposa, filha, genro e neto pequeno em uma vida relativamente confortável.

Valdir possuiu trajetória diferente, como mestre de obras ficou responsável por supervisionar a construção de estradas e pontes na região Oeste do Paraná pela Itaipu. Após o término das obras a Itaipu Binacional passou a oferecer uma série de negociações para que os seus funcionários deixassem o emprego, diminuindo o número de trabalhadores contratados e os custos com a mão de obra. Atraído pela quantia e pela expectativa de construir sua casa própria e montar o seu próprio negócio na área da construção civil, Valdir aceitou a proposta da empresa, deixando seu trabalho e a casa que residia na Vila A. Valdir, dirigiu-se com sua família para a região do São Francisco, por saber que aquela região estava em constante crescimento e abrigava boa parte dos

trabalhadores e ex-trabalhadores da barragem. A empresa na área da construção civil que Valdir pretendia criar não deu certo, o sócio do negócio acabou por roubar o dinheiro investido, restando a Valdir apenas a casa que havia construído e a busca novamente por trabalho como mestre de obras. Ele e sua família não se adaptaram ao bairro e decidiram se mudar para outra região da cidade.

Adquiriram um terreno e construíram uma casa nas proximidades da rodoviária de Foz do Iguaçu. Recentemente Valdir também realizou mudanças em sua casa, mas ao contrário de Alceu, acabou por diminuí-la, dividindo sua casa em duas, para que pudesse morar com sua esposa em uma parte e alugar a outra, tendo assim uma fonte de renda complementar.

As experiências sociais de Valdir e Alceu são importantes para a escrita da presente pesquisa por diversos motivos. O primeiro deles é que se trata de uma história muito próxima a minha, pois estes dois sujeitos são meus avôs. Além disto, suas trajetórias não foram vivenciadas de maneira isolada. Estas experiências foram compartilhadas por uma série de trabalhadores que se mudaram para a cidade de Foz do Iguaçu na década de 1970. Trabalhadores que conseguiram emprego na construção da usina e outros que não conseguiram, sujeitos que se estabeleceram nas Vilas A, B e C¹ e os outros que, por não estarem empregados na barragem ou terem sido demitidos posteriormente, tiveram que recorrer a outras regiões para que conseguissem manter a sua vida e de sua família. São estes trabalhadores os sujeitos priorizados desta pesquisa. As suas práticas sociais em Foz do Iguaçu, os lugares que ocuparam, as profissões que exerceram, as moradias que conquistaram, os serviços públicos que lutaram, bem como os sentidos atribuídos a estes processos, é que compõe o campo de estudo desta dissertação.

Na visão dos grupos dominantes e do discurso competente sobre o crescimento urbano e demográfico de Foz do Iguaçu ocorrido entre as décadas de 1970-1990, observamos que os setores populares que formaram este processo ganham destaque

¹ Estas vilas foram obras da Usina de Itaipu que serviram para acomodar seus trabalhadores separados por categorias e regiões. A vila A constituía-se em um bairro criado para abrigar os funcionários contratados diretamente pela Usina de Itaipu, a vila B por sua vez tinha um padrão bastante alto e foi feita construída para que funcionários de cargos altos, como engenheiros e diretores, pudessem residir. Já a vila C era a mais próxima da barragem e abrigava os trabalhadores que atuavam em sua construção, os chamados “peões” e “barrageiros”. Especificamente sobre esta última vila e sujeitos alguns algumas produções acadêmicas foram redigidas. Cf. MANARIN, O. **Peões da barragem**. Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991. 157p. Dissertação (Mestrado em História) Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2008. JESUS, R. P. **De “Vila Operária” a bairro dos trabalhadores**: processo de constituição do bairro Vila “C” – 1977 a 2008. 138p. Dissertação (Mestrado em História) Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2009.

apenas nas estatísticas. De modo recorrente são apresentados como um problema social, em razão do crescimento demográfico desproporcional ao que ocorria nos períodos anteriores e que foi responsável por diversas mazelas urbanas. A partir desta constatação, uma primeira questão pode ser lançada: Esta população pobre pode ter sua história reduzida a condição de problema social?

O apontamento de uma resposta a esta questão não pode passar somente pela observação e análise “de cima” da história da cidade, por isto o esforço desta pesquisa concentra-se em contar “outra história”, que tem os trabalhadores e suas experiências como protagonistas e objeto de estudo, outra história que não servirá para ser disposta ao lado, ou como complemento de uma história oficial, mas sim em sua oposição.²

A proposta é de uma pesquisa e trabalho engajado. Em que o pesquisador tem a responsabilidade não de relatar a história ou alinhar a atuação dos trabalhadores ao longo do processo histórico de aumento populacional e transformações da cidade, devemos superar isto. Trata-se da inserção em um campo de disputas, de uma história e memória que fazem sentido e são utilizadas no presente.

É nesta situação que o engajamento político pode servir para contrabalançar a tendência crescente de olhar para dentro, em casos extremos, o escolasticismo, a tendência a desenvolver engenhosidade intelectual por ela mesma, o autoisolamento da academia.³

Um trabalho engajado extrapola os muros da academia e serve também como uma arma social para as classes que estão em constante luta. Além disto, ao propor um trabalho engajado assumimos também nosso posicionamento nesta luta. Aqui o compromisso é com os trabalhadores, mas não em uma tentativa de “exaltar” suas ações ou vitimizar estes sujeitos, mas no esforço de construir uma reflexão histórica que não apague e nem silencie suas experiências e que também possa demonstrar suas contradições e complexidade. O ato de recorrer ao passado ganha importância aqui para o entendimento e atuação no presente.

Constatada a impossibilidade de identificarmos e analisarmos todas as experiências dos trabalhadores dentro da cidade neste período, fez-se necessário a realização de alguns recortes. Alguns aspectos relacionados à luta por moradia foram

²ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A; MACIEL, L. A. **Outras histórias**: memórias e linguagens. 1. ed. São Paulo: Olho D'Água, 2006.

³HOBSBAWM, E. J. Engajamento. In:_____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p.152.

pesquisados em momentos anteriores de minha trajetória de pesquisa⁴, esta questão e a sua historicidade continuaram sendo um ponto de inflexão e problemática de pesquisa, por isso, as reflexões deste trabalho serão apresentadas em torno da elucidação uma pergunta: Como a questão da moradia informa os sentidos e a atuação dos trabalhadores na construção de territórios em Foz do Iguaçu? Esta pergunta se apresenta como a problemática principal desta pesquisa, mas que não se esgota em si própria, a partir dela é possível formular uma série de outros questionamentos como, por exemplo: Quais os sentidos construídos pelos trabalhadores para a moradia no decorrer das décadas de 1970 a 1990? Ocorrem alterações nos significados construídos pelos trabalhadores sobre as suas práticas sociais? Quais os significados atribuídos pelos trabalhadores em comprar parcelado ou financiado um terreno ou casa? Quais os significados de comprar um terreno ou casa em loteamentos considerados “clandestinos”? Quais os significados de ocupar uma área para a moradia própria? Quais os significados de participar de um movimento social de luta por moradia?

Todas estas questões têm como o foco o estudo da presença e das articulações dos trabalhadores na cidade. Pretendendo distanciar-se de enquadramentos sociais e teóricos que fixam o lugar e as práticas dos trabalhadores como sendo apenas “resposta” a outros eventos considerados “maiores” ou “mais abrangentes”, que de certa maneira determina e delimita sua vida, trabalho e práticas sociais. Ao decorrer desta dissertação muitas destas questões aparecerão novamente e também algumas novas serão formuladas, são estas questões que apontarão os caminhos e preocupações da pesquisa.

Muitas pesquisas tratam da questão da moradia e das lutas dos trabalhadores por habitação, provenientes de diversas áreas, que se interessam por este problema e seus desdobramentos. Na historiografia algumas obras sobre a temática contribuíram para a construção desta pesquisa, como é o caso das produções de Antônio Bosi, Rosângela Petuba e Sergio Paulo Moraes.⁵ Muitas obras de outras áreas do conhecimento também foram importantes para a construção desta dissertação, como é o caso das produções

⁴ Desde o início do ano de 2013, ao conhecer a ocupação do Bupas em Foz do Iguaçu e, posteriormente, ao iniciar um projeto de pesquisa sobre esta ocupação e a luta de seus moradores que tenho interesse e me dedico à esta temática.

⁵BOSI, Antônio de Pádua. **Reforma urbana e luta de classes**: Uberabinha (1888 a 1922). São Paulo: Xamã, 2004. PETUBA, Rosângela Maria Silva. **Pelo direito à cidade**: experiências de luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir- Uberlândia (1990-2000). Ano de obtenção: 2001. Dissertação (Mestrado em História) Uberlândia: UFU, 2001. MORAIS, S. P. **Empobrecimento e “inclusão social”**: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia – MG (1980-2004). Tese (doutorado em História) São Paulo: PUC. 2007.

sobre cidade a partir dos geógrafos David Harvey e Milton Santos⁶, das arquitetas e urbanistas Ermínia Maricato e Raquel Rolnik,⁷ ou da socióloga Vera Telles.⁸ Porém, foram as formulações de Friedrich Engels, feitas ainda no século XIX, que fundamentaram nosso olhar e reflexão sobre os trabalhadores, a cidade e a questão da moradia.

Como questão da moradia pretendemos refletir não somente no que se refere a casa própria ou loteamentos urbanos. O ponto de análise se aproxima das preocupações que Friedrich Engels formulou no século XIX, em que considerava os problemas de acesso a moradia como sendo intrínsecos do sistema capitalista, tornando-se também uma expressão da luta de classes dentro do espaço urbano, perpassando questões como as transformações no campo, a precarização do trabalho, os interesses econômicos, políticos e sociais das classes dominantes e trabalhadora em determinados espaços e, principalmente, como a questão da moradia é utilizada tanto como elemento de dominação e opressão como também de enfrentamento e resistência.⁹

Para melhor desenvolver esta pesquisa foi necessário a realização de alguns recortes temporais e espaciais. O recorte temporal escolhido para esta pesquisa relaciona-se com o aumento exponencial do número de trabalhadores em Foz do Iguaçu na década de 1970, marcado principalmente pela obra da Itaipu Binacional, até o final da década de 1980 e início de 1990, em que a obra é finalizada e o contingente de trabalhadores que vêm para a cidade se estabiliza. Durante estas três décadas que o espaço urbano da cidade de Foz do Iguaçu modificou-se de forma acelerada, principalmente nas regiões periféricas.

Além disto, foi neste período que pudemos perceber e analisar algumas mudanças nas práticas de acesso e luta por moradia na cidade. A década de 1970 surge então como referência não só pela construção da Usina de Itaipu, mas também como sendo o período onde estas práticas tem início. Já na década de 1990 as transformações conjunturais do município, bem como as mudanças e recorrências das práticas de luta por habitação foram os elementos que influenciaram na análise deste período.

⁶Cf. Harvey, D. **Ciudades rebeldes: del derecho de la ciudad a la revolución urbana**. Madrid, Espanha: Gráfica Varona, 2014. SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

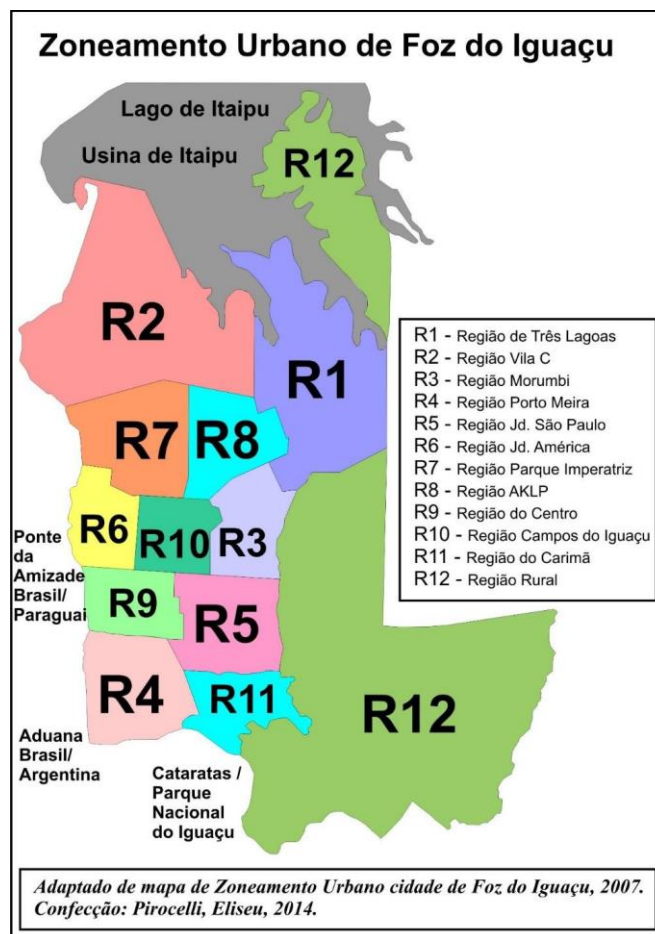
⁷MARICATO, E. **Habitação e cidade**. 7. ed. São Paulo: Atual, 1997. ROLNIK, R. **A Cidade e a lei - legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1997.

⁸TELLES, V. S. **A Cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

⁹ Tais apontamentos podem ser encontrados de forma mais aprofundada em duas obras de Engels: ENGELS, F. **A Questão da habitação**. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora, 1979. ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

Pretendendo dialogar com as experiências dos trabalhadores que vivem nas duas maiores regiões do município, a região do São Francisco¹⁰ e do Porto Meira, que juntas somam 29,6% da população da cidade¹¹, com mais de 82 mil habitantes. O que cabe enfatizar aqui é que a partir da construção da Itaipu Binacional estas áreas se expandiram e tomaram proporções importantes no município a partir das mãos dos trabalhadores da cidade. Este evento caracteriza-se como uma luta destes sujeitos dentro do espaço urbano, de constante movimentação e apropriações, seja, tanto do solo como de sentidos para suas práticas sociais. A vida e permanência na cidade é marcada por uma série de disputas, avanços e perdas dos trabalhadores.

Imagem 01: Zoneamento Urbano de Foz do Iguaçu



¹⁰ Nos documentos da prefeitura esta região é nomeada como “Região do São Francisco”. Por vezes, principalmente nas entrevistas realizadas a região também foi tratada como “Morumbi”, por ser a designação dada pela maioria da população à região devido aos Bairros Morumbi I, II, III e IV que constituem a maior parte da região, utilizando assim de forma reduzida o termo “São Francisco”.

¹¹ Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Perfil da População de Foz do Iguaçu (2003), Em Função das Regiões e Quantitativo Populacional. 2003. Tais dados tratam-se da sistematização mais recente feita pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu sobre a composição dos bairros e regiões da cidade.

Fonte: RIBEIRO, D. G. 2015.¹²

A seleção destas duas regiões se apresentam como ponto de partida para um olhar ampliado sobre a cidade. Esta seleção ocorreu por uma série de motivos, o primeiro deles relaciona-se com a proporção que estas regiões assumem dentro do município, que juntas somam 57 bairros¹³, que possuem formações distintas, sendo que diversos são frutos de loteamentos, outros de ocupações, alguns que viraram “favelas”¹⁴ e ainda diversos bairros de programas habitacionais. Outra inquietação que contribuiu para a seleção destas regiões está diretamente relacionada com a composição social destas áreas, em que são formadas quase em sua totalidade por trabalhadores, de trajetórias diversificadas, mas que encontraram em regiões periféricas de Foz do Iguaçu a possibilidade de se estabelecerem.

Alguns motivos pessoais também influenciaram na escolha destas duas regiões como ponto de partida para a análise histórica da cidade, por já ter residido na região do São Francisco, especificamente no bairro Morumbi I, diversos são os sujeitos conhecidos, amigos e familiares que residem na mesma região, além disto, as lembranças da composição social e física da área marcaram a sua escolha. As casas simples, a predominância de ruas sem asfalto e também a população mais antiga foram as recordações que influenciaram o interesse pela história da região do São Francisco. Com a região do Porto Meira possui um contato mais recente, ao pesquisar nos anos de 2013 e 2014 a “Ocupação do Bupas”, que foi uma das maiores ocupações urbanas do estado do Paraná. Tive um contato maior com diversos moradores não só da ocupação como da região do Porto Meira, ao transitar pelos bairros que rodeavam a ocupação pude perceber algumas diferenças entre eles, alguns de casas padronizadas, próximas e muito pequenas, já outros com um aspecto envelhecido, onde eram perceptíveis as mudanças feitas ao longo do tempo, de forma lenta. Formada por uma quase extinta área

¹² RIBEIRO, D. G. **Metamorfoses na cidade:** tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu. 266p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Toledo: UNIOESTE, 2015.

¹³ Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Perfil da População de Foz do Iguaçu (2003), Em Função das Regiões e Quantitativo Populacional. 2003.

¹⁴ Os debates à respeito do uso do termo “favela” são diversos dentro da academia brasileira, já na década de 1960 até a nossa atualidade muitas discussões foram feitas, ampliadas ou refutadas, elas vão desde a teorias que associam as favelas ao conceito de “teoria da marginalidade social” ou uma espécie de “cultura da pobreza” até os debates mais recentes que ainda discutem tal conceito e sua diversidade, apresentando assim categorias como as “favelas urbanizadas, hiperperiferias, comunidade, favela de periferia”. Cf. ROSA, T. T. Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. 33º Encontro Anual da ANPOCS (Anais), Caxambu-MG. 2009. Nesta pesquisa a utilização do termo favela aparece como a demonstração de um movimento histórico diretamente ligado aos modos de apropriação do espaço urbano e disputas vivenciadas pelos diversos sujeitos e classes sociais.

rural, a região atualmente comporta experiências expressivas da classe trabalhadora dentro da cidade.

Em um primeiro momento estas duas regiões selecionadas para a pesquisa possuem grandes diferenças, tanto em sua formação quanto em sua composição. O Porto Meira tem uma história longa dentro da cidade e sua existência precede a construção da Itaipu Binacional. Trata-se de uma região que conta com muitos moradores antigos e que oferece uma perspectiva do processo de transformação urbana vivido por moradores que participaram da mudança do cenário rural para o cenário urbano.

A região do São Francisco é mais recente e tem relação direta com a construção da Itaipu Binacional. Por meio de um loteamento ainda da década de 1970, criado por sujeitos que possuíam terras no local, esta região tornou-se referência aos recém-chegados na cidade, bem como para os trabalhadores e ex-trabalhadores da Itaipu Binacional, que no início de sua formação habitavam em maioria o local.

Estas diferenças entre as regiões não são avaliadas como um problema que atrapalhe a construção histórica. A escolha de duas regiões distantes e com histórias bastante distintas aparecem justamente para que, com a investigação da pesquisa, possamos refletir de forma abrangente acerca da experiência dos trabalhadores de Foz do Iguaçu na formação de seu território, que, como vimos, é bastante diversificado e complexo. As preocupações desta pesquisa passam menos por uma história dos bairros e mais pela história dos trabalhadores na constituição do município.

O tema sobre as transformações da cidade de Foz do Iguaçu têm um campo diversificado de produções bibliográficas – acadêmicas, memorialísticas e oficiais – que se preocupam e tratam desta história.¹⁵ Tais produções compõem um campo de constante disputa e interesses que variam desde as pressões de imposição de uma

¹⁵ Dentre as produções acadêmicas destacamos as seguintes obras: SOUZA, A. D. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu**: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). 218f. Tese (Doutorado em História Econômica) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. GONZALES, E. **Memórias que narram a cidade: experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu**. Ano de obtenção: 2005. Dissertação (Mestrado em História) São Paulo: PUC, 2005. CATTA, Luiz Eduardo. **A Face da desordem: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira**. (1964-1992) - São Paulo: Blucher acadêmico, 2009. CARDIN, E. G. **A expansão do capital e as dinâmicas da fronteira**. Tese de doutorado, Araraquara, São Paulo 2010. Entre as obras memorialísticas encontramos: LIMA, P. **Foz do Iguaçu e a sua história**. Serzegraf: Foz do Iguaçu. 2001. LIMA, P. **Foz do Iguaçu no contexto da história**. Foz do Iguaçu, PR: Ed. Do Autor, 2010. BRITO, José Maria de. **Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da colônia militar**. Tezza Editores. Foz do Iguaçu – PR. 2005. SCHIMMELPFENG, Otília. **Retrospectos iguaçuenses: narrativas históricas de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu :Tezza, 1990. Já a história oficial da cidade pode ser encontrada quando recorremos as produções da Prefeitura Municipal e da Itaipu Binacional.

conformidade social e homogeneização de um passado conflituoso, realizada principalmente pelas classes dominantes e pelos memorialistas, até uma “história problema” que se esforça em desconstruir estas formulações e tenta destacar a importância do papel de sujeitos que comumente foram ocultados. As produções vinculadas a academia se esforçam neste sentido. Não nos deteremos aqui ao debate específico de cada uma destas obras, principalmente porque todas elas foram discutidas e revisadas em trabalhos acadêmicos como o de Aparecida Souza, Emílio Gonzáles e Danilo Georges Ribeiro¹⁶.

Além deste campo de debates sobre a história de Foz do Iguaçu, algumas questões teóricas influenciaram na produção desta pesquisa. Ao tratar de sujeitos históricos considero importante analisarmos suas experiências, não só a partir de recortes como o político ou econômico, numa concepção que acaba por limitar estas práticas, afirmando se determinados sujeitos, suas lutas e formas de organização eram “politizadas” ou não, ou então enquadrando estes sujeitos em estruturas econômicas que determinam suas ações. A análise e entendimento das experiências dos sujeitos históricos passa também pelo entendimento do modo como eles vivem, trabalham, se relacionam entre si, de como criam sentidos e imagens para seu presente e passado, bem como constituem “culturas de classe”¹⁷.

Um autor que discute a complexidade do conceito de cultura é Edward Palmer Thompson, que também relaciona este conceito aos modos de vida e de luta dos sujeitos, ou seja, toda uma forma de agir, pensar e conceituar os lugares que ocupam e a sociedade onde vivem. Todos possuem uma cultura, que por vezes podem ser distintas, contraditórias e conflitantes. As culturas de classe são justamente estes modos de vida disseminados entre um grupo social, sendo assim as experiências que identificam uma classe, que constroem sua identidade enquanto classe e o distingue em relação a outros grupos.¹⁸ As culturas da classe trabalhadora, neste sentido, devem ser compreendidas como algo autêntico deste grupo e que, assim como a própria classe, é constituída historicamente. Por isso, a cultura da classe trabalhadora é algo que serve para o

¹⁶ Op. Cit.

¹⁷ O emprego do termo no plural aparece aqui com as mesmas intenções de Claudio Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes, que na obra *Culturas de classe* ao utilizar tal termo buscam apresentar “[...] o processo de reelaboração de experiências que assumem forma de uma identidade de classe, assim como destacar a pluralidade das suas manifestações.” BATALHA, C. M; SILVA, F. T; FORTES, A. (orgs.) **Culturas de classe**. Campinas, Unicamp, 2004. p.12

¹⁸ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?”. In: _____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Crítica, 1979.

entendimento mais amplo de sua dinâmica e transformação, bem como forjam suas experiências, memórias e lutas.

Deve-se destacar que durante toda esta dissertação poucas vezes será utilizado o termo “classe” para caracterizar o grupo de trabalhadores de Foz do Iguaçu. Pois, apesar destes sujeitos compartilharem de diversas experiências, modos de vida e de luta, a composição diversificada de sujeitos, bem como as diversas práticas realizadas apontam para a visualização de uma classe em formação, que foi lentamente se constituindo historicamente. Apesar disto interesses estavam pautados e lutas foram feitas por esses sujeitos sob os quais trataremos neste trabalho.

Thompson¹⁹ também contribui para que possamos aprofundar as discussões em relação a um conceito importante dentro de uma perspectiva de História Social do Trabalho. O termo experiência, segundo o autor, está sempre em movimento e a cada momento vai sendo modificada, de acordo com a vivência dos sujeitos, constituindo-se em um processo ativo da humanidade. Trata-se de uma resposta mental a um acontecimento social ou estrutura, ou seja, a experiência é sempre determinada por um evento, mas que no processo histórico pode se transformar.

Experiência é a relação entre o ser e a consciência, sempre determinada pela sua situação presente, assim a consciência compõe as experiências compartilhadas por um grupo social, que partilha de valores e identidades e constrói uma consciência, também historicamente. Estas formulações são importantes, pois são as experiências dos trabalhadores e os seus sentidos que compõem grande parte de nossas preocupações. Nisto, diversas outras questões se apresentam como pontos de inflexão, como é o caso da relação dos trabalhadores com os demais grupos e classes sociais, as pressões e limites sociais em conjunto com suas práticas sociais e pensamentos.

Ao pensar em cidades, diversos elementos e características vem de imediato a nossa cabeça, casas, construções, prédios, ruas, comércio e pessoas, são exemplos de imagens recorrentes. Além disto, realizando uma reflexão mais aprofundada podemos perceber outras questões que permeiam as tramas da cidade, mas que não são tão visíveis ou por vezes passam despercebidos como, por exemplo, as relações de poder e a luta de classes neste ambiente. Esta relação entre cidade, relações de poder e luta de classes só é possível de ser realizada quando pensamos na cidade como um campo de disputas, em que estão inseridos e convivendo em conjunto diversos sujeitos que

¹⁹ THOMPSON, E. P. Intervalo: A lógica Histórica. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

pertencem à grupos sociais diferentes, e que além disto possuem interesses diversos e por vezes conflitantes.

Para que possamos realizar estes tipos de análises devemos recorrer às evidências. Antes de tecer alguns comentários sobre os diferentes tipos de evidências utilizadas no trabalho bem como suas características, cabe atentar para o papel que estes materiais exercem na construção do conhecimento histórico. Segundo Thompson, neste processo “o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas.”²⁰. Ao afirmar isto, Thompson ressalta que não iremos apenas retirar de nossas evidências informações que julgemos importantes ou necessárias, estas evidências devem ser “interrogadas”, ou seja, devemos extrair delas aspectos que consideramos que sejam relevantes para a compreensão do passado, esta “interrogação” e “extração” pode ser feita através das perguntas do pesquisador sob seu material e do conhecimento de suas propriedades específicas.

De modo geral foram utilizados quatro tipos de fontes para a construção desta pesquisa: Algumas fotografias de Foz do Iguaçu, documentos oficiais da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outra categoria de fonte utilizada foram as edições do jornal *Nosso Tempo* e, principalmente, as entrevistas produzidas com trabalhadores da cidade. O trabalho com estes materiais deve ser realizado de forma dialética, são estes documentos que permitem acessar uma realidade passada e construir um conhecimento que apesar parcial é verdadeiro. São estas fontes que também podem contribuir para a reelaboração de parte dos pressupostos teóricos que orientam o pesquisador. Apesar de o pesquisador possuir papel importante nesta construção, cabendo a ele questionar e pôr a prova tais materiais, Hobsbawm ressalta uma questão que não pode ser deixada de lado, a “supremacia das evidências”, que aparece como o fundamento da disciplina da História e que apesar da subjetividade inerente não pode deixar de lado os procedimentos próprios com as fontes históricas. Sendo assim: “Se a história é uma arte imaginativa, é uma arte que não inventa, mas organiza *objetstrouvés*. ”²¹

As fotografias utilizadas no trabalho provêm de diversas instituições, algumas formam o acervo da Prefeitura Municipal de fotografias históricas da cidade, outras são fotografias de jornalistas, como é o caso de Joel Petroski, que retrata parte do comércio

²⁰Ibidem. p. 49.

²¹ HOBBSAWM, E. J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 289.

do Brasil com a Argentina e também algumas fotografias vinculadas ao jornal *Nosso Tempo*, que devido a sua postura crítica ao governo ditatorial capturou diversas imagens da situação dos trabalhadores e da estrutura urbana de Foz do Iguaçu ao longo da década de 1980. A análise das fotografias não fazia parte do projeto inicial desta pesquisa, foi com o início da escrita de algumas reflexões sobre o tema que sentimos necessidade em analisar também estes materiais que encontramos, pois avaliamos que a partir destas imagens é possível acessar parte da realidade vivida no período.

Cada fotografia pode então contar uma ou mais histórias, e para analisá-las não devemos deixar de lado diversos outros elementos que a cercam e a compõem, como, por exemplo, as expectativas e objetivos dos fotógrafos e as instituições, grupos ou sujeitos que vincularam e publicaram esta fotografia. “Nesse enquadramento, analisar uma foto e esperar dela uma história, ou mais de uma, implica lidar e examinar uma narrativa ou mais de uma.”²² Devemos lembrar também que a fotografia não expressa somente o sentimento de quem fotografa, mas também de quem faz parte da imagem. Em alguns casos, dependendo da apropriação que determinadas imagens adquirem elas invertem a relação do contexto, em que não mais ele informa sobre a imagem, mas, nestes casos, a imagem acaba por informar sobre o contexto em que foi produzida.

A Câmara Municipal de Vereadores foi outra instituição, vinculada ao poder público, que recorremos na pesquisa por evidências. Ao ter acesso as atas das reuniões de vereadores de 1974 a 1990 e também a possibilidade de digitalização dos trechos que nos interessassem, pudemos ampliar nosso leque de fontes oficiais para a pesquisa, que foi completado por alguns dados do IBGE e IPARDES sobre o período.

Como bem sabemos todas as evidências apresentam apenas parte da história, com as fontes oficiais não é diferente, elas estão diretamente relacionadas a um grupo específico de sujeitos que atuou no passado, foram sujeitos vinculados as classes dominantes e ao poder público que as produziram. É justamente por isso que devemos ter cuidado e atenção ao utilizar este tipo de material na construção histórica, eles revelam parte da história oficial da cidade que está diretamente ligada aos processos de ocultação e silenciamento de diversos sujeitos históricos²³. Apesar disto em uma análise

²²BOSI, A. P. História e narrativa fotográfica: o caso de -Migrant Mother-, de Dorothea Lange. **História da Historiografia**, v. 1, p. 159-173, 2016.p. 2.

²³Jean Chesneaux realiza relevantes considerações sobre o processo de controle e ocultação de determinada parte de um passado. Segundo o autor : “a ocultação é um dos procedimentos mais comuns nesse dispositivo de controle do passado pelo poder. O passado é um estorvo do qual é preciso se livrar.” Cf. CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** Sobre história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995. p. 32

mais aprofundada destas evidências encontramos outros elementos interessantes, como, por exemplo, as disputas pelo poder dentro da própria classe dominante e como esta classe estava dividida no período analisado.

A partir de dezembro de 1980 o jornal *Nosso Tempo* passou a circular semanalmente na cidade de Foz do Iguaçu. Desde 1964 o Brasil vivenciava um período ditatorial, no ano de 1980 o presidente da República era o general João Figueiredo, e os coronéis Ney Braga e Clovis Cunha Vianna ocupavam os cargos de governador do Paraná e prefeito de Foz do Iguaçu, respectivamente. É neste contexto, e sobre ele que o jornal *Nosso Tempo* é criado e atua. Aluísio Palmar, João Adelino de Souza e Juvêncio Mazzarollo foram os idealizadores e criadores deste periódico. De trajetórias diversificadas estes sujeitos militaram contra o regime ditatorial brasileiro.

A ideia de criação de um jornal contestador, que denunciaria problemas da cidade de Foz do Iguaçu serviu como atrativo para os investimentos no jornal, os investidores viram nesta proposta a chance de uma maior atuação política dentro do município. A formação da editora *Nosso Tempo* foi um exemplo claro deste movimento, pois serviu como captação formal de investimentos para o jornal e teve sua primeira composição feita por empresários e políticos filiados ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e PDS (Partido Social Democrático).

Para este trabalho utilizamos desde a sua primeira edição até a última edição do ano de 1989, por dois motivos, o primeiro relacionado ao acesso deste material, pois está digitalizado e disponível na internet²⁴ somente até o final de 1989 e o segundo motivo é pela mudança de postura do jornal a partir de 1990, assumida pelos próprios editores.

Apesar destes cuidados e limitações da evidência, creio que ela seja de extrema importância para a pesquisa, uma série de outros elementos podem ser problematizados com um olhar histórico sobre o jornal *Nosso Tempo*, ao considerá-lo como um meio de comunicação, carregado de intenções e com um pensamento político muito bem delimitado, debates importantes que permeavam o município na década de 1980 podem ser discutidos. Distanciando-se de uma análise que caracteriza a imprensa como testemunho do passado, ou fonte de informação sobre um período, as possibilidades de pesquisa com este tipo de evidência não devem se limitar a estas caracterizações, pois contribuem pouco para o conhecimento histórico de qualquer período, além do que

²⁴As edições podem ser acessadas pelo site: <http://www.nossotempodigital.com.br/>. Visto em 18/03/2016.

negligenciam a intencionalidade e atividade da imprensa também como uma força social.²⁵

Todas estas evidências tratadas até aqui compõem e constroem determinadas memórias. Para compor este campo da memória como sendo marcado por constantes disputas, devemos agora analisar quais são as memórias que se opõe a estas anteriormente vistas e que compõe esse campo de batalha, para isto recorreremos principalmente as memórias dos trabalhadores, pois se caracterizam como um grupo que constantemente foi ocultado da história oficial, que por esse motivo e também por suas experiências de luta servem como base para a contestação de determinadas memórias e reafirmação de outras. Uma das diversas formas de analisar estas outras memórias é através da fonte oral, pois esta recorre justamente as experiências vividas e sentidos criados pelos sujeitos entrevistados.

Neste sentido, as formulações de Alessandro Portelli são de grande importância para esta reflexão. Portelli afirma que assim como qualquer fonte, a fonte oral é tanto subjetiva quanto objetiva. E que essa fonte é resultado de uma relação mutua em um projeto compartilhado entre entrevistador e entrevistado. Sendo seu conteúdo independente das necessidades e hipóteses do pesquisador, mas, de alguma forma, sendo delimitados, os temas e as questões por ele. Sendo assim, a comunicação e o resultado final da entrevista são produtos de ambos, o narrador e o entrevistado.²⁶

Estes produtos advindos das narrativas não se constituem como fatos em si mesmo, estes devem ser considerados como um de texto, neste sentido é que esta evidência se aproxima das demais, contando com sua carga de subjetividade, o que interessa é a análise aprofundada não somente do seu conteúdo, mas dos sentidos que estão sendo expressados nestas fontes, bem como qual a relação das narrativas com o presente que é narrado. Percorrendo este caminho o essencial não é a atitude de verificar a “veracidade” da história nas narrativas, mas o de se questionar e problematizar quais os motivos que levaram o entrevistado a narrar de determinada forma e não de outra. Estes motivos não são informados ao acaso, eles são parte constituinte das experiências tanto passadas quanto presente dos entrevistados, por isto “o problema não é qual é a

²⁵ CRUZ. H. de F; PEIXOTO. M R.C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

²⁶ PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

relação entre a vida e história; mas, em vez disso, qual é o lugar da história dentro da vida.”²⁷

Nesta pesquisa recorreremos a utilização de 12 entrevistas e 14 entrevistados²⁸, destes entrevistados 7 deles residem na região do Porto Meira e os outro 7 na região do São Francisco. Cabe ressaltar que dentre os entrevistados residentes do Porto Meira, 3 das entrevistas foram feitas pela historiadora Aparecida Darc de Souza²⁹.

Quando escreveu sua tese³⁰ de doutorado Souza utilizou-se destas entrevistas para compor uma discussão visando alguns objetivos definidos, o de desconstruir uma memória hegemônica sobre a cidade de Foz do Iguaçu, memória essa que enfatiza o turismo, o comércio e a construção da barragem da Itaipu, os “benefícios” que estas instituições e sujeitos trouxeram para a cidade e que serve aos interesses dessa classe dominante. Com essa construção, são ocultadas diversas experiências sociais que contrastam com essa imagem oficial. Souza parte das memórias dos sujeitos não hegemônicos para a construção de outra visão da sociedade iguaçuense. Apesar de pontos e preocupações convergentes entre a pesquisa de Souza e o presente trabalho avalio que seja possível a utilização de suas entrevistas para compor outro campo de debate, sob uma problemática diferente da que a autora partia.³¹ Ao utilizar estas entrevistas produzidas por Souza a intenção é a de discutir elementos relacionados a moradia e atuação da classe trabalhadora, apontando para como estes sujeitos se inseriram e participaram das dinâmicas de transformações da Região do Porto Meira e da cidade como um todo. A relação com estas entrevistas presume o questionamento constante das falas dos entrevistados, atentando para como se deu a construção de sua narrativa e quais os sentidos que determinados fatos narrados assumem na construção de sua experiência e também em seu presente.

²⁷ PORTELLI, A. O melhor limpa-latas da cidade: a vida e os tempos de Valtério Peppoloni, trabalhador. In: Alessandro Portelli, Ensaio e História Oral. **Letra e Voz**, 2010. p. 160

²⁸ Duas entrevistas foram realizadas com casais.

²⁹ Ao disponibilizar as entrevistas para a utilização Souza solicitou o uso de pseudônimos para os entrevistados, por isso aqui estes sujeitos aparecerão com os nomes de Carlos, Carol e Caio.

³⁰ SOUZA, A. D. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)**. 218f. Tese (Doutorado em História Econômica) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

³¹ Heloisa Helena Pacheco Cardoso aponta algumas questões para a utilização de entrevistas de terceiros pelo historiador. Considera que devemos estar atentos ao presente que as entrevistas foram produzidas, que os elementos da construção da narrativa bem como as intenções do entrevistador são pontos essenciais para que possamos entender os sentidos que as falas assumem e o modo como isto ocorre. Não descartando a possibilidade da utilização deste tipo de entrevista é que Cardoso ressalta a importância das problemáticas de pesquisa, pois serão elas que darão o encaminhamento das reflexões, independente se tenha sido o pesquisador que tenha feito as entrevistas. Cf. CARDOSO, H. H. P. Narrativas de um candango em Brasília. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 163-180, 2004.

É o diálogo entre todas estas evidências em conjunto com a utilização dos referenciais teóricos e metodológicos que permitem a construção desta dissertação que se organizará em três capítulos. No primeiro capítulo o esforço principal foi o de analisar o crescimento populacional da cidade de Foz do Iguaçu e as dinâmicas de transformação do espaço urbano, principalmente das regiões do São Francisco e do Porto Meira. Os deslocamentos para o município e dentro dele, a diminuição de uma área rural que dava lugar a uma malha urbana, questões relacionadas ao comércio, trabalho e desemprego, bem como uma primeira reflexão sobre a questão da moradia nestas regiões, foram alguns dos problemas abordados no capítulo. Além disto, as preocupações das classes dominantes em relação a este processo e também alguns dos conflitos internos entre estes últimos sujeitos, compõem a parte final desta sessão.

O segundo capítulo trata principalmente dos *briques*. Este termo foi utilizado por diversos trabalhadores para se referir a um mercado imobiliário baseado na compra, venda e troca de terrenos e moradias de maneira informal. Esta prática tornou-se predominante entre os trabalhadores durante a década de 1970 e meados de 1980, sendo a principal forma de conquista de suas moradias. Ao analisar esta prática é possível compreender de forma mais aprofundada a complexa dinâmica de luta por moradia no município.

Por fim, o terceiro capítulo trata dos movimentos de ocupações em Foz do Iguaçu, movimento este que ganhou proporção a partir da metade da década de 1980 e tornou-se prática comum entre os trabalhadores da cidade na conquista de suas casas. Foram diversos os movimentos de sujeitos que ocuparam terrenos urbanos no município, neste capítulo visamos refletir acerca dos sentidos construídos para estes movimentos bem como a importância desta luta para a formação da cidade de Foz do Iguaçu.

CAPITULO I

A CLASSE TRABALHADORA NA CIDADE: AUMENTO POPULACIONAL E DESLOCAMENTOS EM FOZ DO IGUAÇU

Artur Melo Silva nunca residiu com estabilidade, seja no campo ou na cidade. Nasceu em 1913 e até os seus 23 anos morou e trabalhou no campo, na colheita do café em São Paulo. De trajetória pessoal e familiar acostumada a vida e trabalho no campo, ao recorrer a outros tipos de trabalho não se sentiu à vontade. A primeira transformação que vivenciou foi a sua mudança, junto com seus irmãos, para Sorocaba na construção de estradas de ferro. Por não se habituar a este trabalho, Artur tenta voltar para o campo e junto com seu irmão e cunhada “compraram uma empreitada” de café no norte do Paraná. Apesar de boas colheitas Artur ainda se sentia incomodado por trabalhar em uma terra que não era sua, por isso, ao ouvir boatos sobre a doação de terras para plantio em Paranavaí, no Paraná, e mudou-se para esta região.

Artur frustrou-se novamente, após um ano de trabalho no campo em Paranavaí, devido à baixa produtividade na colheita, percebeu que o negócio não traria melhoras de vida. Mudou-se novamente, agora para Jataizinho, e mais uma vez teve que abandonar o campo, passando a trabalhar na construção civil. Em 1949, entrou em greve, em defesa de seus colegas que recebiam “uma miséria”. Demitido em decorrência deste evento, Artur mais uma vez tenta recorrer a vida no campo, arrendou terras e voltou a plantar café, decepcionado por não ter lucros com um ano todo de trabalho começou a furar poços, tornando-se um “posseiro”. Após isto, Artur ainda trabalhou como carpinteiro e até mesmo como professor durante o regime civil-militar brasileiro.

Artur reconhecia sua situação e a classe à qual pertencia, o enfrentamento das pressões sociais em conjunto com o limitado campo de ações e alternativas para mudanças e melhorias de vida fizeram com que este sujeito recorrentemente repensasse algumas de suas práticas e percepções de mundo, bem como suas possibilidades de trabalho. Segundo ele: “É, se a gente não sabe fazer um pouco de tudo se aperta, né? Tem que saber trabalhar a terra se é pra fica na lavoura. Se precisa ir pra cidade, tem que saber fazer alguma coisa na cidade.”³²

O fato do sujeito mudar constantemente de território e trabalho pode levá-lo a reformular projetos para sua vida e a resistir aos limites e pressões impostas a ele. Os

³² NOSSO TEMPO, n. 07, de 18 a 21/01/1981, “Entrevista com um Favelado”. p. 10.

modos de vida dos trabalhadores são fundamentados nas tradições, regras, valores, princípios, entre outros, que são, na maior parte das vezes, o que move os sujeitos históricos em suas ações. Perceber e identificar a alteração nos modos de vida requer investigar o processo histórico vivido pelos sujeitos. No caso de Artur, apesar da constante mudança de espaços e de profissões exercidas, isto não levou a alteração imediata de seus modos de vida, mas sim na constante avaliação e reavaliação, posições e enfrentamentos e na tentativa de viver sua vida da melhor forma possível.

Artur narra sua trajetória de vida e trabalho para o jornal *Nosso Tempo*, que em sua sétima edição, no ano de 1981, vinculou uma reportagem de duas páginas a partir da entrevista com o trabalhador. A intenção do periódico ao publicar esta reportagem era a de evidenciar para seus leitores que os sujeitos que, segundo o periódico habitam “partes marginalizadas” da cidade, como é o caso das “favelas”, possuem uma história e formulações que interessam à sociedade. Ao tentar desconstruir parte do preconceito existente em relação aos moradores de regiões pobres da cidade o periódico ao mesmo tempo reafirma alguns estigmas, mantendo uma separação de “saberes” e de “conhecimento” entre os trabalhadores e as classes dominantes.

Ao chegar em Foz do Iguaçu e por não ter se estabilizado trabalhando tanto no campo quanto na cidade, a favela foi uma opção de residência. Por isto, é tratado como um “favelado” pelo periódico, que apesar de expor toda sua experiência prefere este termo ao termo “trabalhador”. A trajetória de Artur permite avançarmos alguns passos na compreensão das experiências dos trabalhadores, seja com as expropriações e reorganização da produção no campo³³, ou com as condições precárias de trabalho e baixíssimos salários nas cidades, é possível compreender também como a característica que marca a classe trabalhadora: a exploração.

Edward Palmer Thompson também considerou que exploração se tratava de uma categoria histórica, que sempre imposta a classe trabalhadora, mas nunca do mesmo modo, esta categoria modificou-se e foi transformando-se a cada sociedade. Sendo assim: “A relação de exploração é mais que a soma de injustiças e antagonismos

³³ Ao tratar deste processo não podemos deixar de lado a complexidade que ele carrega, tal reorganização da produção além da ligação direta com os movimentos econômicos e políticos acarretaram também uma série de transformações sociais e até mesmo de modos de vida, principalmente no que se refere a vida e formas de trabalho da classe trabalhadora. Dois pesquisadores analisaram parte deste processo de forma mais aprofundada na região Oeste do Paraná. Cf. MOREIRA, V. J. **História da avicultura no Oeste do Paraná: trabalhadores e o processo industrial de produção de frangos (1970-2013)**. Relatório (pós-doutorado em História), Campinas: UNICAMP. 2014. CUNICO, J. M. **Viver e trabalhar no campo: produção agropecuária, relações de trabalho e tensões no Extremo Oeste paranaense, 1970-2012**. Dissertação (Mestrado em História), Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE. 2012.

mútuos. É uma relação que pode ser encontrada em diferentes contextos históricos sob formas distintas, que são relacionadas a formas correspondentes de propriedade e poder estatal.”³⁴

As experiências dos trabalhadores da cidade de Foz do Iguaçu não estão distanciadas deste conceito, na realidade estes sujeitos foram os que mais puderam sentir o peso das formas de exploração sob suas vidas e de como o aparelhamento do Estado pelas classes dominantes, movidos por seus interesses, pressionaram condutas, práticas e pensamentos da classe trabalhadora. Apesar disto, os trabalhadores não foram “atingidos” por um processo de crescimento populacional, reorganização da produção no campo e problemas sociais no espaço urbano, estes sujeitos, assim como Artur, sentiram o peso destes processos, mas não se submeteram completamente a ele. Além das práticas de enfrentamento em relação as outras classes sociais e instituições, os trabalhadores foram responsáveis por atribuir sentidos próprios as suas experiências e práticas sociais, tais significados distinguem-se dos construídos pelas classes dominantes, constituindo-se uma prática inerente a classe trabalhadora e que por vezes está em oposição e disputa com o restante das classes sociais.³⁵

Os deslocamentos e luta por moradia constituem situações enfrentadas de forma geral pelos trabalhadores de Foz do Iguaçu, nos processos de deslocamento para a cidade e dentro dela ou nas diversas formas encontradas para a tentativa de conquista de uma casa própria, os trabalhadores também atribuíram significados à estas práticas. É isto que este capítulo pretende abordar e a partir deste ponto, uma questão deve ser respondida: Como os trabalhadores vivenciaram e atribuíram sentidos as transformações urbanas de Foz do Iguaçu? Para responder esta questão passamos pela discussão das práticas sociais e lutas dos trabalhadores diante de processo de crescimento populacional e diminuição da área rural do município, bem como as dificuldades no acesso a moradia dentro da cidade. Além disto, a questão do deslocamento de um grande número de trabalhadores para o município também aparece como um problema, cabendo a reflexão em relação a como as classes dominantes e os trabalhadores se posicionaram, disputaram e atribuíram sentidos a este processo.

Com a intenção que se distancia de uma perspectiva que considera os trabalhadores como vítimas de determinados acontecimentos ou transformações, mas

³⁴ THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa**. 2: a maldição de Adão. 2º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

³⁵ Ibidem.

considerando-os como sendo sujeitos integrantes que atuaram e influenciaram as dimensões, tanto do político como do econômico e social do período proposto.

1.1 As transformações urbanas sob a ótica dos trabalhadores das regiões do São Francisco e Porto Meira

As duas regiões de Foz do Iguaçu que recorremos para entendimento da atuação da classe trabalhadora e a questão da moradia em Foz do Iguaçu possuem algumas características semelhantes e outras bastante distintas. Cabe agora nos determos por alguns instantes estas características, num esforço não de simples comparação entre as duas áreas, mas de compor um quadro mais abrangente da formação e transformação destes locais e da cidade. Para isto utilizaremos, principalmente, as narrativas de trabalhadores, que por meio da análise possibilitam visualizar como a classe vivenciou, atuou e criou sentidos em relação a questão da moradia e da transformação urbana do município. É sob esta perspectiva que recorremos a “ótica dos trabalhadores”, não no sentido de aferição de veracidade dos acontecimentos narrados, ou na sobreposição de “heróis” ou criação de “vítimas” para este processo, mas na escolha da construção do conhecimento histórico a partir das experiências da classe trabalhadora.

Nas duas regiões pesquisadas uma questão pareceu comum: a transformação de um cenário rural em urbano. A região do Porto Meira é uma das regiões mais antigas da cidade de Foz do Iguaçu, localizada no sul do município, próxima ao rio Iguaçu e a fronteira com a Argentina. Atualmente, marcada pelo grande contingente populacional e também pela estrutura que comporta esta população. Relativamente distante do centro da cidade de Foz do Iguaçu, a região do Porto Meira desenvolveu uma rede comercial grande, que proporcionam a maioria dos atendimentos básicos e comerciais para os seus moradores. Por outro lado, esta ainda é uma das regiões mais precárias de Foz do Iguaçu, muitos problemas são encontrados e sentidos nesta região na atualidade, além dos recorrentes problemas com os serviços de atendimento público, seja transporte, atendimento médico ou educação, a região ainda é marcada pelas ocupações de terras urbanas, como é o caso da ocupação do Bubas.³⁶

³⁶Em relação a luta por moradia em Foz do Iguaçu na atualidade, bem como a análise da ocupação do Bubas Cf. GASPAR, L. E. **Na Luta por Moradia**: Movimentos de ocupações urbanas em Foz do Iguaçu – Paraná (2012-2013). 2014. 71 p. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

A formação da região do Porto Meira é anterior a construção da Itaipu Binacional, constituída como uma área predominantemente rural durante as décadas de 1950 e 1960. Caio é um de seus moradores, nascido em 1941 mudou-se com sua família para Foz do Iguaçu ainda criança, em 1945. Assim que chegou à cidade se estabeleceu na região do Porto Meira. Segundo sua narrativa a região era uma grande área rural com casas características: “Era mato, mato, mato, mato [...]. Tudo de madeira, tudo de madeira. Hoje tudo isso que tem aqui quase não tinha porque era tudo chácaras grande, oito alqueire, dez alqueire, vinte alqueire, né?”³⁷

Esta narrativa ganha maior dimensão quando analisamos experiências de Caio em conjunto com as transformações do município. A vivência na mesma região, que já na data de sua entrevista é marcada pela quase inexistência de uma área rural, faz com que Caio relembre este passado que parece tão diferente e distante. Algumas pesquisas apontam que a área rural de Foz do Iguaçu sofreu uma grande transformação, que desde a década de 1960 até o ano de 2006, segundo dados do IBGE³⁸, esta área rural diminuiu cerca de 66%³⁹. Além disso, outra mudança importante em relação a área rural do município refere-se ao se módulo rural, onde cada vez mais as o número de grandes propriedades diminuía dando espaço para as pequenas propriedades, predominavam município atualmente.

Quando Caio narra, o que podemos perceber é, considerado o tamanho da cidade de Foz do Iguaçu na década de 1960, existiam em maioria propriedades de grande extensão. Se compararmos aos dados de 2006, notamos uma inversão nesta situação, além da diminuição da área rural como um todo, o tamanho das propriedades também diminuiu, segundo dados da Secretaria da Agricultura, cerca de 55% das propriedades do município tinham entre 0 e 5 alqueires em 2006.⁴⁰ caracterizando assim o módulo predominante.

Caio quando questionado sobre os motivos de mudanças no Porto Meira, de uma região predominantemente rural para a urbana, afirma que: “Foram vendendo, vendendo e [...] os filho, os pais davam lote pra filho e assim foi indo, né? E foi aumentando, né?

³⁷ CAIO. Entrevista realizada em 12/01/2007, por Aparecida Darc de Souza.

³⁸ IBGE. Biblioteca. Coleção Digital/ Publicações Disponíveis. Censo Agropecuário, PR: 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 2006.

³⁹ Junto a este processo não podemos esquecer que até a década de 1980 o município de Foz do Iguaçu teve uma redução de sua área com a emancipação de alguns municípios, como foi o caso de São Miguel do Iguaçu emancipado em 1961 e Santa Terezinha de Itaipu, emancipada em 1982.

⁴⁰ Estes e outros dados podem ser encontrados em documentos da secretaria da agricultura de Foz do Iguaçu. Cf. Secretaria Municipal de Agricultura de Foz do Iguaçu. Levantamento interno de dados. 2012.

A cidade [...]1960 por aí, em sessenta mais ou menos que começô de crescê.”⁴¹ Neste pequeno trecho citado da entrevista de Caio é possível identificar uma prática que parece ter sido comum em relação aos moradores de áreas rurais, a divisão de terras entre os herdeiros. Além disto, a datação elencada por Caio precede a que oficialmente é exposta como período de grande aumento populacional da cidade, e aponta para um elemento que, em sua concepção, foi fundamental para este processo de crescimento urbano de Foz do Iguaçu, que são as divisões cada vez maior de terras.

Tal processo marcou principalmente a região do Porto Meira, que com o passar do tempo, a região que era composta quase que em sua totalidade por propriedades de grande porte, passou a ser dividida em propriedades rurais cada vez menores e posteriormente tais áreas deram lugar a malha urbana, contendo assim diversos bairros, favelas e ocupações.

Sobre a segunda região analisada nesta pesquisa, de acordo com um documento produzido pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu⁴² de 1975, era prevista a construção de um loteamento nomeado de São Francisco. Tal projeto nos indica que os primeiros interesses comerciais e imobiliários nesta região aconteceram durante a metade da década de 1960 e o início dos anos de 1970. Tal documento nos indica questões importantes como, por exemplo, o incipiente interesse imobiliário em Foz do Iguaçu que data de desde antes da construção da Usina de Itaipu, bem como a identificação de parte das classes dominantes do período constituída pelos latifundiários possuidores de grandes extensões de terras e que viram no loteamento a possibilidade de um maior rendimento.

A família de Dona Assuncion, residente na região do São Francisco, foi uma das famílias de trabalhadores que também viveu o processo de mudança do campo para a cidade. Nascida em 1947, trabalhou no campo até 1981, passando pela chácara de seus pais e, posteriormente, para o trabalho na pequena terra de seu marido. Após 3 anos seguidos de seca e baixa na colheita mudou-se com sua família para Rondônia, em 1975.

Frustrada com o local e as falsas propagandas realizadas, ainda no mesmo ano retornou a área rural de Foz do Iguaçu. Em 1981, decidiu mudar-se para a área urbana da cidade, movida pelo intuito de proporcionar uma educação adequada a seus filhos. O

⁴¹CAIO. Entrevista realizada em 12/01/2007, por Aparecida Darc de Souza.

⁴² Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Relação de Loteamentos aprovados nos últimos 10 (dez) anos (1965-1975). 1975.

cenário descrito por Assuncion na chegada ao bairro não parece ser muito diferente da encontrada no campo:

Aqui pra baixo era pura soja, não tinha nada. Esse pedaço aqui, não tinha nada de casa [...] dali pra baixo, desse canto pra cá, não tinha nada até lá em baixo [...]. Mato, capoeirão assim, não tinha nada, e ali tinha uma casinha que era uma taperinha e aqui também era um ranchinho assim, sabe? A única casa é a nossa e a da dona Maria até hoje ela tem uma casa de madeira, e o resto aqui não tinha nada, não tinha luz, não tinha água e rua, meu filho.⁴³

As plantações de soja apontadas por Assuncion são resquícios da utilização da área recém loteada para o período relatado, tendo como antigos proprietários membros da tradicional e antiga família Basso.⁴⁴ A semelhança com o cenário rural é narrada com certo espanto por Assuncion, pois apesar da expectativa da mudança de vida no seu deslocamento até a cidade, a trabalhadora se deparou com um cenário diferente do que esperava, a de uma área urbana que contemplasse pelo menos os recursos básicos que eram escassos no meio rural, que é o caso do asfalto, saneamento e energia elétrica. Ao mesmo tempo esta não estranhou totalmente tal fato, pois a semelhança percebida em relação ao seu modo de vida ligada do ao campo, fez com que este não fosse alterado de maneira abrupta, exercendo algumas práticas semelhantes nos dois espaços, como narra Assuncion: “Eu não estranhei muito, por que o sacrifício que eu tinha lá na roça e aqui era o mesmo, por que eu tinha que trabalhar igual, pra manter a casa junto com eles, né? E cuidando os filhos.”⁴⁵

Apesar de identificar as semelhanças, Assuncion não ameniza o peso do trabalho em sua vida, elencando como “sacrifícios” que eram comuns à ambos os espaços, tal construção nos informa que mesmo se deslocando de uma região a outra, em busca de melhores condições, dificilmente os trabalhadores tem as exigências do seu trabalho amenizadas ou modificadas. Além disto, Assuncion, logo na sequência de sua narrativa reafirma o trecho citado acima: “Lá você tinha mandioca, você tinha verdura, um porco, uma galinha e aqui a gente não tinha nada disso. Daí passamos um apuro lascado no começo [...] no começo foi bem difícil, enquanto um comia filé mignon

⁴³ ASSUNCION. Entrevista realizada em 04/09/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

⁴⁴Esta família possui em Foz do Iguaçu uma extensa rede de comércios, possuindo atualmente até mesmo um dos maiores prédios comerciais da cidade com o nome de seus integrantes, bem como campo de futebol e dão nome a uma rua no centro da cidade.

⁴⁵ ASSUNCION. Entrevista realizada em 04/09/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

nós estávamos no miudinho.”⁴⁶ Apesar de um cenário semelhante ao rural, a vida no São Francisco tinha diferenças essenciais no cotidiano destes moradores. O fato de não morar mais no campo, não dispor mais do espaço necessário para o cultivo e criação de produtos essenciais a subsistência abala as percepções e vivências destes trabalhadores, exercendo pressões para que os trabalhadores encontrem outras formas de garantir sua sobrevivência.

Além disto, as imagens do “filé mignon” – carne nobre e com preço elevado – e do “miudinho” – entranhas de animais, de baixo valor comercial – constituem-se como imagens construídas pelos trabalhadores, atribuindo significado às suas experiências. Os que estavam comendo “filé mignon”, citados por Assuncion, podem ser interpretados de, pelo menos, duas formas: a primeira é a de que a entrevistada ao expor deste modo estava fazendo referência aos trabalhadores que permaneceram no campo e estavam em condições de vida melhores que a sua. Ou então trata-se de uma crítica social, direcionada a outros sujeitos, pertencentes a outras classes sociais, que apesar da precariedade de vida de toda população continuavam se utilizando e sendo beneficiados da exploração e pobreza da vida dos trabalhadores. Independente da interpretação que damos a esta expressão, o que interessa sob o nosso ponto de vista é evidenciar que a trabalhadora não participou deste processo de maneira passiva, esta avaliou a sua condição de vida e as mudanças que ocorreram com ela, diferenciando-se assim de determinados sujeitos, que partilhavam de uma situação social diferente.

Antônio foi um trabalhador que acompanhou a transformação da região do São Francisco. Nascido em 1957 em Itatiba, interior de São Paulo, filho de trabalhadores rurais, ao atingir a maioridade saiu da casa de seus pais em direção ao Paraná, inicialmente fixou-se na região de Guaíra e depois em Iporã. Em 1980 decidiu mudar-se para Foz do Iguaçu, apesar de começar a residir na região do São Francisco somente na década de 1990. Desde a sua chegada em Foz do Iguaçu e a compra do terreno na região, o trabalhador passou a observar e avaliar o processo de “urbanização” da área, bem como participar dele. “Muito deserto, que aqui era tudo área mecanizada, era tudo lavoura, que o pessoal plantava muito algodão, milho, vassoura, que era uma lavoura só de vassoura, milho algodão, era o mamonas.”⁴⁷

A primeira imagem e comparação de Antônio, assim como Assunção, é com o cenário do campo, além disto, Antônio narra também uma outra avaliação, quando

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ ANTÔNIO. Entrevista realizada em 03/04/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

perguntado sobre a sua visão da região assim que a conheceu, transpassa uma expectativa em relação a área: “era o que eu enxerguei nele naquela época, que era um bairro que ia evoluir bastante por causa que era saída da cidade, e entrada da cidade, que era um bairro que tinha tudo a crescer, a melhorar.”⁴⁸ Antônio apesar do trabalho no campo durante boa parte de sua juventude, diferente de Assuncion, não parecia ter laços tão fortes com o mundo rural. A expectativa apresentada em sua narrativa toma forma também de uma expectativa de vida, por isso este crescimento e a “urbanização” são sinônimos de melhora para o entrevistado. Avaliando assim que com o crescimento da região seria possível também uma melhora em sua condição de vida.

Além do fato de estar próximo a entrada e saída de Foz do Iguaçu, Antônio acreditava no crescimento do bairro, pois conhecia sua constituição, sabia que assim como ele diversos trabalhadores, que vieram das mais variadas regiões do país encontraram na região do São Francisco a possibilidade de estabelecimento.

Não devemos esquecer ainda da influência do presente na narrativa de Antônio. Talvez esta expectativa criada por Antônio não estivesse completamente formulada na década de 1980, quando tem o seu primeiro contato com a região. É possível que tal memória tenha se formulado por completo no presente, ao avaliar sua trajetória e expectativas sobre as mudanças que ocorreram nesta área. A sua narrativa trata-se então de um trabalho da memória, que não apenas narra acontecimentos vividos em seu presente, mas como no momento da entrevista realiza avaliações e atribuições de sentidos às suas experiências.⁴⁹

A narrativa de Jaime contribui também para entendermos as dinâmicas na região do São Francisco. Jaime chegou no município em 1974, com 24 anos vindo em busca de emprego e teve uma extensa trajetória tanto de moradia quanto de trabalhos exercidos no município. Assim ao chegar em Foz do Iguaçu, trabalhou como motorista de caminhão, emprego este que conseguiu devido a um parente próximo trabalhar também como motorista. Jaime optou por morar no centro da cidade, pois no período era onde se encontravam as distribuidoras dos carregamentos que transportava, como por exemplo, a CEASA (Centro Estadual de Abastecimento S/A). Posteriormente, a trajetória de trabalho de Jaime foi bastante variada, chegou a ser caixeiro-viajante, também exerceu

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ Alessandro Portelli também ressalta a importância deste trabalho com a memória, quando declara que: “a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória.” Cf. PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, Educ., n. 14, p. 25-39, fev.1997. p. 33.

funções em um mercado local e, posteriormente, em um restaurante como garçom. Na cidade se estabeleceu no centro depois disto, mudou-se para a Vila Yolanda quando iniciou seu trabalho na COBAL (Companhia Brasileira de Alimentação) e em 1981, adquiriu sua casa no bairro São Francisco quando se casou e estabeleceu uma família. Sobre a região Jaime narra que:

Porque até então, quem chegava, estrangeiro, que chegava de fora, estrangeiro é barrageiro que eu digo, né? Chegavam iam ali, eles não tinham pra onde ir, por isso que ia pra São Francisco, porque nos outros bairros era bairro formado, e o São Francisco tava abrindo o bairro. Então, o cara chegava lá, dá uma entradinha e compra o terreno e se mandar fazer a casinha. Então, por isso que foi evoluindo tão rápido, que nos outros bairros já estava evoluído na época e como já estava evoluído na época não tinha espaço pra quem tava chegando, aí o que que chegava? "Onde é o Bairro São Francisco?" "Loteamento novo São Francisco", aí ia todo mundo pro São Francisco.⁵⁰

Segundo o entrevistado, o bairro tornou-se referência aos recém-chegados na cidade, os “estrangeiros”, grupo formado basicamente pelos “barrageiros”, são apresentados como os sujeitos responsáveis pela ampliação da região de forma rápida. A região aparecia como uma alternativa frente à dificuldade de se estabelecer em uma nova cidade, visto o fluxo de trabalhadores que chegavam e se aproveitavam deste processo, tornando assim, regiões periféricas e por vezes “ilegais”⁵¹, as mais acessíveis aos trabalhadores do período. E justamente sob esta perspectiva que se desenvolveram boa parte das práticas de luta e acesso a moradia que veremos nos capítulos seguintes. As possibilidades de adequação desta nova região aos padrões de casas, ruas e até mesmo a legislação foram comprometidos, como lembra Jaime: “Não foi projetado, o pessoal foi chegando e foi abrindo, e os caras comprando e entrando, exatamente. Meio, assim, à revelia, porque não tinha projeto.”⁵² As possibilidades de fixação dos trabalhadores foram limitadas, mesmo com enfrentamentos, como nas constantes pressões sobre o poder público, avançaram pouco na solução dos problemas sociais

⁵⁰ JAIME. Entrevista realizada em 26/04/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

⁵¹ Devemos tomar cuidado ao mencionar a “ilegalidade” das ocupações do espaço urbano pelos trabalhadores, por vezes, os padrões normativos e legislativos “legais” que se aplicam a sociedade são deixados de lado por estes sujeitos, que pressionados por uma série de motivos, sujeitos e grupos acabam por recorrer a atividades que não são legalizadas. Isto não descaracteriza ou criminaliza as ações dos trabalhadores, pois estas ações, tratam-se da única forma de conquistar um trabalho que lhes proporcione renda ou o acesso a uma moradia. Um debate mais aprofundado sobre a questão pode ser encontrado em: TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: MG: Fino Traço, 2010.

⁵² JAIME. Entrevista realizada em 26/04/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

encontrados na região, com isto a região foi formada refletindo a composição e experiência da própria classe.

Com estas experiências e características das regiões a formulação de algumas questões são pertinentes, como, por exemplo, a questão da moradia e as lutas dos trabalhadores influenciou na dinâmica destas regiões?

Parte da Região do São Francisco foi loteada ainda durante as décadas de 1960 e 1970, estes locais, onde atualmente estão localizados os bairros Morumbi I, II e III, foram as áreas que deram início à esta região. Assuncion comprou sua casa no Morumbi II em 1981, em uma negociação realizada com sua sobrinha, e apesar de ter pago todo o valor de sua casa à imobiliária que loteou a região, não conseguiu de imediato a escritura de sua residência. “O auxílio dava pra mim comprar roupa e coisa, que nada! Eu ia lá e pagava um tanto por que precisava fazer a escritura, fui pagando de pouquinho a pouquinho e hoje é quase 7 mil uma escritura.”⁵³ O referido “auxílio”, narrado por Assuncion trata-se da aposentadoria de seu marido, que ao invés de servir para os gastos essenciais com sua família teve de ser investida na escritura de sua moradia. Sendo assim, apesar das mais de três décadas de permanência na região o avanço na conquista de sua casa própria somente foi feito somente na atualidade.

Antônio, assim como Assuncion, também passou por um longo período de tempo até a conquista de sua moradia, apesar de não ter tido tantos problemas com a documentação de sua residência.

Lucas: E como é que foi pra construir a casa aqui, pra conseguir o terreno?

Antônio: Inclusive o terreno na época mesmo, esse terreno aqui eu comprei desde 82.

Lucas: Já tinha comprado?

Antônio: Eu comprei esse terreno aqui como um investimento sem pressa e daí, como na situação na época, trabalhando na cidade, os aluguel e tudo, os emprego, e os salários seria meio defasados e os aluguel tava subindo muito aí foi onde eu ampliei e construí aqui, mesmo o transporte daqui pro centro era dificultoso, mas eu saia do aluguel.

Lucas: Então o senhor logo que chegou já conseguiu comprar esse terreno aqui?

Antônio: Exatamente, que era só o terreno mesmo, que aqui já não existia muito poucos moradores.⁵⁴

⁵³ ASSUNCION. Entrevista realizada em 04/09/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

⁵⁴ ANTÔNIO. Entrevista realizada em 03/04/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

A narrativa de Antônio apresenta outra face da luta constante por uma moradia realizada pelos trabalhadores de Foz do Iguaçu. Para Antônio esta luta se expressou por grande parte de sua vida em Foz do Iguaçu, em um primeiro momento era possível somente a compra de um terreno em uma região afastada da cidade e uma espera de 13 anos até o término da construção de sua residência. Ao relatar a situação do bairro onde adquiriu o terreno Antônio também avalia a situação vivenciada e da própria cidade. Esta avaliação está na contramão da história oficial da cidade, que caracteriza o período da década de 1970 e 1980 como período de crescimento e desenvolvimento da cidade.

Para Antônio o crescimento da região do São Francisco é vivenciado, porém sob um sentido diferente, não um sentido de crescimento ordenado e organizado, mas de crescimento de maneira irregular, em que a os trabalhadores ocupam espaços periféricos do município, pois no momento a cidade não estava preparada para o contingente de trabalhadores chegados à Foz do Iguaçu. O crescimento de forma irregular, distancia-se então do crescimento postulado pelas classes dominante, mas não quer dizer que seja menos legítimo. É justamente este primeiro quadro que foi vivenciado e que assumiu sentido nas experiências dos trabalhadores.

Na região do porto Meira a questão da moradia também foi vivenciada pelos trabalhadores de forma dinâmica e complexa. Nos documentos da Câmara Municipal de Vereadores de Foz do Iguaçu encontramos a relação de loteamentos aprovados entre os anos de 1965 a 1975. A lista consta contém 10 projetos de loteamentos⁵⁵, um deles é o do Jardim Tropical, que, atualmente, é um dos bairros da região do Porto Meira.

No documento referido a área destinada a este loteamento é a segunda maior dentre a lista de projetos aprovados, contando com uma área de 141.297,32m² – ficando atrás apenas do loteamento do Jardim América, situado na região central da cidade e que tinha área prevista no documento de 419.111,35m². O jardim Tropical foi o primeiro bairro que encontramos registro de loteamento na região do Porto Meira, situado justamente nas proximidades do antigo acesso a Argentina, próximo a margem do Rio Iguaçu. Sendo assim, os moradores da cidade necessitavam cruzar tal bairro para a travessia do rio.

Apesar do projeto e do loteamento relativamente antigo dentro da região, a constituição deste bairro não se tornou regra para o restante do Porto Meira. Um dado bastante simples, mas que evidencia isto são os seus bairros vizinhos. Fazendo divisa

⁵⁵ Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Relação de Loteamentos aprovados nos últimos 10 (dez) anos (1965-1975). 1975.

com o Jardim Tropical está situado o Conjunto Habitacional Bupas, construído a partir de um projeto habitacional da prefeitura de Foz do Iguaçu realizado no início dos anos 2000 e decorreu da compra de uma grande propriedade de terras de um empresário da cidade. Por sua vez, a área que faz divisa com o Conjunto Bupas é a Ocupação do Bupas, numa área de mais de 40 hectares, pertencentes ao mesmo empresário. Em 2013, cerca de 850 famílias realizaram a ocupação da área como forma de luta por moradia. Esta faixa de três bairros, também pode nos dar indícios da maneira como ocorreu a urbanização desta região, bem como da complexidade deste processo. De maneira irregular e heterogênea é que a região do Porto Meira se constituiu como uma das maiores dentro do município. É possível nos aprofundarmos nesta reflexão se voltarmos as narrativas dos entrevistados, suas experiências de moradia dentro da região podem auxiliar na análise desta questão.

Carol, entrevistada nascida em 1936 em Santa Helena, quando ainda era distrito de Foz do Iguaçu, mudou-se com seu marido para a região do Porto Meira em 1953. Ao ser questionada pela pesquisadora Aparecida Souza sobre as casas em que residiu na região narra a moradia com características rurais, que eram as mais comuns durante as décadas de 1950 e 1960, em que, como vimos, o bairro tratava-se basicamente de uma grande área rural, segundo a entrevistada: “A minha casa, meu marido fez de madeira e telhado de tabuinha. A melhor casa que você olha é telhado de tabuinha. De tábuas, cortado assim de madeira, assim de, não é de serraria”⁵⁶.

Ao narrar o processo de produção dos materiais de construção da residência – que era basicamente a madeira – Carol evidencia parte do processo de construção de moradias no período, bem como permite o entendimento da situação do restante das moradias na região e na cidade, quando narra que: “Então, a Foz do Iguaçu não pode dizê que a casa mais bonita de Foz do Iguaçu antigamente era a Escola Bartolomeu Mitre”, Carol não narra somente a situação da sua moradia e de seu padrão de beleza para a época, narra também como, em suma, a maioria das casas da região detinham um padrão similar, e apesar das constantes visitas ao país vizinho e ao centro da cidade a construção que mais chamou atenção de Carol foi a escola no centro do município, por justamente ser diferente do restante conhecido por ela.

A trajetória de outra entrevistada, Realda, tem peculiaridades em relação a sua experiência de moradia. Nascida em Santa Catarina, em 1943, e criada em Marechal

⁵⁶ CAROL. Entrevista realizada em 27/03/2007, por Aparecida Darc de Souza.

Cândido Rondon desde os seus 10 anos de idade, foi para Foz do Iguaçu em 1968. Assim que chegou na cidade morou com seu esposo em uma área rural que estava em litígio, o Lote Grande. Após conseguir um emprego em um hotel no centro da cidade, Realda se muda com sua família para uma casa cedida por seus patrões. Após isto seu marido ao arrumar emprego em uma pedreira na região do Porto Meira também conseguiu uma casa da empresa que trabalhava nas proximidades, morando nesta casa por mais de 20 anos. Após o falecimento de seu marido e um emprego conquistado na prefeitura de merendeira, ganhou uma casa da prefeitura em um conjunto habitacional chamado SOHAB (Sociedade Habitacional de Foz do Iguaçu), na região do Porto Meira. Após o falecimento de uma de suas filhas se viu obrigada a vender sua casa. Em decorrência disto a única maneira que Realda encontrou para a conquista de uma casa própria foi negociando um terreno em uma área de ocupação⁵⁷, no bairro Morenitas I, isto no início da década de 1990. “Era feio, era um lugar abandonado.”⁵⁸

Apesar de também enfrentar situações de bastante sofrimento e dificuldades por Realda e sua família na cidade, quando observamos sua trajetória percebemos uma questão que não faz parte da realidade de grande parte da experiência dos trabalhadores. Durante boa parte de sua vida Realda teve casas cedidas a ela e sua família, conforme os empregos que ocupavam. A realidade vivida pela entrevistada não é regra quando olhamos para a trajetória dos trabalhadores. Apesar disto, a partir de uma fatalidade em sua vida e a perda de sua moradia, Realda experienciou uma luta comum, a de arranjar alternativas ao pagamento do aluguel e a reconquista da casa própria.

Carlos, que chegou em Foz do Iguaçu em 1980 para o trabalho na Itaipu Binacional narra outra experiência de luta por moradia no período. Assim que se fixou na cidade, apesar do trabalho exercido na Itaipu Binacional teve que morar de aluguel no outro extremo da cidade, no que hoje é o bairro Jardim das Flores, na região do Porto Meira. Ao narrar suas dificuldades de acesso e aquisição de uma moradia, Carlos narra

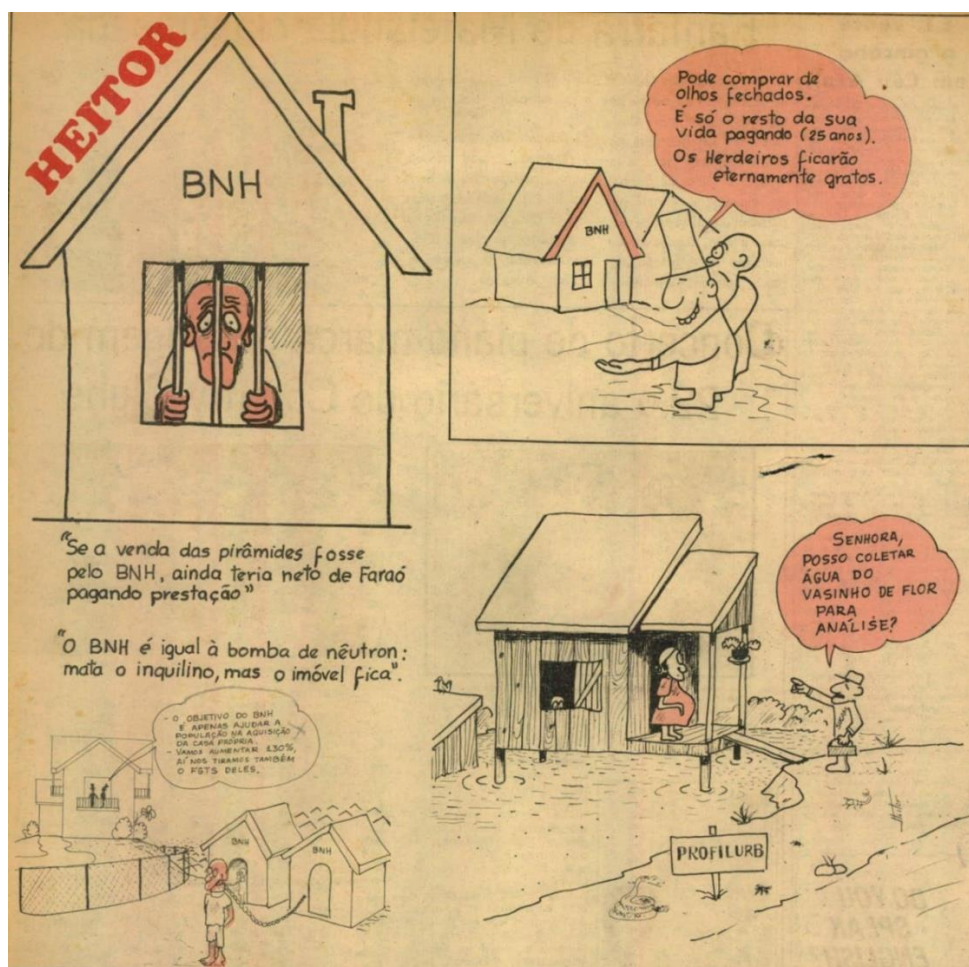
⁵⁷ O pesquisador Emílio Gonzalez se debruçou sobre a ocupação dos bairros Morenitas I e II em sua pesquisa. Também realiza algumas reflexões em relação a compra e venda de terrenos dentro das ocupações urbanas, distanciando-se de uma perspectiva que considera os trabalhadores que praticam estas ações de “profissionais de invasão”. Gonzalez ressalta que em maioria estes sujeitos são trabalhadores pobres que compõem a sua renda e sobrevivência de trabalhos informais, em que se insere também a venda de terrenos. Cf. GONZALES, E. **Memórias que narram a cidade**: experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu. Ano de obtenção: 2005. Dissertação (Mestrado em História) São Paulo: PUC, 2005. Nesta direção as práticas como as de Realda aparecem como legítimas dentro do mundo dos trabalhadores, prática essa que não visa somente a obtenção de dinheiro, mas a luta pela sobrevivência e permanência na cidade.

⁵⁸ REALDA. Entrevista realizada em 12/05/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

uma cidade sob outra dinâmica imobiliária, em que o único local que conseguiu um aluguel acessível foi na região do Porto Meira.

Carlos conquistou sua casa própria somente quando o dono da casa que morava de aluguel enfrentou problemas financeiros e teve que vender as pressas sua propriedade. Após um ano e meio pagando aluguel, Carlos conseguiu negociar a compra da residência, em que continuaria pagando parceladamente. Segundo ele, esta foi a única maneira de adquirir sua moradia própria. O pagamento do aluguel sempre foi um problema sentido pelos trabalhadores em suas vidas nas cidades, com o crescimento do mercado imobiliário e a valorização do solo urbano, parte importante da renda dos trabalhadores é destinada ao pagamento de seus aluguéis e, apesar de se tratar de um elemento de sobrevivência destes sujeitos, tais trabalhadores sempre construíram significados sobre o quão custoso é o morar na cidade. Carlos mesmo percebe isto quando ressalta, sobre os aluguéis, que: “É dinheiro que vai e não volta mais.”⁵⁹

Imagem 02: Charge do jornal *Nosso Tempo* sobre os programas habitacionais, 1983.



⁵⁹ Ibidem.

Fonte: NOSSO TEMPO, n. 71, 1983. p. 20.

Tratando de forma humorada, mas formulando críticas ao Poder Público, o jornal *Nosso Tempo* vinculou esta charge na última página de uma de suas edições do ano de 1983⁶⁰. Estas charges constroem significados para os problemas enfrentados pela classe trabalhadora no acesso a moradia, mostrando que, além do aluguel para terceiros ser algo caro e problemático na vida dos trabalhadores, por vezes os conjuntos habitacionais, que prometiam a resolução deste problema, também se tornavam mais um obstáculo a ser enfrentado pelos trabalhadores na luta por moradia. Além da longa dívida assumida pelos trabalhadores ao entrar em uma casa de programas habitacionais, em que por vezes, as condições desta moradia e do bairro não eram diferentes do local que viviam anteriormente.⁶¹

O bairro alagado, retratado na parte inferior direita da charge trata do Perfilurb (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados) situado na região do Porto Meira trata-se de um dos programas habitacionais que tiveram início na década de 1970, principalmente com o governo do General Geisel, e que devido a instauração do governo ditatorial, no esforço dos governantes de convencimento da população, tal programa assume um caráter popular e de “democratização”, em que eram “atendidas” demandas da população. Algumas discussões sobre este programa consideram até mesmo que ele foi um dos grandes responsáveis pelo crescimento das “favelas organizadas” devido ao financiamento da moradia a famílias com condição econômica instável.⁶²

⁶⁰ Como aponta Agostinho sobre as charges jornalísticas, estas assumem um caráter de opinião do grupo editorial dentro das páginas do periódico, sendo mais um dos modos de expressar as críticas convicções e interesses dos produtores do jornal. Constituindo então “realidade inquestionável no universo da comunicação, dentro do qual não pretende apenas distrair, mas, ao contrário, alertar, denunciar, coibir e levar à reflexão”. AGOSTINHO, A. T. **A charge**. 330 f. Tese (Doutorado em Artes) – Departamento de Comunicação e Artes, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1993. p. 229.

⁶¹ Foi a partir da década de 1940 em que se constatou que o mercado privado não tinha condições de resolver o problema da moradia e que era responsabilidade do Estado fazê-lo. É promovida então, pela primeira vez, uma política social de habitação no país. O ideário urbanístico modernista passou a ser incorporado ao urbanismo brasileiro por intermédio das leis de zoneamento e planos diretores, o que caracterizou uma enorme contradição, pois, enquanto uma realidade era organizada no papel outra era observada e sentida nas ocupações ilegais e na exclusão do mercado imobiliário. No final da década de 1950 com o esgotamento das ideias desenvolvimentistas, afluíam as massas rurais e urbanas mobilizadas pelas realizações das reformas de base. O golpe de 1964 acabou por fechar qualquer possibilidade de participação política destes sujeitos e aprofundar os problemas das cidades brasileiras. Cf. MARICATO, E. **Habitação e cidade**. 7. ed. São Paulo: Atual, 1997.

⁶² Uma reflexão com maior profundidade sobre o tema pode ser encontrada em: MELO, Marcus André B. C. de. **Políticas Públicas e Habitação Popular: Continuidade e Ruptura 1979-1988**. Dissertação de Mestrado, Pernambuco, UFPE, 1989.

Neste sentido, podemos considerar que as avaliações dos trabalhadores em relação a sua moradia eram bastante sérias, apesar de por vezes não convergirem em relação as avaliações realizadas pelas classes dominantes. Como a moradia tratava-se de uma questão essencial na sua permanência e sobrevivência na cidade, não foram todas as medidas governamentais aprovadas e utilizadas por estes sujeitos, sendo assim, as críticas e as diferentes práticas de luta e acesso a moradia a uma moradia digna continuavam existindo como possibilidades para os trabalhadores.

Augusto nos narra algo que se aproxima da experiência de Carlos. Nascido no ano de 1948 no estado de Minas Gerais, em 1957, aos 9 anos, mudou-se com sua família para Paranavaí, no Paraná. Augusto deixa essa cidade em 1973 e trabalhando como caminhoneiro passa por Alto Piquiri e Cascavel antes de chegar e morar em Foz do Iguaçu no mesmo ano. Assim que chegou na cidade, morou em uma pensão e conseguiu emprego na área da construção civil, 4 anos depois iniciou o trabalho na Itaipu Binacional onde trabalhou por mais 8 anos, até 1985. Augusto transitou entre dois bairros na Região do Porto Meira, o conjunto habitacional Profilurb, em que morou com sua esposa e sogro e, posteriormente, em casa alugada e também no Morenitas I, bairro proveniente de uma ocupação. Quando narra que: “Eu nunca morei de graça, lugar nenhum não, nem que fosse 10 reais tinha que pagar”⁶³, aponta que apesar da trajetória diversificada de moradia, a aquisição da casa sempre trouxe diversos gastos aos trabalhadores, não só no que se refere a compra do terreno, casa ou pagamento de aluguel, o morar na cidade é algo que por vezes não é compatível com a renda dos trabalhadores, tendo assim que recorrer a outros meios de acesso a moradia e subsistência.

Sendo assim, não podemos padronizar as experiências de acesso à moradia dos trabalhadores, pois tendo em vista as diferentes pressões sociais que vivenciavam, as práticas de conquista da moradia aconteceram de maneira diversa. Isto, na região do Porto Meira e do São Francisco, pode ser evidenciado a partir das trajetórias dos trabalhadores aqui apresentados e analisados. A não recorrência de um “padrão” nas práticas de acesso à moradia nestas regiões é o que as tornam ricas quando partimos da análise histórica da cidade a partir da classe trabalhadora.

⁶³ AUGUSTO. Entrevista realizada em 12/05/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

1.2 A cidade e os “de fora”: o deslocamento de trabalhadores para Foz do Iguaçu

O aumento populacional em Foz do Iguaçu foi evento descrito e analisado por diversos sujeitos e grupos sociais, desde os mais críticos, que consideraram os problemas ocasionados por este processo, até os mais coniventes, que até mesmo se utilizam de determinados aspectos destas transformações ocorridas na cidade para a construção de uma história oficial. A intenção aqui não é a de analisar estas produções em específico, mas de nos inserirmos neste campo de disputas sobre a história da cidade. Ao recorrer as evidências da pesquisa é que podemos discutir como foram criados diversos sentidos para a chegada e estabelecimento de um enorme grupo de trabalhadores em Foz do Iguaçu, bem como para as transformações da classe trabalhadora dentro da cidade.

Podemos começar com algumas reflexões sobre as classes dominantes. As duas instituições que se destacam na construção da história oficial da cidade são a Prefeitura Municipal e a Itaipu Binacional, que atualmente convergem na tarefa de impor uma memória e história oficial para Foz do Iguaçu. Ao analisarmos historicamente a constituição destas instituições, percebe-se que nem sempre as relações entre elas foram harmônicas como se tenta expor à sociedade, e que mesmo dentro das classes dominantes as decisões e o poder estavam sendo disputados.

Ao recorrer a documentos da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu foi possível remontar e analisar este cenário de disputas. No dia 11 de outubro de 1974, durante uma reunião na Câmara, o vereador João Batista Wanderey (ARENA) faz o uso da palavra: “para informar que está chegando a primeira leva de trabalhadores e maquinários em nossa cidade, para a grandiosa obra de ITAIPU.”⁶⁴ Esta rápida menção realizada pelo vereador, marca não só as “boas vindas” aos trabalhadores que chegariam e se acomodariam na cidade, mas também o início da atenção que os vereadores e a prefeitura da cidade deveriam ter em relação à estes sujeitos, em que a partir daquele momento uma série de mudanças ocorreriam na cidade. Sendo assim, mais que uma recepção amigável, tal pronunciamento serviu como chamada de atenção ao Poder Público.

⁶⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FOZ DO IGUAÇU. Ata das reuniões extraordinárias da Câmara de Vereadores. 7º Reunião Ordinária, do 2º ano, da 7º legislatura. 11 de outubro de 1974. p. 83.

Seis meses depois, assuntos relacionados à Itaipu Binacional foram novamente citados nas atas da Câmara de Vereadores, mas agora sob condições e posturas bastante diferentes, como expõe o vereador Eduardo Teixeira (MDB):

‘O avultado de uma obra como a hidroelétrica de Itaipu muitas vezes serve de pretexto para que se cometam injustiças sociais irreparáveis sob o escudo do bem público’, fazendo a seguir o Orador, em relato das ocorrências na área que está sendo desapropriada pela Itaipu Binacional, dizendo estarem sendo feitos a toque de caixa as desapropriações demonstrando que a máquina do poder público é insensível aos prejuízos dos cidadãos criando um clima de insegurança social em nome do interesse nacional.⁶⁵

A exposição do vereador explicita a preocupação por parte da Câmara de Vereadores em relação à atuação da empresa e, por consequência, do governo federal no município. Diante deste quadro cabe lembrar que o Brasil no período referido passava por um governo ditatorial, em que em todas as esferas do poder, desde nacional até municipal, a entrada nestes cargos públicos ocorriam por nomeação ou eleições entre os dois únicos partidos do período, MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e ARENA (Aliança Renovadora Nacional). No caso de Foz do Iguaçu, somente os vereadores da cidade eram eleitos, já o cargo de prefeito era feito por “indicação” da ditadura civil-militar.⁶⁶ Mesmo assim, isto não representou uma homogeneidade dentro do grupo de políticos que governavam o país. Argumentos como estes expostos pelo vereador significam que as posturas e, principalmente, os interesses do poder público municipal não andavam em consonância com os do grupo que controlava a Itaipu Binacional. Por vezes, ainda na década de 1970, conflitos entre vereadores do MDB e ARENA ocorreram nas sessões da Câmara Municipal. Neste caso, o vereador filiado ao MDB se utiliza do espaço não para denúncias aos seus colegas vereadores, mas ao governo nacional e a forma com que estava atuando no município no período.

Este quadro pode ser ainda melhor visualizado quando entramos em contato com a documentação decorrente do pronunciamento do Vereador Teixeira. O vereador encaminhou a direção da Itaipu Binacional um ofício contendo toda a sua argumentação

⁶⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FOZ DO IGUAÇU. Ata das reuniões extraordinárias da Câmara de Vereadores. 2º Reunião Ordinária, do 3º ano, da 7ª legislatura. 07 de abril de 1975. p. 95.

⁶⁶ Tal ato era garantido constitucionalmente através da Lei Nº 5.449 de 1968 que declara um conjunto de cidades, entre elas Foz do Iguaçu, como sendo áreas de segurança nacional, garantindo assim através do artigo 2 desta lei que: “Os Prefeitos dos Municípios especificados no artigo primeiro serão nomeados pelo Governador do Estado respectivo, mediante prévia aprovação do Presidente da República.” BRASIL. Lei n. 5449; de 4 de junho de 1968. Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição os Municípios que especifica, e dá outras providências.

que sustentava a ideia de que alguns moradores, rurais e urbanos, do entorno do Rio Paraná estariam sendo prejudicados pela construção da Itaipu Binacional e das decorrentes desapropriações. No dia 19 de maio de 1975 é encaminhado à Câmara de Vereadores a resposta ao documento que foi dada pelo Diretor Jurídico da Itaipu Binacional.

Tal documento contrapõe de forma incisiva as alegações do vereador Teixeira, trazendo uma série de dados que “comprovam” as negociações e os “preços justos” atribuídos às áreas desapropriadas. Além disso, alguns ataques ao vereador também são realizados, quando, por exemplo, o Diretor Jurídico da empresa ressalta que: “[...] é de se estranhar que o nobre vereador, somente agora, após 8 meses do início da desapropriação amigável, se lembre de vir defender os expropriados da área prioritária [...]”.⁶⁷ Finalizando o documento mais ataques são realizados, quando, ao dirigir-se ao vereador, é exposto: “[...] o que se pretendeu foi tratar o assunto sério e complexo, sem o devido estudo, sem uma análise técnica objetiva.”⁶⁸

A intenção destes trechos de documentos não é o de discutir qual dos dois grupos está correto e qual está equivocado, não pretendo aferir se foram pagos os preços justos das desapropriações realizadas por Itaipu – apesar de considerar um campo interessante de estudos, sua complexidade não cabe neste trabalho, sendo que algumas obras foram produzidas e abordam com mais profundidade a temática⁶⁹. Apesar disso, é possível alertar que diante de diversos movimentos sociais organizados pelos “atingidos” pela construção da Itaipu Binacional, são evidências de que o processo foi vividos pelos trabalhadores como injusto ou indigno, portanto, na concepção destes sujeitos o que estava em jogo não era somente uma área de terra, mas sua experiência e seus modos de vida.

A intenção é de analisar alguns sentidos inerentes a estes documentos, que demonstram a divergência de interesses entre grupos das classes dominantes. Os governantes locais preocupavam-se com as questões das desapropriações não só pela “compaixão” aos desapropriados ou a um senso de justiça, mas porque diversas destas desapropriações causariam impactos a outros sujeitos que estavam diretamente ligados

⁶⁷ ITAIPU BINACIONAL. Ofício à Câmara de Vereadores. 19/05/2015. p. 2.

⁶⁸ Ibidem. p. 8.

⁶⁹ Dentre estas obras estão: “O Mausoléu do Faraó” escrito em 1978 pelo jornalista Antônio Carlos Moura, e também o texto “A Taipa da Injustiça” publicado em 1984 pelo professor, jornalista e preso político Juvêncio Mazzarollo. Mais recentemente a pesquisadora Judite discutiu de forma ampliada tal questão. Cf. SCHMITT, J. V. **Os atingidos por Itaipu: história e memória**. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Dissertação (Mestrado em História) Marechal Cândido Rondon: Unioeste. 2008.

ao poder público municipal, como é o caso de alguns proprietários de terras e comerciantes de distritos de Foz do Iguaçu. Por outro lado, o grupo vinculado a Itaipu Binacional tinha suas atenções voltadas à outras direções, relacionadas ao poder federal e grandes empreendimentos.

Estes documentos, devido as suas características de criação e intenções, permitem que lancemos um olhar parcial sobre o início destas transformações na cidade do município, um olhar limitado às classes dominantes, que apesar de evidenciar seus conflitos, não abrem espaço para que possamos refletir sobre as experiências da classe trabalhadora neste mesmo processo. Um dos materiais que nos proporcionou começar a trilhar este caminho de análise das práticas sociais dos trabalhadores foi o jornal *Nosso Tempo*. Dentre as diversas reportagens de caráter contestador, uma cujo título chamou atenção, nos dá indícios sobre a real dimensão do problema dos deslocamentos de trabalhadores para a cidade de Foz do Iguaçu. Na pequena reportagem intitulada “População e Migração”, vinculada a edição 25 do jornal, em 1981, em poucas linhas o periódico expressa sua preocupação com a situação social da cidade, expondo que:

Uma grande concentração populacional é motivo de orgulho para quase todas as pessoas. Contam vantagens e vêem no número de habitantes um fator de pujança e grandeza. Pode ser que seja, em certos sentidos. A rigor, porém, grandes contingentes populacionais aglomerados representam ao mesmo tempo uma grande concentração de problemas sociais de toda ordem. Vejam o caso de Foz do Iguaçu. Os que encontram motivos de glória nesta numerosa população não refletem que dois terços dela está vivendo terríveis dificuldades em todos os setores essenciais à vida.⁷⁰

Esta reportagem representa em um primeiro momento, a postura do jornal *Nosso Tempo*, mais do que uma denúncia, ela assume um caráter de crítica a determinados grupos sociais, crítica essa direcionada tanto as classes dominantes do período que se utilizam do crescimento populacional como forma de promoção. Mas também uma crítica ao restante da sociedade iguaçuense, que mesmo observando ou até mesmo vivenciando diversos dos problemas causados por este aumento populacional negligenciam tais situações, não se preocupando assim com sua resolução. Ao realizar estas críticas o jornal *Nosso Tempo*, ao publicar esta reportagem, realiza também um apelo aos responsáveis à solução deste problema.

⁷⁰NOSSO TEMPO, n. 25, de 10 a 17/06/1981, “População e Migração”. p. 04

Ao constatar esta intenção do periódico atentamos a uma característica que é própria desta evidência: o seu caráter que constantemente culpabiliza todas as situações problemáticas da cidade de Foz do Iguaçu a três sujeitos principais, o prefeito, o Estado e a Itaipu Binacional. Quando olhamos para este período histórico, devemos considerar que o regime ditatorial brasileiro trouxe diversas mudanças para todo o país, desde as pequenas cidades às metrópoles sofreram transformações, fato comum foi o agravamento de problemas sociais e econômicos. Apesar disto, a postura do jornal *Nosso Tempo*, ao delegar tais transformações a estes sujeitos descaracteriza a atuação dos outros grupos sociais do período. A classe trabalhadora aparece nas páginas do periódico por diversas vezes, mas sempre como vítimas de um processo que a atingiu. Além disto, o periódico ao fazer esta caracterização do momento evidenciado também relega as “soluções” dos problemas a própria ação do Estado ou aos militantes, intelectuais e políticos de partidos aliados, mais uma vez, deixando de lado o caráter transformador e político das ações populares.

Mas o jornal *Nosso Tempo* pode ainda proporcionar algumas reflexões sobre as experiências da classe trabalhadora no Município no período. Isto porque, apesar de suas características próprias e elementos problemáticos na análise histórica, tal periódico constantemente se utiliza das falas de seus entrevistados para a composição de suas reportagens e como grande parte de suas reportagens tratam de denúncias ao Poder Público, frequentemente recorreram a entrevistas com sujeitos da classe trabalhadora. A reportagem que foi tratada no início deste capítulo⁷¹ é um exemplo disto, a “entrevista com um favelado” tem como entrevistado Artur Melo Silva. É a partir dela que podemos avançar na nossa aproximação com as experiências de lutas, trabalho e deslocamento da classe trabalhadora na cidade de Foz do Iguaçu.

Na análise da entrevista atentamos para ao caráter que assume esta reportagem como fonte histórica. Por se tratar de uma entrevista que foi produzida e divulgada por um jornal devemos nos preocupar tanto com circunstâncias e as propriedades da evidência que a caracteriza como fonte midiática e também como para as que a caracterizam como oralidade.

Como uma fonte midiática o que mais chama atenção é a postura e os interesses do jornal *Nosso Tempo* ao vincular esta entrevista a uma de suas edições, por se tratar da sétima edição do periódico, assim como na reportagem anteriormente analisada, a

⁷¹ NOSSO TEMPO, n. 07, de 18 a 21/01/1981, “Entrevista com um Favelado”. p. 10-11.

preocupação com as denúncias ao governo civil-militar e a crítica política eram constantes, e foram essas duas últimas questões que direcionam o prosseguimento da entrevista. Ao recorrer a fala de um “favelado” as críticas e denúncias elaboradas parecem tomar uma forma mais geral, de pertencimento à classe trabalhadora e à maioria da população.

A utilização do conceito “favelado” necessita problematização. Apesar de utilizar um termo que está carregado de preconceitos, a reportagem também tem a intenção de aproximar a classe trabalhadora da entrevista e das formulações de Artur, reafirmando que os “pobres” ou moradores de favela também possuem “coisas importantes para dizer”.

Apesar disto, não podemos negligenciar o fato de que Artur não é apenas um “favelado”, que foi escolhido ao acaso para uma entrevista. Artur é um sujeito que possui uma vasta experiência de trabalho, moradia e luta. Sujeito alfabetizado que trabalhou parte da sua vida no campo e parte na cidade, transitou por diversas regiões do Paraná exercendo variadas ocupações, participou sindicato, greve, ocupação e foi professor primário. A entrevista trata-se não somente de um relato de um “favelado”, mas a experiência e avaliação de um trabalhador, que consegue observar a reorganização da produção no campo como uma dos eventos que transformaram os centros urbanos, que consegue não somente identificar diferentes períodos políticos, como o Estado Novo, a Ditadura Militar, os diferentes partidos e candidatos, mas também realizar diversas críticas a estes mesmos sujeitos e formas de governo, propondo até mesmo solução para problemas mais gerais, como é o caso da reforma agrária.

Mesmo assim, Artur quando questionado sobre seus planos para o futuro se mostra bastante desconfortado e pouco esperançoso, ao afirmar que: “Mas homem de Deus, fazer que plano? Do jeito que as coisas estão, o que o pobre pode inventar.”⁷² O suposto pessimismo de Artur, que mesmo com a insistência do repórter na pergunta não é deixado de lado é justificado quando recorremos ao seu passado e as experiências anteriormente citadas. No momento da entrevista Arthur pareceu um sujeito cansado, que mesmo perto dos 70 anos de idade ainda tinha que recorrer a ocupações e a uma qualidade de vida bastante precária para continuar sobrevivendo, mas mesmo assim não abandona esta luta em sua trajetória.

⁷²NOSSO TEMPO, n. 07, de 18 a 21/01/1981, “Entrevista com um Favelado”. p. 10-11.

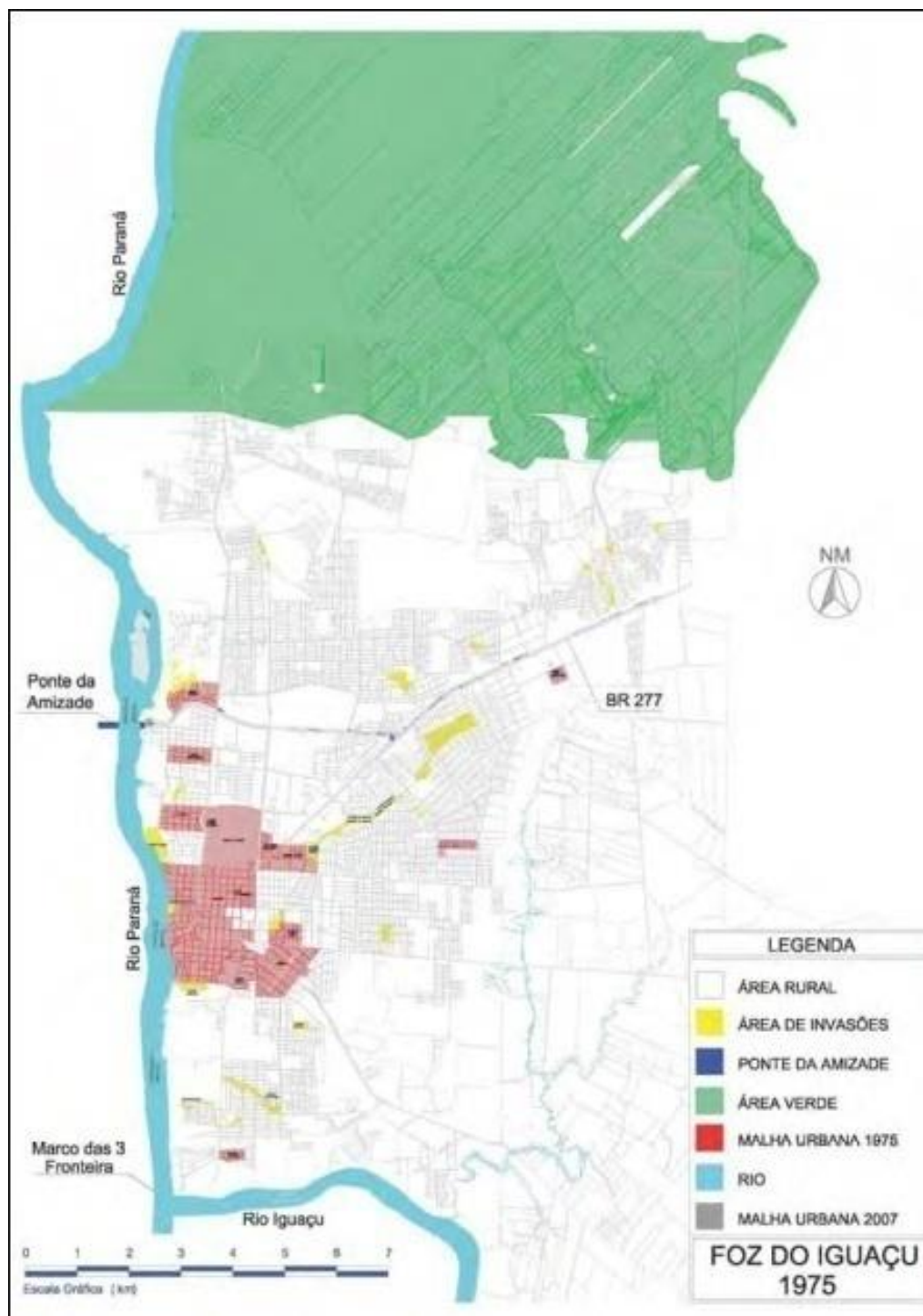
Os trabalhadores da Itaipu Binacional são destacados em sua entrevista, na parte final, quando narra: “quem está construindo Itaipu e as obras da cidade é o favelado”, revela a natureza contraditória desse processo, em que a classe trabalhadora, principal responsável pelas construções que caracterizam na história oficial a cidade de Foz do Iguaçu, como turística – onde está instalada a maior usina hidroelétrica do mundo, com ligação com outros dois países – a mesma classe que realizou a construção de todas estas grandes obras é a mesma que tinha tanto seu trabalho como sua condição de vida mais precários.

Quando Artur é questionado sobre certa necessidade social da Itaipu Binacional, ressalta que: “é uma grande obra, mas não é pra nós que estão construindo isso aí, não”, Artur reafirma este quadro de exploração e desigualdade vivido pelos trabalhadores no período, em que parte importante da população é impedida, a partir de sua condição, de usufruir do que foi construída por ela própria, seja Itaipu Binacional, as Pontes Internacionais, ou as atrações do centro turístico de Foz do Iguaçu, ficando relegadas as ocupações e favelas, que no período também constituíam o cenário da cidade de Foz do Iguaçu.

A construção da barragem impulsionou uma série de transformações no espaço urbano de Foz do Iguaçu. Mesmo assim ao analisar as fontes coletadas podemos perceber que tais transformações não se iniciam juntamente com a obra da barragem, desde a década de 1960 a cidade começa a passar por grandes transformações.

O mapa a seguir evidencia como a dinâmica de crescimento da cidade precede a construção de Itaipu, e que mesmo antes desta obra problemas eram visíveis.

Mapa 01: Planta do Município de Foz do em 1975.



Fonte: THAUMATURGO, L. R. Y. 2012.⁷³

Este mapa retrata 1975, ano em que é iniciada a obra da Itaipu Binacional, além da ampliação da malha urbana ao redor da região central da cidade, um novo evento pode ser observado, as áreas de ocupações urbanas, que podem ser identificadas tanto

⁷³THAUMATURGO, L. R. YA. **Expansão urbana e o crescimento populacional em áreas do entorno de grandes reservatórios: o caso de Foz do Iguaçu** - Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, 2012. Mapa Adaptado da planta de zoneamento do município fornecida pela PMFI (2010).

na região central quanto em regiões mais afastadas, como por exemplo, na região nordeste da cidade onde fica localizado o bairro Três Lagoas e na região do Porto Meira, ao sul do mapa. É possível perceber que mesmo antes do início da construção da barragem, diversas áreas da cidade estavam sendo ocupadas de maneira “ilegal”. Dizer isto, é também constatar que já neste período a luta pelo espaço da cidade era evidente. A maioria destas ocupações, retratadas no mapa anterior aconteceram pelas mãos dos trabalhadores da cidade, uma classe bastante peculiar, constituída tanto por antigos moradores da cidade, que lutavam para morar em alguma região da cidade como também por muitos trabalhadores que vieram de diversas regiões do Brasil com a expectativa de serem empregados e melhorarem suas condições de vida.

A trajetória de Antônio contribui para a compreensão das experiências destes trabalhadores. Quando questionado sobre os motivos da vinda para a cidade Antônio narra que: “Antigamente eu vim aqui pela influência da Itaipu, era época que a Itaipu tava no auge, a influência maior aqui na cidade era a Itaipu, né?”⁷⁴ Antônio integra um grupo imenso de trabalhadores que no período viu na construção da Itaipu Binacional uma oportunidade para mudança de vida, vindos das mais diversas regiões do país, milhares de trabalhadores mudam-se sozinhos, assim como Antônio, e também com toda sua família para a cidade.

Alguns documentos estatísticos da história da cidade evidenciam este movimento, a própria prefeitura apresenta estes dados em alguns de seus documentos, quando expõe que no início da década de 1970 a população urbana de Foz do Iguaçu era de 33.966 habitantes. Dez anos depois esta população saltou para 136.321.⁷⁵ Além desta informação, no material do IPARDES, outra informação interessante pode ser acessada, o número de “imigrantes” atendidos pelo CETREMI (Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante) entre os anos de 1981 a 1983 foi de 27.274, o que corresponde a um número próximo da população de Foz do Iguaçu na década de 1970⁷⁶. Além disto, o mesmo documento ainda fornece o número de passagens de volta para suas terras natais, em que foram expedidas 6.290 passagens, contando assim com a permanência na cidade de 22.693⁷⁷ trabalhadores. Tal número é expressivo se considerarmos que além de não representar o total de trabalhadores que vieram para o

⁷⁴ANTÔNIO. Entrevista realizada em 03/04/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

⁷⁵PREFEITURA Municipal de Foz do Iguaçu. Cronologia Histórica do Município. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/%3Bjsessionid%3D0abd35b355d24fe78246fabcf6?idMenu=1009> Visto em: 13/06/2015.

⁷⁶IPARDES. Balanço do Mercado de Trabalho de Foz do Iguaçu. Relatório II. Abril/1984. p. 24.

⁷⁷ Ibidem.

município, pois se tratava de um cadastro que não era conhecido nem acessível a todos, tais números demonstram o fluxo de sujeitos neste período e também de como estes mesmos sujeitos, em sua maioria, residiram em Foz do Iguaçu. Além disto, ao encontrarmos uma documentação que reafirma a existência de uma instituição pública responsável pelo tratamento de questões relacionadas aos “imigrantes”, é possível constatar um interesse e preocupação do poder público com estes sujeitos que vieram para Foz do Iguaçu, cujos trabalhadores são apresentados basicamente como um problema para o município, sendo assim necessárias ações que “retirem” este problema da cidade. Neste sentido, um dado importante na contabilização da população é a identificação e separação dos que são “imigrantes”, bem como a constatação de quantos deixaram a cidade.

A estrutura da cidade não acompanhou este aumento de mais de 300% da população em uma década. Neste período nem todos os trabalhadores que vieram para a cidade conseguiram emprego na Itaipu Binacional, e mesmo os que conseguiram não lhes foi garantida uma melhora de vida, melhora essa que no período podia ser traduzida como a conquista de uma moradia.

Este também foi o caso de Antônio, que trabalhou durante 15 anos na construção da barragem como carpinteiro e mesmo assim não conseguiu residir na Vila C, bairro que foi construído exclusivamente para os trabalhadores da obra. Segundo Antônio, o motivo foi: “por causa que eu era solteiro, então não tinha a possibilidade de morar nas casas da firma, né?”⁷⁸ Sendo assim, Antônio viu-se empregado na barragem, mas ao mesmo tempo obrigado a pagar aluguel em uma região bastante afastada do seu local de trabalho.

Augusto, narra uma experiência que se aproxima de Antônio, ele também não conseguiu moradia no bairro construído pela Itaipu Binacional. Morando na mesma pensão no centro da cidade. Quando questionado sobre sua rotina relatou que: “Daí eu trabalhava na Itaipu, trabalhava de dia lá, de dia na Itaipu, e vinha posar na cidade.”⁷⁹

Estas duas narrativas não se encerram em si mesmas, elas são bastante representativas, pois demonstram uma dinâmica não apenas de um ou dois sujeitos, mas todo um grupo social que se deslocou para a cidade de Foz do Iguaçu e mesmo garantindo um emprego na construção da Itaipu Binacional teve de lutar pela permanência no município, readequando toda sua rotina de vida em função de seu

⁷⁸ANTÔNIO. Entrevista realizada em 03/04/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

⁷⁹AUGUSTO. Entrevista realizada em 12/05/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

trabalho, com poucas possibilidades de conquista de uma moradia própria e com a incerteza de permanência do emprego após o término da obra.

O trabalho na Itaipu Binacional não foi o único responsável pela vinda de trabalhadores para o município. Muitos destes trabalhadores se sentiam atraídos não pelo trabalho na barragem, mas sim pelas possibilidades que uma cidade como Foz do Iguaçu poderia oferecer para uma mudança nas suas condições de vida.

Estes trabalhadores que saíram de diversas regiões do país em direção a Foz do Iguaçu, por vezes foram retratados como “estrangeiros”, “migrantes” ou “de fora”, construção aparece, de forma ambígua, na própria narrativa de Jaime, quando perguntado sobre os motivos da alta taxa de violência em um dos bairros que morava. Afirma que isto ocorria, pois, “Havia muito estrangeiros, estrangeiro pessoas do nordeste, lá não sei da onde, e o paradeiro.”⁸⁰ Apesar de Jaime também ter vindo “de fora” a sua fala tem a intenção de diferenciar determinados sujeitos. Colocando-se assim, em sua percepção, em posição distinta de um determinado “tipo” de trabalhador que veio para a cidade e que colaborou com o aumento dos problemas sociais como é o caso da criminalidade, ao mesmo tempo em que realiza este distanciamento alinha-se com outro perfil de trabalhador, aquele compromissado com suas obrigações e que estava em busca de uma melhor condição de vida a partir do próprio trabalho.

Esta construção de sentidos dos sujeitos que se deslocaram para o município não aparece somente na narrativa de Jaime, em outros materiais também podemos encontrar estas construções, como é o caso das reportagens do jornal *Nosso Tempo*. A reportagem anteriormente exposta na pesquisa, trazia em seu título esta atribuição de significados, quando se preocupava com a “População e Migração”⁸¹. Este periódico está repleto de construções como esta em suas edições, mas uma que chamou a atenção foi a de duas fotografias e legendas de uma reportagem intitulada “A Crise da Moradia”⁸²:

Imagem 03: Casas em regiões alagadas, 1981

⁸⁰ JAIME. Entrevista realizada em 26/04/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

⁸¹ NOSSO TEMPO, n. 25, de 10 a 17/06/1981, “População e Migração”. p. 04

⁸² NOSSO TEMPO, n. 11, de 18 a 25/02/1981, “Crise de Moradia”. p. 10-15



Fonte: Nosso Tempo, n. 11, de 18 a 25/02/1981, p. 10.

Imagem 04: Família de Trabalhadores recém chegada em Foz do Iguaçu, 1981



Fonte: Nosso Tempo, n. 11, de 18 a 25/02/1981, p. 10.

A imagem 03 acompanhava a legenda: “até no alagado os migrantes fazem suas casas” e a imagem 04 contava com a seguinte legenda: “Eles saem do campo, em que as máquinas substituíram o homem e vem para Foz em busca de trabalho, esta família ficou acampada na rodoviária até conseguir um lugar na favela.” A caracterização destes sujeitos como migrantes é recorrente em todo o periódico para caracterizar os sujeitos que vieram de outras regiões do país em busca de trabalho. Ao utilizar este termo para os trabalhadores o periódico assume uma postura que separa os moradores da cidade e os “de fora”. Esta construção merece alguns cuidados, pois se assumirmos a postura do periódico na análise histórica, diferenciaremos sujeitos que, por mais que

tivessem vindo de diferentes regiões, naquele período constituíam a classe trabalhadora da cidade, que partilhava de necessidades e lutas, independente de onde provinham os sujeitos que a constituíam.

Apesar destes problemas enfrentados ao utilizar as fotografias do jornal *Nosso Tempo*, ainda é possível analisar parte da realidade enfrentada pelos trabalhadores no período, que é comumente negligenciada da história oficial da cidade. A família da rodoviária compõe o mesmo grupo de trabalhadores que Jaime, Augusto e Antônio, que vieram para a cidade gastando suas economias e carregados de incertezas. Ao contrário dos entrevistados é possível notar a situação não somente de um homem solteiro, mas sim de toda uma família de trabalhadores, contando até mesmo com crianças, o que aumentava ainda mais os gastos, responsabilidades e dificuldades destes trabalhadores. Assim, ambientes precários, como o que é mostrado na imagem 03, apareciam não como o lugar esperado ou satisfatório, mas como o último recurso destes sujeitos.

A narrativa de Jaime e as formulações do jornal se aproximam. Ambas dividem a classe trabalhadora no município. Não considero que a classe trabalhadora seja homogênea, obviamente existiram diversas diferenças, tanto nos modos de vida como de trabalho, dos diferentes sujeitos que vieram de diferentes regiões do país tanto os que foram expulsos do campo ou para o trabalho na Itaipu Binacional, o contato entre estes sujeitos pode sim ter causado certo tipo de estranhamento, separação e por vezes até mesmo alguns conflitos no interior da classe trabalhadora. O que não podemos esquecer é que estes sujeitos continuaram compondo esta classe, partilhando de experiências, dificuldades e lutas. Ao analisar historicamente a classe trabalhadora da cidade também percebemos que foram diversas as dificuldades para residir em Foz do Iguaçu, como é o caso dos problemas relacionados a moradia e emprego, mas, mesmo assim, não podemos afirmar que estes trabalhadores eram “outsiders”⁸³, pois grande parte da classe acabou por compor a desigual sociedade iguaçuense, não apenas como “migrantes” ou “de fora”, mas, independentemente do local de nascimento, vivenciaram esse processo histórico e também interviam na constituição da cidade.

Dentro de uma perspectiva histórica oficial do município, os problemas decorrentes deste grande deslocamento e crescimento demográfico são ocultados. Estas

⁸³ É neste sentido então que nos distanciamos de uma visão que separa diversos sujeitos que pertencem, por vezes, a uma mesma classe social, como é o caso dos “estabelecidos” e “outsiders” analisados por Norbert Elias e John Scotson. Cf. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

reportagens, fotografias e entrevistas abrem espaço para a formulação de uma outra história da cidade, uma história marcada pela crescente precariedade da vida dos trabalhadores recém-chegados, pela falta de condições básicas de vida e de moradia, em que as experiências da família na rodoviária e do barraco ribeirinho não constituem casos isolados no contexto social de Foz do Iguaçu da década de 1980, mas sim realidades e vivências recorrentes de determinado grupo social, que lutou de diversas maneiras para a conquista de uma moradia, nem digna muito menos aconchegante, mas que serviria para que não dormissem ao relento.

Em suma, apresentar e refletir sobre estes “lugares da classe”, trata-se não de uma limitação espacial ou das práticas sociais dos trabalhadores, que somente fora “relegados” as regiões periferias da cidade, trata-se de um esforço de compreensão de como os trabalhadores criaram sim espaços com características próprias à classe, mas como também não se limitaram a eles, avaliaram e reavaliaram e exerceram práticas sociais conforme suas possibilidades e práticas enfrentamento, apropriando assim da cidade como um todo. Certamente, a apropriação não ocorreu de forma homogênea ou sem dificuldades, serão estas lutas que trabalharemos nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO II

“DAÍ NÓS FIZEMOS UM ROLO”: OS *BRIQUES* COMO PRÁTICA DE CONQUISTA DA MORADIA EM FOZ DO IGUAÇU (1970-1980)

A moradora de uma área não loteada de Foz do Iguaçu, Felícia Azevedo foi uma trabalhadora que partilhou de práticas de acesso por uma casa própria. Felícia morava em um barraco na periferia da cidade há mais de 10 anos e foi entrevistada pelo jornal *Nosso Tempo* quando estava recebendo ordens de desocupação do local onde residia, pois a terra havia mudado de dono, que estava com intenções de lotear a região. Felícia lavava roupas para fora, e vivia ali com seus dois filhos e seu marido, que trabalhava em uma fazenda no Paraguai, todos eles dividiam um barraco de uma peça feita de madeira. Quando fotografada, Felícia não parecia estar contente, o fato de ter que narrar suas angústias e incertezas em reação a sua moradia aos repórteres do periódico, parece ter contribuído para a expressão em que aparece retratada. Os filhos de Felícia também não expressam a felicidade e curiosidade típica das crianças que se deparavam com jornalistas, portando seus gravadores e máquinas fotográficas, pelo contrário, parecem estar partilhando da mesma tristeza sua mãe.

A experiência de Felícia é pode servir para que pensemos em algumas questões relacionadas ao loteamento das regiões periféricas da cidade de Foz do Iguaçu, a prática da compra e venda de terras, lotes e casas sem nenhum registro ou documentação foi recorrente no município. Muitos moradores antigos da cidade, que detinham uma condição de vida melhor se apossaram de regiões inteiras do município e as venderam quando um contingente de trabalhadores chegou a Foz do Iguaçu.⁸⁴ A prática da venda de loteamentos sem escritura nem registro a um preço acessível aos trabalhadores recém chegados causou problemas que são visíveis em Foz do Iguaçu até a atualidade,

⁸⁴ Pesquisas na área da História como as dissertações de Maria Cristina de Castro Pereira e Rosângela Maria Silva Petuba também tratam desta prática entre os trabalhadores. Tais pesquisas explicitam as diferentes formas dos trabalhadores ocuparem a cidade e lutar por moradia, tratando-se de práticas que por vezes ultrapassam o confronto “oficial” com as outras classes sociais. Atuando assim de formas próprias que é compreensível somente a partir das experiências destes trabalhadores. Cf. PETUBA, R. M. **S. Pelo direito à cidade: Experiências de luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir- Uberlândia (1990-2000).** Ano de obtenção: 2001. Dissertação (Mestrado em História) Uberlândia: UFU, 2001. PEREIRA, M. C. C. **Trabalho, moradia e cidade: lutas de trabalhadores no pouso frio de Toledo (décadas de 1950 - 1990).** Ano de obtenção: 2016. Dissertação (Mestrado em História) Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2016.

exemplo disto é a luta pela regularização da posse de moradia nas regiões de trabalhadores, Porto Meira e São Francisco.

Imagem 05: Retrato de Felícia Azevedo e seus filhos, 1981



Fonte: NOSSO TEMPO, n. 11, de 18 a 25/02/1981, “Crise da Moradia”. p. 10-13.

Felícia foi uma das trabalhadoras que se enquadrava nas descrições feita pela mídia, classes dominantes e até mesmo parte da população dos chamados “Posseiros Urbanos”. Este foi o nome dado por diferentes grupos sociais aos trabalhadores que ao chegar em Foz do Iguaçu não reuniram condições financeiras para adquirir e escriturar suas moradias. Com isso organizaram práticas sociais múltiplas para residir em diversas

regiões da cidade por meio da compra de terrenos de maneira informal ou pelas ocupações de áreas urbanas.

A imagem do “posseiro” era viva na memória da população. A prática social de luta por posse de terras marcou grande parte do cenário brasileiro e também paranaense nas décadas de 1950 e 1960. Por vezes, o termo foi empregado de forma pejorativa, principalmente pelas classes dominantes, considerando a tomada de posse de um terreno ou casa para morar com a família pelos trabalhadores como um ato ilegal. Por outro lado, distanciando-se desta perspectiva, é possível considerar que estas práticas sociais dos trabalhadores pela conquista de suas terras e moradias aconteceram em grande parte sob relações de força extremamente desiguais, nas quais os trabalhadores utilizaram-se das poucas armas e práticas que detinham como possibilidade para esta conquista.⁸⁵

Em 1981 o jornal *Nosso Tempo* publica uma reportagem intitulada “Os posseiros urbanos” e esta nomeação foi atribuída aos moradores de áreas de Foz do Iguaçu que pertenciam ao Patrimônio da União. A nomeação realizada pelo periódico havia sido retirada de um documento do vereador Sérgio Spada (PMDB), em uma carta que enviou ao prefeito da cidade e alguns deputados estaduais e federais. Segundo a reportagem, a carta destaca que: “os ‘posseiros urbanos’ estão aí há muitos anos, sendo necessária a imediata transferência das áreas da União para o Município de Foz do Iguaçu, a fim de que este proceda ao mapeamento e à concessão dos títulos de propriedade aos moradores.”⁸⁶

Ao analisar esta reportagem em conjunto com a postura do periódico e o período próximo das eleições municipais e gerais de 1982, tal reportagem assume um caráter de propaganda eleitoral, visto que o Vereador Sergio Spada detinha estreitas relações com os editores e proprietários do periódico, que partilhavam de uma postura de oposição ao governo municipal. É neste sentido que a reportagem age tanto no convencimento dos trabalhadores, ressaltando a importância da regularização visto os “prejuízos e muitos problemas causados aos atuais possuidores”, como também ao restante da sociedade

⁸⁵ Conflitos que ocorreram no Paraná como a Guerra de Porecatu de 1951, a Revolta dos Posseiros de 1957, a Revolta dos Posseiros de 1961 e também o Levante de Posseiros de Três Barras de 1964 compunham não só uma proximidade geográfica como também memorialística dos habitantes do Oeste do Paraná. Cf. MYSKIW, A. M. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66)**. Ano de obtenção: 2002. Dissertação (Mestrado em História) UNIOESTE/UFF, 2002. MEDEIROS, L. S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. 1995. 295f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas. PRIORI, A. **O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo**. Maringá: EDUEM, 2011.

⁸⁶ NOSSO TEMPO, n. 23, de 20 a 27/05/1981, “Os posseiros urbanos”. p. 5.

destacando que a regularização destas áreas é essencial, pois elas apresentam “péssima visão estética do centro da cidade.”⁸⁷

A carta produzida pelo vereador também coloca os trabalhadores em uma posição social rebaixada, tratando-os como vítimas de um processo que os atingiu. Esta postura é comum entre os governantes e ao ser vinculada e divulgada pelo periódico propaga a imagem de que apesar de algumas práticas dos trabalhadores, a resolução dos problemas sociais era realizado apenas pelas mãos dos governantes, relegando à classe trabalhadora apenas as reclamações.

Por outro lado, esta reportagem proporciona um olhar diferenciado para a estrutura urbana de Foz do Iguaçu no período. Nela são enunciadas diversas vilas nos quais os trabalhadores, ou “posseiros” nos termos do jornal, lutavam por sua moradia e permanência na cidade. O caso da Vila CR-1 contribui para que possamos nos aprofundar ainda mais na historicidade desta questão. Tal vila foi citada tanto nesta reportagem como também em edições anteriores do jornal, como sendo fruto de problemas sociais causados pela falta de regularização de sua área.⁸⁸ Na 12ª edição do periódico, no início do ano de 1981, os moradores da Vila CR-1, situada em uma região central do município, redigiram um abaixo-assinado relatando os diversos problemas enfrentados no bairro, cobrando da prefeitura resoluções e melhorias. É interessante notar que mesmo os órgãos públicos do período tinham dificuldade em determinar a procedência desta área. Uma das hipóteses era de que o terreno pertenceria ao patrimônio da União e a outra é a de que esta área havia sido trocada, ainda na década de 1920, por um cavalo e que o sujeito que a adquiriu começou a loteá-la em meados da década de 1960.⁸⁹

Com esta experiência podemos problematizar alguns elementos relevantes para esta pesquisa, a constituição desta vila, bem como as práticas sociais dos trabalhadores que residiam nela, possibilitam uma visão ampliada sobre o processo histórico de acesso e luta por moradia na cidade de Foz do Iguaçu. Assim como em diversas regiões do país, em Foz do Iguaçu também existiram sujeitos que no início do século XX, “tomaram posse” de áreas de terra, rurais e urbanas. Adquirindo terras através de trocas,

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ Houve o esforço de pesquisarmos trabalhadores que passaram por esse evento e que poderiam permanecer neste local, porém não encontramos nenhum trabalhador deste período na região em que se situava a Vila CR-1. Tal vila foi totalmente desfeita, principalmente porque a área em que estava localizada (cruzamento da Avenida Paraná com Avenida Costa e Silva) tornou-se importante para o comércio e turismo.

⁸⁹ NOSSO TEMPO, n. 12, de 23/02 a 04/03/1981, “Área vendida por um cavalo hoje está em conflito”. p. 09

sem a devida regularização e, posteriormente, loteando estes terrenos a trabalhadores, constitui-se num processo histórico comum aos sujeitos que não viam possibilidades em adquirir seja um terreno ou uma casa, com o pagamento apenas em dinheiro e de forma “regularizada”, ou seja, com escritura de propriedade e registro em Cartório de Imóveis.

Voltando a experiência de Felícia, esta representa a posição dos trabalhadores frente aos problemas relacionados à moradia, evidencia a leitura e práticas destes sujeitos frente estas imposições, uma postura que nada tem de passiva e submissa as autoridades, propriedade ou legislação, mas sim de consciência e enfrentamento a estas normas. Do mesmo modo que Felícia, outros trabalhadores resistiram no local mesmo depois de notificados pela Justiça, mas foram removidos a força após a luta incessante. Contudo, a resistência garantiu que alguns trabalhadores permaneceram em suas residências com muita dificuldade, que em alguns casos são sentidas até hoje.

Assim como podemos retroceder até um passado relativamente distante, próximo a formação da cidade de Foz do Iguaçu para percebemos problemas relacionados a questão da moradia, num movimento de aproximação com o presente, continuamos percebendo que este problema não se extinguiu e ainda atinge grande parte dos trabalhadores de Foz do Iguaçu. Nesta perspectiva podemos usar como ponto de inflexão a experiência de Maria Cavalcante.

Maria é moradora há 29 anos da cidade de Foz do Iguaçu, viúva, tem toda sua família, irmã, filhos e netos residindo na cidade. No momento da fotografia abaixo morava em uma ocupação na cidade de Foz do Iguaçu iniciada em 2013. O primeiro contato que tive com Maria foi quando, em janeiro de 2014, realizei uma série de fotografias na ocupação do Bupas. Inicialmente a intenção era a de fotografar apenas a pequena horta em que Maria cultivava alguns legumes e poucas rosas vermelhas, mas com o convite de um copo de água e um acento acabei por ter uma breve conversa com Maria bem como capturar algumas fotografias de sua pessoa. Alguns de seus parentes entraram junto com Maria na ocupação. A trabalhadora residiu desde a década de 1980 no município, na região do Porto Meira, sempre pagando aluguel, o que tornava sua vida extremamente difícil. Junto a seus filhos e irmã souberam da ocupação, por meio de conhecidos que informaram sobre o ocorrido, entraram na área do Bupas já no primeiro dia do movimento. Aos 63 anos, morava sozinha em um barraco de dois cômodos, onde ela mesma só conseguia entrar de cabeça abaixada. O retrato de Dona Maria apresenta uma face da trajetória de lutas dos trabalhadores, que mesmo idosa,

vivenciando quase três décadas da história de Foz do Iguaçu não encontrou possibilidade de conquistar sua casa própria.

Imagem 06: Retrato de Maria Cavalcanti, 2014.



Fonte: Acervo do pesquisador.⁹⁰

Quatro dias depois de ser fotografada, Maria concedeu uma entrevista e quando questionada sobre a situação do local onde vivia e o próprio ato de ocupar, destacou que:

Meu filho, aqui tá melhor, porque a gente tamo lutando por uma moradia certa da gente, sabe? E a onde eu morava, de fato é melhor a pessoa morar debaixo de uma casa mais seguro, tem mais conforto, né? Tem mais segurança de que aqui, né? Mas aqui eu acho melhor porque eu tô batalhando um futuro pra mim, entendeu?⁹¹

⁹⁰ Fotografia produzida por Lucas Eduardo Gaspar, em 11/01/2014.

⁹¹ MARIA CAVALCANTI. Entrevista realizada em 15/01/2014, por Lucas Eduardo Gaspar.

A leitura que Maria faz de sua realidade leva em conta não apenas suas experiências passadas, mas também, mesmo com uma idade avançada, uma perspectiva de futuro. A casa própria não se resume a um teto sobre sua cabeça ou a uma construção de alvenaria onde poderá residir dignamente, isto ela já possuía em uma casa em que pagava aluguel. A “luta por moradia” na qual se refere extrapola a noção de moradia como casa, e relaciona com a questão de garantia de um direito e de dignidade. As dificuldades enfrentadas cotidianamente, que são compartilhadas com seus vizinhos e os outros ocupantes da área, têm como perspectiva um futuro de conquistas, somente serão conseguidas em uma “batalha”.

Felícia e Maria compõem, junto com o restante dos trabalhadores de Foz do Iguaçu, este histórico de luta por moradia, que não foi homogêneo nem simples de se observar e analisar. Trata-se de um processo complexo, que passou desde a predominância de práticas de compra, venda e troca de terrenos e casas pelos trabalhadores, constituindo assim os *briques*⁹² como principal forma de acesso à moradia até uma mudança nas práticas destes sujeitos, para um movimento que toma proporção e forma a partir da metade da década de 1980 e que visualizou nas ocupações urbanas uma maneira mais efetiva de conquista de sua casa própria e de seu lugar na cidade.

É neste sentido que nos esforçamos no atual momento desta dissertação em refletir sobre algumas questões como: Quais as práticas dos trabalhadores de luta por moradia em Foz do Iguaçu? Quais foram os sentidos atribuídos a estas práticas e como ela passou a se reconfigurar dentro do espaço urbano?

2.1 O negociar para morar: os *briques* como prática de conquista da moradia

A trabalhadora Maria Videia, ao conceder uma entrevista ao mesmo tempo em que conta sua história apresenta também a trajetória de seu pai, Manoel Ferreira. Maria mescla parte de sua trajetória de vida e moradia na cidade com a de seu pai. Segundo a entrevistada, vindo do norte do Paraná, Manoel chegou em Foz do Iguaçu em 1978,

⁹²A palavra *brique* deriva da expressão francesa *bric-à-brac*, traduzida literalmente como bricabraque e significa basicamente um conjunto de velharias ou objetos ecléticos, o termo pode significar também lojas de velharias. Cf. *bric-à-brac* in Francês |Português. Porto: Porto Editora, 2003-2016. Disponível na Internet: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/frances-portugues/bric-a-brac>. Além disto a expressão é utilizada em diversas outras regiões do Brasil dando nome à feiras de negociação a céu aberto como, por exemplo, o “Brique da Redenção”, que ocorre desde 1978 em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

acompanhado apenas da irmã mais velha de Maria, assim que construiu uma casa na região do São Francisco, ainda no mesmo ano, trouxe Maria para morar com ele.

Manoel trabalhou toda sua vida como comerciante, possuindo até mesmo alguns comércios na região do São Francisco, quando chegou nesta região comprou um “barracão” e começou a vender móveis. Tal atividade se desenvolveu e segundo Maria: “o pai comprou um lote na Mario Filho bem e fez um barracão, né? E começou a comprar móveis, aí, pra você ter uma ideia, meu pai não tinha tempo nem de almoçar e era tudo a vista [...]. Lá o pai mandava em metade daquele bairro os lotes era nosso”⁹³.

Dois aspectos podem ser destacados da narrativa de Maria sobre seu pai, o primeiro deles nos dá indícios para que possamos compreender de forma mais aprofundada a composição social dos primeiros sujeitos que residiram na região do São Francisco. O sucesso nas vendas de móveis era decorrente de um processo de estabelecimento maior e acelerado daquela região por trabalhadores. Com a crescente chegada de trabalhadores no município e a percepção de que o São Francisco era uma das alternativas mais viáveis de fixação na cidade, a criação de comércios que atendiam necessidades básicas de trabalhadores tiveram bastante sucesso, como é o caso dos móveis que o pai de Maria vendia. Além disto, a parte final do trecho citado contribui para que possamos compreender também como funcionava a dinâmica de acesso a moradia no período e na região. Manoel por ter trajetória longa no trabalho com o comércio autônomo passou a investir também na compra de lotes e residências na região, tal ação compunha todo um campo de práticas sociais relacionadas ao acesso à moradia pelos trabalhadores. Os *briques* faziam parte do cotidiano destes sujeitos, que formaram práticas para a conquista de alguns bens, tais como carros, lotes ou casas. Manoel vivia basicamente destes *briques*.

Maria: eu lembro muito que ele comprava em mãos, eu lembro quantas vezes o pai fazendo contrato em mãos, e valia [...]. É meu pai fazia muito briques, que eles falam.

Jaime: É, trocava terreno por fusca, por Jipe, mas assim, não tinha muito, era meio no papo, "te dou aquele lote naquele carro, vai", "então tá feito o negócio, vai embora".

Maria: Aí fazia um contrato na mão, sabe? Pegava aqueles cadernão, uma folha de sulfite, fazia, assinava e valia.⁹⁴

⁹³MARIA VIDEIRA. Entrevista realizada em 26/04/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

⁹⁴MARIA VIDEIRA. Entrevista realizada em 26/04/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

Foi esta prática, baseada principalmente na troca, compra e venda de bens, uma das principais formas de acesso dos trabalhadores à moradia na cidade de Foz do Iguaçu. Estes trabalhadores reconheciam o caráter informal destas negociações, que apesar de contar com “contrato” redigido e assinados por ambas as partes da negociação, aquilo pouco valia em relação aos contratos e documentos “oficiais” e “legais” de compra e venda. No entanto, tais práticas tinham validade para estes trabalhadores. A “palavra” e a assinatura dos envolvidos na negociação eram aceitas como uma forma de garantia do processo, em que ambas as partes estavam comprometidas a cumprir com o que foi acordado, caracterizando assim uma prática social que explicitava parte da consciência e postura da classe trabalhadora em questões como o acesso à moradia. Isto também ocorria devido as questões materiais e, principalmente, financeira destes sujeitos, compondo em maioria um grupo de trabalhadores que não residiam em Foz do Iguaçu e que não dispunham de grandes recursos financeiros a possibilidade de compra de um terreno ou casa de forma “legal” tornava-se inviável para estes trabalhadores, que recorriam a prática dos *briques* e, deste modo, também os justificavam.

Poucas são as produções que tratam especificamente deste tipo de mercado. Em geral a maioria enquadra estas práticas como sendo constituição de um “mercado imobiliário informal”. Um dos pesquisadores deste tema é o economista Pedro Abramo, segundo este autor ainda há um “silêncio” em relação as pesquisas que se interessem sobre o “mercado imobiliário informal”, causado principalmente pela complexidade de tal campo de estudo que necessita revisões constantes de hipóteses formuladas e a análise minuciosa de casos e materiais empíricos.⁹⁵ Ainda assim, algumas discussões e pesquisadores contribuem para a composição deste campo de estudo. Uma das principais questões, comum à alguns autores, refere-se a como a constituição de um mercado imobiliário informal surge principalmente como uma prática de sobrevivência pelos trabalhadores, seguindo assim uma lógica própria, baseada na necessidade dos trabalhadores de acesso à moradia para sua permanência e sobrevivência dentro do espaço da cidade. Com isto são criadas regras e “contratos sociais” entre sujeitos em situação semelhante e que funciona de forma independente.⁹⁶

⁹⁵ABRAMO, P. O Mercado de solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres nas grandes metrópoles: notas para delimitar um objeto de estudo para a América Latina. **Revista ANAIS**. v. 11. 2005.

⁹⁶Cf. CYRILLO, G. B. MORADO NASCIMENTO, D. Mercado imobiliário informal e seus mecanismos de operação. In: PPLA 2010: **Seminário Política e Planejamento**. 2, 2010. Anais. Curitiba: Ambiens,

Apesar disto, pode-se notar que este campo de pesquisa foi pouco explorado e mesmo os trabalhos citados acima, que se debruçam especificamente sobre a questão, apresentam alguns problemas. Levando em conta as especificidades de cada área de pesquisa, em sua maioria, ambigualmente, o papel dos trabalhadores é negligenciado nestas análises, apesar deles serem os principais sujeitos que formam e evidenciam este processo, a grande maioria dos estudos está voltada apenas para a análise de “estruturas” previamente estabelecidos e conceituações que por vezes fogem das experiências e da realidade vivida dos trabalhadores.

Por outro lado, o mercado dito “mercado imobiliário informal” é assim utilizado pelos capitalistas do setor, no qual ampliam-se as possibilidades de auferir lucro com o negócio e não garantir as condições de infraestrutura – água encanada, esgoto, asfalto, energia elétrica, escola, praça pública e área de lazer, entre outros – que os novos bairros devem ter. Estas condições já vinham sendo discutidos e pautados desde a década de 1960 com o Seminário Nacional de Reforma Urbana e sendo aplicadas entre as décadas de 1970 e 1980 com a Comissão Nacional de Desenvolvimento Urbano e a proposta de Emenda Constitucional de Iniciativa Popular de Reforma Urbana.⁹⁷

Ao mesmo tempo em que estes debates ocorriam, tanto os trabalhadores como as classes dominantes não esperaram à sua implementação, utilizando-se assim de seus interesses e possibilidades tanto para garantir um direito e uma vida digna quanto para lucrar cada vez mais com o espaço da cidade.

Uma das pesquisadoras que avança em discussões neste sentido é a socióloga Vera da Silva Telles, que apesar de não tratar especificamente da questão da moradia, refere-se a questões relacionadas ao informal e ilegal em contraste com o formal e legal dentro do espaço da cidade. Considera que na verdade estes universos não se constituem como paralelos ou em oposição, em que são justamente nas suas “dobras”, em seus limites e fronteira, que se constituem os jogos de poder, relações de força e campos de disputa.⁹⁸ Telles considera que a experiência dos trabalhadores em relação a questão da

2010. WISSENBAACH, T. C. **A cidade e o mercado imobiliário: uma análise da incorporação residencial paulistana entre 1922 e 2007**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 142p. São Paulo: USP, 2008. GAPRIOTTI, N; V. **Três Ensaio sobre a economia urbana e mercados de habitação em São Paulo**. Tese (Doutorado em Economia). 139f. São Paulo: USP, 2010.

⁹⁷ Cf. GRAZIA, G. de. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. In: RIBEIRO, L. C. Q; CARDOSO, A. L. (org.) **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2003. MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001. SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

⁹⁸ TELLES, V. S. **A Cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

informalidade e da ilegalidade dentro do espaço urbano constituem um espaço de movimentação, em que perpassam diversas fronteiras e códigos aceitos ou impostos.

No curso de suas vidas, indivíduos e suas famílias atravessam espaços sociais diversos, transitam entre códigos diferentes, seus percursos passam através de diversas fronteiras e são esses traçados que podem nos informar sobre a tessitura do mundo urbano, seus bloqueios e seus pontos de tensão, mas também os campos de gravitação da experiência urbana nesse cenário tão modificado.⁹⁹

Vista todas estas atenções e dificuldades ao utilizar o conceito de “mercado imobiliário informal”, neste trabalho optamos por utilizar um termo compartilhado pelos próprios trabalhadores, quando tratam desta situação de compra e venda de terrenos e moradias sem a devida documentação e regularização. Os *briques* referem-se à esta prática, a escolha da utilização deste termo não foi feita ao acaso, pois consideremos que isto também apresenta um posicionamento político, de aproximação e partilha de expressões que não estão distantes ou empregadas de forma dissidentes às práticas destes sujeitos.

Retornando experiências dos trabalhadores de Foz do Iguaçu, sobre este processo temos a narrativa de Assuncion que expressa o modo como conseguiu uma moradia negociando com uma de suas sobrinhas:

Ela se via muito sozinha ali aí quis vender, aí veio pra nós "não eu tenho, eu tenho outro lá no...", aquele tempo era Rincão São Francisco, "daí lá no Rincão São Francisco eu tenho um lote, com casa e tudo, já que eu levei a casa daqui e coloquei lá, eu quero vender aquele lote lá tio "daí o Pedro falou, "ah, se você me vender num preço assim...", "não o senhor pode continuar, vou dar por um tanto pro senhor o resto o senhor vai pagando, porque eu não paguei tudo ainda o lote", "então tá, então vamo".¹⁰⁰

Assuncion e sua família tinham a intenção de deixar o campo para residir na cidade, perceberam que este tipo de negociação seria o modo que realizariam esta mudança, mesmo sabendo da “irregularidade” da residência. A oferta de sua sobrinha, que já não estava mais satisfeita com a vida na região, por motivos diferentes dos de Assuncion, decide mudar-se para outro local. Disponibilizando sua residência para a

⁹⁹ Ibidem. p. 17.

¹⁰⁰ ASSUNCION. Entrevista realizada em 04/09/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

venda, como se tratava de familiares a forma de pagamento pelo negócio tornou-se ainda mais flexível.

Assim como Assuincion diversos trabalhadores o fizeram, pagando parceladamente, a vista ou realizando trocas, adquiriram terrenos ou casas que somente na atualidade tiveram sua escritura ou ainda estão batalhando para conquistá-la. Sabendo deste tipo de mercado, esta prática não passou despercebida pelos outros grupos e classes sociais. Várias foram as reportagens do jornal *Nosso Tempo* que retratavam a situação de disputas em bairros inteiros que foram criados sem a devida regularização.

A primeira reportagem encontrada que trata da questão, está presente na segunda edição do periódico, intitula-se “Mulher de ‘Lasca-fogo’ expulsa invasores”¹⁰¹. Nesta reportagem a esposa de um morador da Vila Borges conhecido por “Lasca-fogo” enfrenta sozinha alguns funcionários públicos que estavam entrando na propriedade de seu marido para o início da construção de uma rua. É interessante notar que nesta reportagem os “invasores” não são trabalhadores ou famílias pobres da cidade, mas sim o próprio poder público, o que demonstra o posicionamento do periódico em defesa dos moradores destas regiões onde haviam problemas em relação a moradia. Alinhando assim a postura do jornal à dos trabalhadores que, fixados neste local a algum tempo, independente da forma como adquiriram os terrenos e as moradias, consideravam-se os proprietários destes locais. Não necessitando de decisões “legais”, os trabalhadores sentiam-se pertencentes ao seu local de moradia, chegando até mesmo a considerar agentes e funcionários públicos como invasores.

Nesta mesma reportagem, a denúncia direciona-se também ao problema mais geral do loteamento Vila Borges, proveniente da venda em pequenas partes de uma chácara do município, que sem a devida documentação acabou por se tornar um bairro ilegal. Segundo o jornal: “Assim surgiu a Vila Borges, desordenada e ilegal. Hoje é um conglomerado de casas sem alinhamento, 56 compradores de lotes clamando por escritura.” Posteriormente o jornal complementa:

Os habitantes de Vila Borges estão desesperados não só por não terem escritura depois de pagarem, na maioria, todas as prestações, mas também porque não sabem se no dia amanhã vão chegar em casa vindo do trabalho e depararem com suas casas demolidas, talvez porque um topógrafo ou um projetista cometeu um erro. O projeto de

¹⁰¹ NOSSO TEMPO, n. 2, de 01/12 a 10/12/1980, “Mulher de lasca-fogo expulsa invasores”. p. 16.

legalização da Vila Borges já deu entrada na Prefeitura várias vezes e foi devolvido.¹⁰²

A Vila Borges atualmente está localizada dentro da grande região do São Francisco. Esta reportagem evidencia, em primeiro lugar, a recorrência das práticas relacionadas a um mercado construído pelos trabalhadores e também do início de práticas de especulação imobiliária, em que supostos donos de grandes áreas de terras realizaram divisões em sua propriedade e as venderam por preços ou parcelas acessíveis para os trabalhadores, que sem a possibilidade de confirmar os títulos dos “proprietários” ou legalizar o negócio efetuado viviam em constante insegurança em relação a sua permanência na moradia conquistada.

A busca pela escritura de seus terrenos e moradia constituiu-se parte do processo de constante movimentação e construção de sentidos dos trabalhadores em relação ao acesso à moradia. Mesmo avaliando como válido o comércio que realizavam de maneira informal, tinham em mente também a preocupação com a “legalidade” destas moradias, e isto relaciona-se principalmente com a insegurança que os moradores da Vila Borges estavam enfrentando

Muitos trabalhadores somente tomavam conhecimento da real situação de suas residências e bairros nos momentos em que eram procurados pelo poder público para a regularização das áreas em que viviam ou simplesmente para a expulsão destes trabalhadores de suas moradias. Esta experiência também ocorreu em outro loteamento na região central de Foz do Iguaçu, exposto na primeira edição do jornal *Nosso Tempo*:

Quando os compradores se deram conta de que o loteamento era frio, já haviam construído casas e feito outras benfeitorias. Mais de cem famílias decidiram sair mesmo perdendo tudo. Inclusive tiraram as casas. O restante decidiu lutar e lá estão até hoje. Suspenderam o pagamento das prestações e dizem que só vão sair se o dono do loteamento devolver o que eles já pagaram com juros e correção, além da indenização.¹⁰³

Neste caso, muitos trabalhadores cederam as pressões do poder público, fato que é justificável, pois demonstra a percepção destes sujeitos, em que reconhecem a relação de forças desiguais entre os trabalhadores e as classes dominantes e que apesar de feita uma negociação que era aceita entre os trabalhadores, ela se diferenciava das

¹⁰² NOSSO TEMPO, n. 2, de 01/12 a 10/12/1980, “Mulher de lasca-fogo expulsa invasores”. p. 16.

¹⁰³ NOSSO TEMPO, n. 1. 3 de dezembro de 1980. “POVÃO”. p. 13.

negociações feitas “legalmente”. Por outro lado, houveram os trabalhadores que resistiram a esta remoção e que neste sentido, é possível identificar um elemento interessante da questão da moradia no município, o da luta e resistência da população para a conquista de uma casa, enfrentando proprietários e também o próprio poder público para a permanência na cidade.

Os trabalhadores agiram de formas diversas, desde o enfrentamento direto com o proprietário da terra e poder público, até práticas sociais coletivas e organizadas pautando projetos e a legalização da área em que estão vivendo. Alguns sentimentos permeiam todas estas práticas, como é o caso da dúvida em relação ao seu futuro, do medo de a qualquer momento ser despejado de sua casa, mas também da força em continuar diariamente lutando por um elemento essencial das suas vidas, a moradia.

Tais sentimentos apesar de influenciarem suas experiências, não as decidem completamente, ainda assim, de todos os limites e pressões que foram enfrentados ao vivenciar esta situação, a necessidade de uma moradia e do sentido que esta assume na vida do trabalhador, faziam com que estes sujeitos enfrentassem todas estas situações.

Os *briques* encaixam então neste cenário como uma prática de acesso à moradia feita por estes trabalhadores. Prática esta que merece cuidados e atenção ao ser trabalhada, pois ao mesmo tempo em que demonstra a disposição dos trabalhadores em garantir sua moradia, mesmo que para isso seja necessário recorrer a práticas “informais” ou “ilegais”, também não é possível identificar um movimento coletivo e organizado destes sujeitos em relação a esta prática. Afirmamos isto não no sentido de deslegitimar tais ações, mas sim de evidenciar a complexidade do processo. Práticas como a dos *briques* caracterizam a incipiente formação da classe trabalhadora em Foz do Iguaçu, sinaliza para as preocupações comuns vividas e enfrentadas pelos trabalhadores, mas também as suas diferenças e diversidade. Trabalhar sob este prisma não algo fácil de ser realizado, mas consideramos que é a partir dele que podemos refletir sobre as práticas dos trabalhadores com maior profundidade, por isto seguimos este caminho.

Apesar de não solucionar o problema da moradia, o poder público municipal o percebia e se preocupava com esta questão, principalmente, como vimos anteriormente, pelo evidente crescimento demográfico do município a partir de 1974. No Relatório de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu lançado em 1978, é possível perceber um aumento exponencial da construção de unidades habitacionais pela prefeitura, em que, desde 1974 o número de unidades que era de 4000, em 1977 passou a ser de 8.350 e no ano

seguinte este número quase dobrou, atingindo 15.114 em 1978.¹⁰⁴ Ao que a primeira vista parece um grande avanço para a questão da habitação do município no período, pode ser reavaliado quando temos contato com outros números deste mesmo documento. Estes números demonstram o crescimento demográfico do município que no ano de 1975 possuía cerca de 39 mil habitantes e três anos depois, em 1978, contava com 138 mil habitantes.¹⁰⁵

Os problemas relacionados a moradia continuaram sendo pauta recorrente do poder público municipal de Foz do Iguaçu, como é o caso da Câmara Municipal de Vereadores de Foz do Iguaçu. Na sessão realizada em novembro de 1977 o vereador Francisco Freire (MDB) usou da palavra para expor o seguinte pronunciamento:

[...] em Foz do Iguaçu, infelizmente a fiscalização inexistente com relação aos problemas de loteamentos. Loteamentos esses, considerados clandestinos [...] proprietários de loteamentos destes, estão iludindo o povo de Foz do Iguaçu. Pois todos que compraram seus lotes dos referidos loteamentos, não tem amparo legal, não sendo possível a escrituração.¹⁰⁶

Assim como nos diversos outros documentos apresentados da Câmara de Vereadores, as falas dos vereadores de “oposição” ao governo local e nacional toma características primeiramente de ataque político ao grupo oposto. O vereador Francisco Freire logo no início de sua parte deixa claro que a preocupação com o problema dos loteamentos clandestinos é negligenciado pelos governantes da base aliada ao governo. Além disto, o documento revela, em primeiro lugar, todo o conhecimento e interesse do poder público municipal neste tipo de mercado, que, vista a conjuntura social e demográfica do município e da pouca efetividade das ações municipais em relação a resolução do problema da moradia, tornava-se cada vez maior e com menos forma de controle. Sendo assim, os interesses municipais passavam menos pela preocupação com as condições de vida e moradia dos trabalhadores e mais pelos interesses políticos e econômicos das classes dominantes municipais que consideravam inadmissível a venda de terrenos que não possuíam um proprietário legalmente estabelecido bem como a

¹⁰⁴PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Relatório estatístico do desenvolvimento de Foz do Iguaçu. Período 1974/1978. 1978. p. 38

¹⁰⁵Ibidem. p. 16

¹⁰⁶CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FOZ DO IGUAÇU. Ata das reuniões extraordinárias da Câmara de Vereadores. 8º Reunião Ordinária, do 1º ano, da 8º legislatura. 09 de novembro de 1977. p. 104.

percepção de que esta prática “informal” pouco beneficiava economicamente os setores públicos.

O argumento utilizado pelo vereador de que os trabalhadores estavam sendo “iludidos” ao comprarem terrenos ou moradias em loteamentos ilegais serve como uma argumentação utilizada para o convencimento dos demais vereadores de que o que estava sendo exposto necessitava ser resolvido, pois atingia diretamente os sujeitos mais pobres da cidade. Mas se retornarmos as outras evidências encontradas sobre a questão em que os trabalhadores aparecem de forma mais direta percebemos que a grande maioria dos trabalhadores estava ciente das ações que realizavam. Sabiam de forma plena de que a negociação que estavam realizando não era “legalizada”, mas que devido a sua situação, eram uma das únicas maneiras de conquistar uma moradia própria.

Durante o trabalho de pesquisa na Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu localizamos um documento de 1980 intitulado: “Alternativas para a cidade de Foz do Iguaçu após o ‘ciclo de Itaipu’”. No documento a Prefeitura Municipal reconhece vários problemas enfrentados a partir de 1974 e o crescimento demográfico de Foz do Iguaçu expondo que: “com o impacto populacional, evidenciado pela construção da Usina de Itaipu, os problemas sociais se agigantaram. Com a escassez de moradias as favelas cresceram, e com isto, a qualidade de vida decresceu consideravelmente.”¹⁰⁷ Após elencar todos os programas habitacionais implantados pela prefeitura constata que: “Apesar de todos esses programas habitacionais, ainda há um grande déficit habitacional, devido o grande crescimento da população.”¹⁰⁸

No documento a principal preocupação referia-se ao que aconteceria com o município de Foz do Iguaçu após o “ciclo de Itaipu” que terminaria em 1982 com a “geração da 18ª turbina e a formação do Lago e com a consequente desmobilização da população.”¹⁰⁹ Após uma longa exposição dos principais problemas enfrentados pela administração municipal no período o documento apresenta as “alternativas” para futuro do município. Apesar de constatados os diversos problemas enfrentados pelos trabalhadores da cidade e de como se encontravam em uma situação de vida precária, nenhuma das “alternativas” propostas para a resolução destas questões passavam pelos interesses específicos dos trabalhadores, resumindo as alternativas a somente quatro pontos, foram eles: I. Turismo, II. Área de Livre comércio, III. Área Industrial e IV.

¹⁰⁷PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Alternativas para a cidade de Foz do Iguaçu após o “ciclo de Itaipu”. 1980. p. 1

¹⁰⁸ Ibidem. p. 2

¹⁰⁹ Ibidem. p. 4

Centro de Formação e Capacitação Profissional. Revestida de um discurso generalizante que beneficiaria a população como um todo o que encontramos nas propostas da Prefeitura é, em suma, o beneficiamento dela própria e das classes dominantes.

Este documento também evidencia uma discussão amplamente realizada nos estudos sobre questão da moradia, em que uma das formulações corriqueiras para a explicação dos problemas relacionados à moradia no Brasil era dada ao chamado “déficit habitacional” que enxergava uma defasagem entre o ritmo de crescimento da população nas cidades e a construção de novas moradias, causando assim o surgimento das moradias precárias, do aumento dos preços das habitações e da segregação social nas cidades.

No ano de 1983 é publicada a obra *O que é questão da moradia*, escrita pelo historiador Robert Pechman e pelo arquiteto e urbanista Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, que nega completamente esta formulação encontrada no documento do “déficit habitacional” como causador dos problemas habitacionais brasileiros. Esta concepção, para os autores, usualmente aparece em documentos oficiais e governamentais, e a solução seria simplesmente o aumento da construção de moradias, de forma a acompanhar o crescimento juntamente com as necessidades da população e caberia ao Estado criar programas que incentivassem a criação dessas residências.

Conforme suas formulações consideremos que tal argumentação não é convincente, pois seguindo esse prisma os pobres seriam responsáveis pela pobreza, quando na verdade o “déficit habitacional” não pode ser explicado pelo crescimento da população urbana, e sim: “Se existe ‘déficit habitacional’ é porque grande parte da população urbana brasileira está excluída do mercado da produção de moradias.”¹¹⁰ São duas as razões dessa “exclusão”: a distribuição desigual da renda e o elevado preço ao direito de habitar na cidade, fruto das condições que regem a produção capitalista de moradias.

A imagem exposta a seguir demonstra uma face desta exclusão. Ao observar a fotografia fica evidente que esta área foi construída sem um planejamento, as casas construídas com estilos e materiais diversos, algumas delimitadas por muros, outras por cercas e algumas sem nenhum tipo de delimitação. Sem calçadas para pedestres, calçamento nas ruas e muito menos asfalto, no chão a predominância é a da terra batida e das valetas que compunham o “Sistema Sanitário” dos trabalhadores que ali residiam.

¹¹⁰RIBEIRO, L. C. de Q, PECHMAN, R. M.. *O que é questão da moradia*. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense. 1985. p. 09

Algumas crianças e um homem podem ser vistos de forma distante na fotografia, estes sujeitos, apesar das idades parecerem bastante diferentes, ao serem retratados neste cenário parecem possuir algo em comum, a experiência de insegurança em relação a sua moradia, possivelmente não passava pela mente destas crianças preocupações com esta questão, mas a condição compartilhada e o bairro em que viviam provavelmente iriam colocá-las, no futuro, nesta situação e com estes anseios.

Imagem 07: Jardim Tropical, 1981



Fonte: NOSSO TEMPO, n. 19, de 15 a 22/04/1981, “Um baita rolo no Jardim Tropical”. p. 14.

Esta imagem foi vinculada a 19ª edição do jornal *Nosso Tempo* em 1981, em uma reportagem que retratava conflitos em torno da regularização de um bairro chamado Jardim Tropical¹¹¹, localizado na região do Porto Meira.

Nesta reportagem é narrada a complexa história da formação do loteamento, em que tal área de um alqueire e meio pertencente ao governo do estado do Paraná em 1975 foi permutada por uma propriedade rural no município de Três Barras. Passados alguns anos o proprietário transferiu seus “direitos de posse” ao seu genro, que iniciou o loteamento desta área. No ano em que a reportagem foi realizada cerca de 100 famílias residiam no local, todas elas sem a escritura de seus imóveis.¹¹² O caso do Jardim Tropical pode reforçar a reflexão sobre o mercado baseado nos *briques* em Foz do

¹¹¹ No primeiro capítulo deste trabalho tratamos de um bairro situado na mesma região que também levava o nome de Jardim Tropical. No agora apresentado trata-se de um bairro que apesar próximo possuía características distintas. Posteriormente este bairro passou a ser chamado de Jardim Shalom.

¹¹² NOSSO TEMPO, n. 19, de 15 a 22/04/1981, “Um baita rolo no Jardim Tropical”. p. 14.

Iguaçu, demonstrando uma face da especulação imobiliária realizada por estes “proprietários” de terras que viram na chegada de um grande número de trabalhadores na cidade a oportunidade para que pudessem ganhar mais dinheiro.

Muitos trabalhadores apesar de estarem cientes do tipo de negociação irregular que realizavam a compra de suas casas ainda assim eram movidos pela esperança de que a situação fosse regularizada. Aproveitando-se destas expectativas estes “proprietários” de terras se utilizavam delas para que pudessem vender cada vez mais seus lotes.

[...] essa gente [proprietários] são todos um sem-vergonhas. Eles vendem o terreno prometendo que dentro de 90 dias vem a escritura. Já faz cinco anos e até hoje ninguém tem nada. Depois de muito tempo o cara que comprou fica sabendo que entrou numa fria e trata de passar o abacaxi pra frente.¹¹³

A narrativa de um trabalhador e que residia no Jardim Tropical explicita esta dinâmica, além disto demonstra a percepção dos trabalhadores que, vista as promessas não cumpridas, a situação precária vivida e a quase inexistente expectativa em regularizar a questão da sua moradia decide que o melhor a fazer é novamente negociar sua atual casa e partir em busca de outra, reproduzindo e dando força à este tipo de negociações. Tal ação, agora feita pelos trabalhadores, não parece ter o mesmo sentido do que a realizada anteriormente, o do simples lucro. Parece, na verdade, estar relacionada a anseios deste grupo social como, por exemplo, a preocupação com um possível despejo e violência policial, além da incerteza constante de permanência relacionada ao seu local de moradia, no qual foi investido tempo e recursos para o seu melhoramento e que não poderiam ser perdidos desta maneira.

Devemos considerar também que, mesmo os trabalhadores, utilizam-se de momentos e práticas em interesse pessoal. A venda de terrenos irregulares para que consigam “lucrar” ou ganhar um dinheiro extra não pode ser negligenciada nesta pesquisa. Tal prática também compõe o campo de ações destes sujeitos. Afirmando isso não intencionamos deslegitimar as práticas sociais dos trabalhadores, bem como sua visão de mundo. Na verdade desejamos reafirmar a complexidade destas práticas, empenhando-se em se distanciar de tipificações cristalizadas, que ao fim passam a ideia de que os trabalhadores foram sempre vítimas de um processo. Apropriar-se de uma questão como a do “lucro” não faz destes trabalhadores sem consciência e totalmente

¹¹³Ibidem.

dominados pelo sistema que vivem. Faz com nos esforçamos a refletir sobre os sentidos que tal prática possui em sua vida, em sua condição, como trabalhador e como uma classe social.

Dois anos depois, o Jardim Tropical volta as páginas do *Nosso Tempo*, desta vez tratando de uma desocupação. Na reportagem destaca-se a experiência da família de Antônio Mariano dividia 2 peças de madeira em cinco pessoas, haviam comprado somente o terreno alguns anos antes da ordem de desocupação, na negociação de 120 mil cruzeiros. Antônio deu uma entrada de Cr\$ 27.500 cruzeiros e depois que soube que o loteamento era “frio” e da conversa realizada com um dos vereadores da cidade deixou de pagar o restante das parcelas. Quem moveu o processo e o despejo de Antônio foi Alcides de Abreu, proprietário da área onde ficava o Jardim Tropical, movido justamente pela falta de pagamento do valor negociado no terreno.¹¹⁴ Além da possibilidade de compreensão ampliada sobre a questão da moradia e do aparelho de vigilância e punição governamentais, em que a lei era aplicada somente contra os trabalhadores e pouco atuava em relação aos “proprietários” das terras, o que se destaca na entrevista é a narrativa transcrita de Ester, esposa de Antônio:

Ser despejado é uma coisa muito triste [...]. Eles chegaram em cinco, sendo um oficial da Justiça e quatro policiais fardados. Pediram pra mim sair da casa que eles iriam jogar os móveis na rua e daí eu disse que não sairia porque a casa foi a gente quem construiu e se não pagamos o restante do terreno é porque eles não querem dar a escritura. Foi um negócio muito triste quando eles disseram que não tinha jeito mesmo e me mostraram a ordem assinada por alguém que eu não sei se era o juiz por que não sei ler. As crianças começaram a chorar quando os soldados começaram a carregar os móveis e obrigaram a gente a sair pra fora. Uma das meninas me perguntou: - Mãe, agora onde a gente vai morar?¹¹⁵

A primeira reação de Ester com a notícia foi a de negação e resistência, afirmando que iria permanecer em sua casa, mas após perceber que sua família era a única a ser despejada e que nem seu marido que estava trabalhando poderia auxiliá-la decidiu com muito pesar acatar a ordem. Tal ação não pode ser considerada como uma simples resignação as classes dominantes e seus aparelhos de controle, trata-se de uma análise feita por Ester em que concluiu que mesmo não querendo sair de sua residência no momento esta era a opção mais plausível, pois apesar de não saber o que iria fazer

¹¹⁴NOSSO TEMPO, n. 75, de 30/06/1981 a 06/07/1981, “Rolo no loteamento Shalom: Famílias ameaçadas de despejo”. p. 18.

¹¹⁵ Ibidem.

após o despejo tinha muito mais medo do que poderia acontecer com ela e com suas filhas pequenas ao enfrentar sozinha tal ordem.

Ester e sua família após o despejo fariam parte do grande número de desabrigados em Foz do Iguaçu no período. A tristeza de Ester foi sentida não apenas por ela e por sua família, tal sentimento foi compartilhado por diversos trabalhadores que no período, apesar da cotidiana batalha por sobrevivência e permanência na cidade, não conseguiram garantir seu direito a uma moradia própria. Como a experiência das famílias que residiam em uma das favelas mais antigas da cidade, a favela do Jupira, situada próximo às margens do rio Paraná e próxima a Ponte da Amizade em 1987, cerca de 12 famílias receberam ordem de despejo.

A reportagem do jornal *Nosso Tempo* intitulada *Despejo de favelados no Jardim Jupira*¹¹⁶ evidencia esta experiência. Informa que todas as famílias que ali residiam eram de brasiguaios, alguns destes trabalhadores que moravam no Brasil ao enfrentar o período já retratado de desemprego em meados da década de 1980 decidiram tentar novas oportunidades no território paraguaio. Após a difícil permanência no país vizinho retornaram para Foz do Iguaçu. Nesta reportagem foram os próprios trabalhadores que procuraram a redação do periódico, pois, conhecendo sua postura crítica acreditavam que o mesmo iria acolher suas reclamações e que poderia apontar caminhos para a resolução do problema.

A experiência dos moradores da favela do Jupira permite avaliar alguns aspectos das formas de ação e luta dos trabalhadores de Foz do Iguaçu diante de uma situação como esta. Ao adquirir o terreno de forma não regularizada estes trabalhadores avaliavam que aquela área pertencia à eles, além disto, independentes de serem brasiguaios estes sujeitos detinham um sentimento de pertencimento aquele local. A primeira iniciativa foi uma tentativa de diálogo e convencimento dos guardas que levaram a ordem de despejo, tal ação fracassou totalmente e os moradores receberam resposta negativa e que no prazo estabelecido seus barracos seriam incendiados. Após isso recorreram a Prefeitura Municipal, na qual, segundo os trabalhadores, a resposta foi de que “eles têm problemas demais e que não podia fazer nada por nós”¹¹⁷.

O último local em que os trabalhadores se dirigiram foi a redação do periódico, e lá receberam uma sugestão semelhante a que os próprios guardas da ação de despejo haviam dito a eles: “Resistam lá onde estão até que podem. Denunciem. E procurem um

¹¹⁶NOSSO TEMPO, n. 257, de 24 a 30/12/1987, “Despejo de favelados no Jardim Jupira”. p. 15.

¹¹⁷Ibidem.

terreno da prefeitura, ocupem e depois negociem para ficar nele.”¹¹⁸ A partir deste documento podemos perceber como as ocupações de terras urbanas tornavam-se cada vez mais uma alternativa em relação a conquista da mora moradia pelos trabalhadores. A intransigência do aparato policial e da “legalidade” em relação a esta questão, bem como o descaso dos órgãos públicos, foram também alguns dos fatores que impulsionaram estas práticas sociais. As ocupações urbanas serão tratadas em um momento posterior deste trabalho de forma mais aprofundada, o que cabe ressaltar aqui sobre este caso é que apesar das constantes pressões e enfrentamentos da classe dominante, os trabalhadores não permanecem imóveis, buscam, conforme suas possibilidades, recursos para que possam entrar nesta luta.

É possível identificar algumas outras práticas de conquista da moradia se recorrermos as evidências de outras regiões da cidade. No ano de 1985 temos a experiência dos trabalhadores que residiam na Vila União, comumente conhecida como Favela da Guarda Mirim. Tal favela era uma das mais antigas do município, em que desde a década de 1960 começou a ser ocupada por trabalhadores, esta favela situava-se na região central de Foz do Iguaçu. Em 1985, quando a área aparece nas páginas do jornal *Nosso Tempo*, contava com cerca de 500 moradores. Os trabalhadores que ali residiam apesar de terem negociado seus terrenos e casas não possuíam nenhum documento de registro ou posse. Preocupados com o recente despejo de uma outra favela que situava-se ao lado, a chamada Favela Bom Jesus, no mesmo ano de 1985 os trabalhadores perceberam que necessitavam agir de para que o mesmo não acontecesse com eles.

Em dezembro de 1985 os trabalhadores em conjunto com a associação de bairro elaboraram um documento com 5 reivindicações principais: “Urbanização da favela, instalação de um posto de saúde, escolas com horário integral e tarifas dos transportes congelados em cinco por cento da diária mínima do trabalhador.”¹¹⁹ Tal documento foi direcionado diretamente aos candidatos a prefeito da cidade, que ao recebê-lo assinaram se comprometendo a cumprir as reivindicações. Após esta assinatura do documento passaram agir ainda mais na garantia de sua permanência no local, compostos por uma maioria de trabalhadores que exerciam a função de catadores de papel, decidiram ainda no final de 1985 pressionar de todas as formas o poder público a desapropriar a área de seu “legítimo” dono e dar início à um “Projeto Mutirão”

¹¹⁸Ibidem.

¹¹⁹NOSSO TEMPO, n. 200, de 23 a 30/12/1985, “Favelados prometem lutar contra despejo”. p. 11.

No ano seguinte, em 1986, mais uma vez a experiência da Favela da Guarda Mirim aparece nas páginas do jornal *Nosso Tempo*, agora com um novo problema. O antigo candidato e eleito prefeito Dobrandino da Silva, que havia assinado o documento elaborado pelos moradores da favela e se comprometido a cumprir suas reivindicações depois de quase um ano de mandato não havia cumprido nada. Pressionado pelos moradores novamente o prefeito de Foz do Iguaçu propôs a transferência dos moradores da área para a região sul da cidade, no Porto Meira. Avaliando a proposta e a sua situação os moradores foram contundentes ao negá-la. “Essa proposta nós não aceitamos, porque a maioria das pessoas que mora aqui na favela vivem de biscates no centro, ou então catam papel. Indo para o Porto Meira, vamos ficar sem meios de sobreviver.”¹²⁰

Vista a negativa dos trabalhadores em relação a proposta feita pela prefeitura, o poder público articulou uma nova chapa que concorreria para a associação de moradores, pautando a aceitação da transferência dos trabalhadores. Mesmo com estas práticas sociais os trabalhadores continuaram firmes com sua decisão votando pela reeleição da antiga diretoria da Associação, que venceu com mais de 90% dos votos. Os trabalhadores que ali residiam continuaram morando no mesmo local. Com uma área cada vez maior e com um número de habitantes elevado, em 2015 foram finalizados os conjuntos habitacionais para onde estas famílias se mudariam¹²¹. Ao contrário da proposta de 1986, estes conjuntos habitacionais foram construídos na mesma área da favela, assim como pautavam os trabalhadores desde a década de 1980. Sendo assim, as práticas dos trabalhadores que residiam na Favela da Guarda Mirim corroboram para a nossa compreensão da prática social coletiva de resistência dos trabalhadores em relação as imposições, políticas, comerciais e imobiliárias sobre a sua moradia.

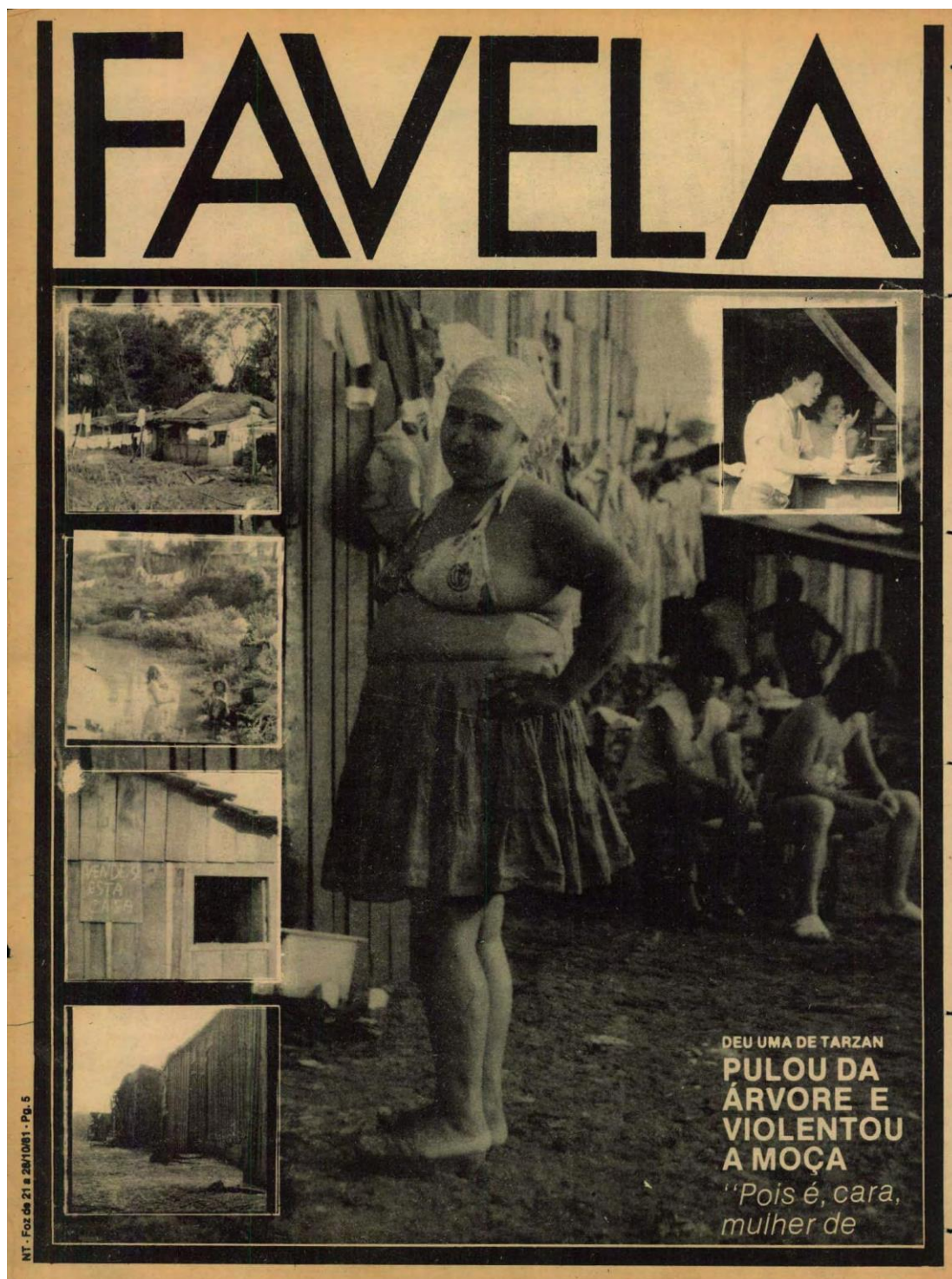
Como pudemos notar, os bairros e favelas habitadas pelos trabalhadores de Foz do Iguaçu possuíam uma dinâmica característica, que por vezes iam na contramão das políticas oficiais em relação à infraestrutura, moradia e até mesmo em relação aos padrões “socialmente aceitos”. Estas características não podem ser tomadas como “inferiores”, pois para os trabalhadores todas as suas práticas sociais eram justificadas pela experiência de luta por trabalho, ou por moradia e até mesmo pela própria cidade.

¹²⁰NOSSO TEMPO, n. 243, de 5/12/1986, “Vila União elege diretoria da Associação e não aceita Transferência para o Porto Meira”. p. 02.

¹²¹O projeto e as notícias do evento podem ser consultados nos sites <http://www.pmfi.pr.gov.br/noticia/?idNoticia=33985> e <http://www.pac.gov.br/obra/26111>. visto em: 30/05/2016.

Muitas vezes estas lutas aconteciam de forma simultânea e caracterizavam um esforço para uma vida digna. Algumas imagens vinculadas ao jornal *Nosso Tempo* podem auxiliar na compreensão deste processo. As imagens abaixo foram vinculadas a uma reportagem chamada “FAVELA” no ano de 1981.

Imagem 08: Capa da reportagem “FAVELA” do Jornal Nosso Tempo, 1981



NOSSO TEMPO. n. 35. 21 a 27/10/1981. “FAVELA” p. 06.

A reportagem em que foram vinculadas tais imagens têm proporções destacadas na edição do periódico, são reservadas duas páginas para tratar de vários temas e preocupações que cercam os moradores das favelas de Foz do Iguaçu. Contando com duas páginas inteiras a reportagem em sua primeira página expõe apenas uma série de fotografias tanto da situação destas áreas como também dos trabalhadores que nela residem. Com o título da reportagem em caixa alta e tomando toda a parte superior da página, a intenção do periódico parece ter sido a de chamar atenção para a questão. Diversos temas são tratados na segunda página da reportagem como, por exemplo, a violência, a precária condição de vida, a inexistência do contato com os governantes e a prostituição.

Nesta reportagem também foi exposta a experiência de alguns trabalhadores que não puderam residir em conjuntos habitacionais por não serem legalmente casados e até mesmo a saída de outros trabalhadores destes conjuntos habitacionais por não conseguirem pagar as prestações de sua moradia. Deslocando-se para as favelas do município para que pudessem conquistar uma moradia conforme as suas possibilidades de pagamento, como foi o caso de alguns dos trabalhadores que não puderam residir no conjunto habitacional Profilurb ou tiveram que deixá-lo. As fotografias expostas acima capturam exatamente esta experiência.

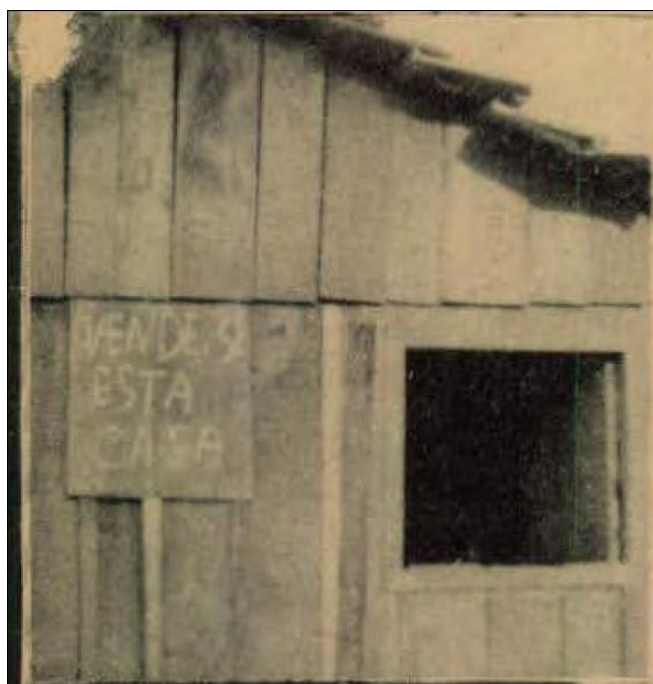
Nestes documentos são retratadas as condições de moradia que estes trabalhadores tiveram que se submeter para que não dormirem ao relento, a maioria delas foram construídas de madeira e por vezes coberta com recortes de lona ou materiais como folhas e palha. Além disto temos os sujeitos que apareceram nestas fotografias merecem atenção. A trabalhadora que estampa boa parte da página parece ser uma imagem comum quando pensamos em favelas. Ela carrega os traços da “mãe de família” comumente imaginada destes locais. As poucas roupas indicam tanto a temperatura elevada quando a impressão de que estava trabalhando em sua residência, seja fazendo comida para sua família, cuidado de seus filhos e da casa ou lavando roupas.

O cotidiano destes sujeitos também foi informado na fotografia na parte superior direita, em que um trabalhador está presente em uma “venda” onde eram comercializados tanto produtos alimentícios como bebidas alcoólicas. Tais estabelecimentos faziam certo sucesso nestas regiões, pois era ali onde poderiam tanto

ter acesso ao alimento de suas famílias, como também aos pequenos prazeres e descontração que estes sujeitos tinham acesso.

As árvores e o mato bastante visíveis nas fotografias informam não somente sobre o cenário, mas também sobre a constituição destas áreas, em que poderiam ser regiões afastadas da cidade ou até mesmo próximas ao centro, mas que não contam com uma infraestrutura própria para a habitação. Os limites da malha urbana, as áreas verdes e as margens de rios formam então os locais onde a classe trabalhadora encontrou a possibilidade de morar.

Imagem 09: Barraco à venda na Favela, 1981



NOSSO TEMPO. n. 35. 21 a 27/10/1981. “FAVELA” p.06

Esta imagem, destacada desta mesma página da reportagem merece atenção especial, pois expõe de forma geral a dinâmica de luta por moradia analisada em toda esta sessão do trabalho. A placa de venda em uma destas residências demarca as constantes práticas de negociações conduzidas pelos trabalhadores em relação a sua casa, negociações estas que, como vimos, foram marcadas pela informalidade e que informam sobre a situação de vida da classe trabalhadora que se submete a compra de barracos como forma de abrigo para suas famílias. O anúncio inscrito na parede do barraco provavelmente não permaneceu ali por muito tempo. Do mesmo modo que o dono parecia almejar a sua saída de tal local, ou até mesmo um simples aumento de suas

economias, existiram diversos trabalhadores que visualizaram tal placa como uma oportunidade de conquista da casa própria, não nos padrões sonhados ou ideais, mas nas condições possíveis para a sua situação.

Nos bairros que compuseram os conjuntos habitacionais Profilurb I, II e III, já citados algumas vezes neste trabalho, várias práticas dos trabalhadores que neles residiam podem evidenciar a composição e dinâmica destas negociações, dos *briques*, bem como os sentidos e formas de luta dos trabalhadores em relação a conquista de uma moradia própria. Segundo os documentos oficiais estes bairros foram construídos principalmente para “suprir a demanda habitacional gerada pelo fenômeno Itaipu.”¹²² O Profilurb I e II foram construídos ainda no final da década de 1970, somando cerca de 730 residências destinadas a quem teria renda entre 1 e 2 salários mínimos, já o Profilurb III foi construído na década de 1980 para reassentar moradores de uma favela de Foz do Iguaçu, a Favela do Queijo.

Apesar de alguns trabalhadores terem adquirido sua moradia a partir destes programas habitacionais, parte deles parecia não se adequar ao seu novo local de residência. Diversos trabalhadores depois que receberam suas casas passaram a vendê-las, os motivos são os mais diversos, desde o simples aumento de recursos financeiros até a compra de outro terreno em outro local da cidade. Tal prática tornou-se tão comum que foi alvo das ações de governantes e de uma reportagem do jornal *Nosso Tempo*. Intitulada “quem vender casa no Profilurb III será punido”. A reportagem foi publicada em 1988 e narrava a ida do prefeito de Foz do Iguaçu até o bairro para realizar um alerta a população de que tanto os que estavam vendendo quanto os que estavam comprando seriam punidos por suas ações ilegais.¹²³

A postura do periódico que foi em grande parte de apoio a população e crítica aos governantes municipais, parece ter tomado um tom diferente nesta reportagem. Com o fim do período ditatorial e prefeitura comandada por Dobrandino da Silva, vinculado ao PMDB, partido politicamente próximo do periódico, perdeu a perspectiva combativa do jornal. Tratava então de somente expor a notícia sem nada comentar. Contraditoriamente, a reportagem da charge analisada no primeiro capítulo desta dissertação, em que o jornal assumia uma postura crítica em relação aos programas habitacionais no início da década de 1980, no final desta mesma década esta postura

¹²²PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Relatório estatístico do desenvolvimento de Foz do Iguaçu. Período 1974/1978. 1978. p.38

¹²³NOSSO TEMPO, n. 302, de 25/03/1988 a 03/04/1988, “Quem vender casa no Profilurb III será punido”. p. 33.

parece ter desaparecido, não mais defendendo os trabalhadores que ali residiam e muito menos criticando os governantes que os implementavam.

A narrativa e trajetória do casal Augusto e Maria, que também residiu no Profilurb, traz elementos essenciais para que possamos compreender as diversas práticas de conquista por moradia dos trabalhadores de Foz do Iguaçu e como elas foram se modificando. Como vimos até agora, até meados da década de 1980 a forma predominante de acesso à moradia pelos trabalhadores de Foz do Iguaçu era a das negociações informais, dos “rolos” ou *briques*. Foi a partir desta prática que estes sujeitos visualizaram a possibilidade da conquista de sua casa própria. Apesar disto é no final da década de 1980 e início de 1990 que a estratégia predominante de conquista da moradia passou a se transformar em Foz do Iguaçu, dando espaço às ocupações urbanas. É na narrativa deste casal que podemos começar a traçar o complexo processo histórico que isto ocorreu, congregando as duas práticas. As narrativas destes trabalhadores evidenciam os sentidos, angústias práticas de uma classe que batalhava pelo habitar na cidade.

Augusto nasceu no ano de 1948 no estado de Minas Gerais, em 1957. Com 9 anos, mudou-se com sua família para Paranavaí. Augusto mudou-se desta cidade em 1973 para trabalhar como caminhoneiro. Nessa trajetória, passa por Alto Piquiri e Cascavel antes de chegar a Foz do Iguaçu no mesmo ano para trabalhar e residir. Assim que chegou na cidade morou em uma pensão e conseguiu emprego na construção civil. Depois de 4 anos, iniciou o trabalho na Itaipu onde trabalhou por mais 8 anos, até o ano de 1985. Posteriormente, trabalhou em uma churrascaria da cidade por 20 anos até se aposentar. Residiu com sua esposa e filhos no bairro Profilurb II por dois anos, pagando aluguel. Com apenas um terreno em seu nome fez uma troca por um barracão na região do Porto Meira em 1995. A área comprada foi fruto de uma ocupação, fato que Augusto não sabia na hora da troca. Decidindo ficar mesmo assim no terreno, Augusto e sua família, após o término do litígio em relação área ocupada, tiveram de pagar com parcelas o terreno a prefeitura e até a atualidade ainda não conseguiu a escritura de sua casa.

Maria, esposa de Augusto, nasceu no ano de 1967 no Rio Grande do Sul, mudou-se com seu pai para Foz do Iguaçu com 5 anos de idade, onde se fixaram em um bairro muito novo e pouco habitado, localizado na saída do município, chamado Porto Belo. Com 9 anos de idade mudou-se para o bairro Profilurb II, onde conheceu

Augusto. A única experiência de trabalho relatada por Maria foi em uma churrascaria no início da década de 1990.

A experiência do casal Augusto e Maria congrega dois momentos das práticas sociais de luta pela conquista da moradia na cidade. O primeiro deles é a inserção e participação em práticas de venda e troca de casas e terrenos de forma não regularizada e, posteriormente, a luta por moradia através das ocupações urbanas. Na narrativa contam que: “aí como eu tinha um terreninho lá em baixo, nós né? [...] daí nós fizemos um rolo, trocamos, aí fizemos a casinha, meia área, de 3 metros quadrado.”¹²⁴ Aqui a experiência do casal se assemelha a comentada anteriormente, em que para conquistar uma casa a alternativa mais utilizada pelos trabalhadores era a da negociação informal. Mas, quando avançamos na entrevista percebemos que o casal também participou de outro tipo de movimento, as ocupações urbanas, quando Augusto relata que:

Aí quando foi num dia, 2, 3 dia que a turma invadiu tudo aí, isso aí, vinha gente até lado inferno, Deus me perdoe falar isso aí. Aí apareceu esse homem, aí com três caminhonete pra baixo, pra cima, chama a polícia, chama não sei o quê, ele também não era nada, ele era grileiro, aí daquele rolo que deu aí, vai num, vai, todo mundo todo mundo tava dentro.¹²⁵

Não é possível delimitar exatamente quando começaram os movimentos sociais de ocupações de terrenos na cidade de Foz do Iguaçu como prática social. O interesse principal deste trabalho é analisar como este movimento ganhou força a partir do final da década de 1980 e o da troca e venda sem documentação dos terrenos perdeu espaço. Refletindo sobre o sentido histórico para a formação de movimentos sociais de luta pela moradia em Foz do Iguaçu, que passaram a defender as ocupações coletivas como prática social de luta por moradia. A experiência de Augusto e Maria é interessante, pois traz um pouco dos dois elementos. Neste sentido, quando afirmamos a existência desta mudança estamos afirmando também uma mudança nas práticas sociais de luta dos trabalhadores.

O que era preocupação anteriormente, como, por exemplo, a necessidade de efetuar a compra ou troca de uma casa ou terreno, com documentação ou somente na confiança da palavra deixa de ser elemento decisivo para a conquista da moradia pelos trabalhadores, que passam a recorrer as ocupações coletivas para esta conquista. Estas

¹²⁴AUGUSTO e MARIA. Entrevista realizada em 12/05/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

¹²⁵Ibidem.

ocupações tratam-se também de como os trabalhadores avaliavam a própria situação, em que não tendo condições financeiras para a compra de uma casa ou bens que pudessem ser trocados, mesmo assim estavam em busca de uma transformação na sua condição de vida.

Algumas atenções devem ser tomadas quando tratamos deste movimento de mudança nos modos de ocupar o espaço urbano e conquistar a moradia. Em primeiro lugar, uma determinada prática social não excluiu a outra, mas sim houve uma inversão nos modos de avaliar e construir significados sobre o viver na cidade. Em segundo lugar, não devemos considerar que as práticas sociais da classe trabalhadora foram homogêneas em relação as ocupações de loteamentos urbanos. A entrevista com Augusto e Maria indica isto, pois ao analisarmos as duas narrativas percebemos que o casal discorda em relação a legitimidade das ocupações e as suas próprias práticas, enquanto Augusto afirma que: “Aqui? Não, aqui foi invadido, nós invadiu, ela aí, nós tudo invadimos tudo isso aqui. ” Logo em seguida Maria completa a fala de seu Marido: “Não é que nós invadimos, tinha povo morando aqui, quando nós compramos esse terreninho aqui [...]. Aí depois falaram pra nós que era invasão.”¹²⁶

Este trecho da entrevista demonstra de forma clara os receios de parte dos trabalhadores em admitir que conquistaram sua moradia “ilegalmente” através da ocupação de um terreno. Isto porque apesar de negociarem o terreno em que moravam, sabiam ao mesmo tempo que ao entrar ali também estariam fazendo parte de uma movimento coletivo de ocupação de uma área. Mesmo assim, esta experiência não determinou a saída dos moradores desta área, porque mesmo tendo receio quanto a legalidade e a permanência no local, estes trabalhadores ainda assim avaliaram que esta ação foi a correta para conquistarem sua moradia e melhores condições de vida. Maria encaminha sua fala neste sentido, quando relata que: “mas ‘ah isso aí não vale’, mas ah ‘daqui eu não vou sair.’”

¹²⁶Ibidem.

CAPÍTULO III

“EU VIM PRA CÁ, CHEGUEI AQUI E ARRUMEI A LONINHA”: AS OCUPAÇÕES URBANAS E DISPUTAS PELA CIDADE EM FOZ DO IGUAÇU (1980-1990)

Em 1974 um grupo de trabalhadores que vieram a Foz do Iguaçu para a construção da Itaipu Binacional, sem condições de pagar aluguel ou adquirir uma casa própria, ocuparam uma área na região central da cidade.¹²⁷ Em um movimento de ocupação sem organização coletiva aparente, estes trabalhadores passaram a residir em uma área próxima ao cemitério municipal. Em pouco tempo 150 famílias chegaram a se estabelecer no local e ali construíram seus barracos, próximos à margem do rio Paraná.

Apesar das precárias condições de vida daqueles moradores ocupantes, foi ali que residiram e começaram a desenvolver sua trajetória dentro do município, procurando sempre um trabalho o mais próximo possível do local onde moravam para que o deslocamento da casa para o trabalho não se tornasse tão cansativo, demorado ou custoso. Foi neste local que, aos poucos, estes trabalhadores tentavam arrumar e melhorar seus barracos, a proximidade da margem do rio e o mato ao seu redor era tão alto que seus barracos mais pareciam palafitas.

Nos primeiros dois anos de moradia no local, que recebeu o nome de Favela do Cemitério, os trabalhadores viveram sem enfrentar nenhum problema com a polícia, Justiça ou pretensão proprietário da área ocupada; pelo menos conflitos não foram documentado pela imprensa. A forma como a ocupação da área teve início provavelmente não trouxe grandes preocupações à Laurindo Ortega, suposto dono do local, por ter ocorrido de maneira mais individualizada, não esperava que a população daquele local chegasse a 500 pessoas. Outra hipótese que devemos considerar é que ao invés disto Laurindo Ortega apareceu como “proprietário” depois do fato consumado. Independente da hipótese ocorreu que em 1976 o suposto dono da área ocupada elabora uma ação judicial para reaver sua propriedade. Acompanhando o crescimento da ocupação Laurindo Ortega, junto com o grupo de advogados contratados por ele formularam a ação judicial, alegando que havia comprado, em 1972, toda aquela extensão de terras que havia sido ocupada e que somava cerca de 40 mil metros

¹²⁷ Toda esta experiência narrada aqui encontra-se em uma matéria do jornal Nosso Tempo de 1981. NOSSO TEMPO, n. 18, de 08 a 15/04/1981, “Ortega quer 6 milhões pela área”. p.16

quadrados. Apesar desta alegação o juiz julgou mal fundamentada sua ação e decidiu arquivá-la ainda no mesmo ano. Laurindo Ortega foi um empresário do município e chegou até a ganhar o apelido de “Tio Patinhas”, pelos populares e pela imprensa, vista a fortuna que conseguiu acumular.

Quando analisamos a trajetória deste empresário notamos que grande parte desta fortuna que lhe deu fama e reconhecimento dentro de Foz do Iguaçu – chegando até mesmo a receber um título de Comendador da cidade – foi construída a partir da exploração de trabalhadores. Meses antes da notícia do jornal de reintegração de posse já citada, Laurindo Ortega concedeu uma entrevista ao jornal *Nosso Tempo*. Contando toda sua trajetória, como conseguiu boa parte de sua fortuna e como não se incomodava com seu apelido de Tio Patinhas. Nesta entrevista fica evidente a postura preconceituosa e criminalizadora de Ortega em relação aos trabalhadores. Quando questionado sobre a situação precária de algumas regiões de Foz do Iguaçu, como por exemplo o São Francisco, Ortega esquivava-se da discussão apontando que se fosse prefeito do Município se esforçaria para impedir a entrada de “mendigos” na cidade, construindo até uma barreira se fosse necessário. Logo após esta afirmação Ortega ressalta que é “proprietário” de uma favela dentro da cidade, a ocupação da Favela do Cemitério segundo ele não retirava o seu direito sobre a terra e em certo sentido apenas aumentava ainda mais seu ódio em relação aos trabalhadores da cidade.¹²⁸

Retornando as experiências dos trabalhadores da “Favela do Cemitério”, em 1981 os trabalhadores que ali residiam estavam novamente sendo ameaçados de despejo. Ortega não havia desistido de reaver as terras que alegava serem suas e acaba montando outra ação para que os cerca de 500 moradores da área tivessem que deixá-la. Neste período, após 7 anos desde as primeiras ocupações o local não se constituía apenas como um aglomerado de barracos. Neste ano diversas vias já estavam delimitadas, casas de alvenaria podiam ser vistas assim como os comércios, os chamados “boliches” que vendiam diversos gêneros alimentícios, produtos para o uso cotidiano e bebida alcoólica, também faziam parte do cenário.

A proximidade com o centro da cidade era uma característica bastante valorizada pelos trabalhadores que moravam na área. Esta localização tornava um pouco mais fácil o acesso destes sujeitos a serviços e empregos que a região central poderia oferecer. Esta é uma das características que demonstra que as práticas dos trabalhadores de

¹²⁸ A entrevista pode ser acessada na íntegra em: NOSSO TEMPO, n. 10, de 11 a 18/02/1981, “Ortega quer 6 milhões pela área”. p. 11-13

ocupação não foram realizadas totalmente ao acaso, encontrando e se fixando em qualquer terreno que pareça abandonado. Desde o início da ocupação a área parece ter sido muito bem avaliada pelos trabalhadores, que levaram em conta as disputas e incertezas em relação à propriedade da área, bem como a localização dela na cidade e do que isso poderia decorrer para a sua condição de vida.

Foi justamente a localização da área um dos fatores principais de resistência as diversas ações e ordens de despejo enfrentadas por estes moradores, segundo estes sujeitos:

Eles querem nos jogar lá pra longe, depois do Rincão São Francisco. É uma violência contra o trabalhador que apenas ganha pra comer [...] Nós produzimos riquezas que fica nas mãos de uns poucos e ainda por cima não temos direito a morar próximo à cidade.¹²⁹

Esta narrativa foi publicada pelo jornal *Nosso Tempo* com a intenção construir verossimilhança entre os argumentos e a reportagem, foi prática comum durante todas as publicações do periódico a transcrição de trechos de entrevistas feitas com trabalhadores da cidade denunciando determinados problemas. Esta experiência não foi diferente, após construir uma série de argumentos em relação ao empresário Laurindo Ortega e a precariedade de vida dos trabalhadores que residiam na área com risco de serem desapropriados a narrativa de um morador da área surge como uma “fala autorizada” dos trabalhadores, que reafirma e legitima o que foi construído pelo periódico.

Ainda assim alguns elementos desta narrativa são reveladores, nela os trabalhadores parecem ter uma visão conjuntural de toda a cidade, avaliando como o local onde residem influencia diretamente nos demais aspectos de suas vidas. Neste sentido a luta por permanência na área não significava somente a luta pela garantia de sua moradia, mas também a de acesso à cidade, trabalho e sustento de suas famílias. Significava enfrentar os “poucos” que se apropriavam da riqueza gerada pelo trabalho destes sujeitos, exigindo assim, um local digno para morarem.

Estas formulações são facilmente encontradas em diversas falas formuladas pelos trabalhadores. Estes sujeitos ao viver e partilhar uma situação comum, conhecem perfeitamente os responsáveis por estes eventos. As denúncias e exigências elaboradas pelos trabalhadores derivam diretamente da consciência social que este possui.

¹²⁹ NOSSO TEMPO, n. 18, de 08 a 15/04/1981, “Ortega quer 6 milhões pela área”. p. 16.

Considerar a realocação como uma “violência” é considerar também a relação desigual que vivenciam e que enfrentam diariamente.

As ocupações podem ser consideradas uma prática social nova? Uma primeira leitura da questão da moradia em Foz do Iguaçu pode apontar uma resposta afirmativa. Quando nos deparamos com as modificações nas práticas sociais de luta por moradia no município as ocupações diferenciavam-se muito das práticas baseadas em *briques* vistas anteriormente, mas isto significa que estas práticas são totalmente novas?

A leitura crítica da obra de Eder Sader, *Quando novos personagens entram em cena*, pode nos auxiliar na elucidação desta questão. Ao lê-la nos indagamos sobre o que pode ser considerado como “novo” quando tratamos dos trabalhadores no período das décadas de 1970 e 1980. Primeiramente, devemos conceber que a classe trabalhadora e os movimentos sociais não surgem nesse período, estes vêm de uma longa trajetória tanto no Brasil como no restante do mundo. No entanto, no recorte temporal estudado pelo autor é possível observar uma nova configuração da classe que é criada pelos próprios trabalhadores e também e se tratando de um sujeito coletivo e descentralizado, no qual grupos sociais se definem e reconhecem mutuamente. Tais sujeitos surgem em um contexto de ditadura civil-militar e também de crise de algumas instituições, como a igreja, a “esquerda” e o sindicalismo. Estes antigos centros organizadores são desfeitos e refeitos, pelas práticas sociais e movimentos populares. Em suma, como apresenta Chauí, na obra de Sader, a novidade é tríplice, em que aparecem novos sujeitos, novos lugares políticos numa prática nova.¹³⁰

Criticando a atuação das vanguardas, Sader indica que estes sujeitos que agiam no sentido de conscientizar e tornar possível a melhora de vida dos trabalhadores de uma forma que por vezes deixava de lado ou subjugava aspectos inerentes da classe, o autor enfatiza a autonomia e as ações dos próprios trabalhadores e como suas práticas cotidianas estão carregadas de sentido político e de consciência de classe.

Apesar da interessante reflexão sobre as diferentes formas de atuação e organização da classe trabalhadora, durante das décadas de 1970 e 1980 proposta por Sader, a questão do “Novo” deve receber uma atenção especial, pois os movimentos sociais de trabalhadores, como já foi dito, existiram e atuavam mesmo antes a década de 1970. Por isso, o que deve ser considerado é uma nova forma de interpretação destes

¹³⁰ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001. p. 11, 12.

sujeitos e suas práticas sociais, que não mais negam ou subjugam suas ações, mas sim as colocam em primeiro plano.

Apesar disto, devemos tomar cuidado com as diversas interpretações que o “imaginário acadêmico” elaborou para as práticas dos trabalhadores, como sabemos as formulações acadêmicas em relação aos trabalhadores é vasta e passou por vários momentos, vertentes e paradigmas.¹³¹ A atenção que tomamos nesta pesquisa é para que justamente possamos ultrapassar concepções que consideram os trabalhadores “submissos” à processos e classes sociais. Fugindo das “determinações estruturais” e partilhando da formulação de Kazumi Munakata, nos esforçamos na busca de uma interpretação diferente dessa classe e sua atuação, em que “é impossível subsumir integralmente o operário à lógica do movimento do capital, pois ele, ao mesmo tempo em que aparece como um elemento desta lógica insurge-se também como seu ‘contraelemento’.”¹³² Ou seja, devemos considerar os limites e pressões que são exercidos sobre a classe operária pelo sistema capitalista e as classes dominantes, mas esta classe não deve ser pensada como totalmente “sujeita” as determinações e leis da produção capitalista, e sim como uma classe de sujeitos conscientes de sua situação e atuantes no sentido de tentarem garantir melhores condições tanto de trabalho como de vida.

As ocupações urbanas, em geral, não se constituem como a primeira opção dos trabalhadores para a conquista de sua moradia. Tal prática está relacionada diretamente às experiências destes sujeitos, da forma como se situam e enfrentam as outras classes, os limites e as pressões impostas sobre eles. No intuito de apontar caminhos e análises sobre esta questão, levando em conta a diversidade de motivos e a complexidade da dinâmica de ocupações é que proponho as análises deste capítulo.

Esforçando-se para elucidar questões como: Qual a relação do trabalho e desemprego com a questão da moradia e ocupações urbanas? Quais os sentidos atribuídos pelos trabalhadores ao ocupar uma área? Como as ocupações compõe uma

¹³¹ Os trabalhos dos historiadores Sidney Chalhoub e Francisco Teixeira da Silva, Marcelo Badaró Mattos bem como dos sociólogos Eder Sader, Maria Célia Paoli e Vera Telles apresentam um panorama deste campo de debates acadêmicos, traçando seus diversos momentos em conjunto com os avanços e limites que trouxeram para a academia. Cf. CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, p. 11-50, 2009. MATTOS, M. B. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. S. *Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. Revista Brasileira de História*, vol. 3, nº 6, p. 129-149, 1983.

¹³² MUNAKATA, K. O Lugar do Movimento Operário. *História e Perspectivas*. Uberlândia (43). 2010. p. 29

dinâmica social marcada pela luta de classes? O que é relevante aqui é refletir sobre como estas questões surgem e como norteadoras das reflexões realizadas neste momento da dissertação.

3.1 O desemprego e a questão da moradia em Foz do Iguaçu

Alzemir Alves dos Santos foi um morador de Foz do Iguaçu que em 1981 passava por sérias dificuldades para sustentar sua família. Este sujeito morava em quatro pessoas em um barraco. O dinheiro que conseguia com o trabalho em “bicos” durante o mês mal garantia a alimentação de todos os familiares. De experiência compartilhada com outros trabalhadores, Alzemir e sua família moravam na região periférica da cidade, próxima a margem do Rio Iguaçu na região do Porto Meira, era justamente este rio e os poucos peixes que esporadicamente conseguia pescar que não deixaram sua família passar fome. Eram poucas as possibilidades de melhora de vida, segundo ele: “Tá difícil, eu já tentei melhorar mas não consigo. Trabalho como louco mas não está adiantando nada. Já tentei trabalhar na roça, mudei pra cidade e parece que cada vez está pior.”¹³³

Os esforços dos trabalhadores pareciam constantemente inúteis vista a situação precária que suas vidas permaneciam. Alzemir foi um dos vários trabalhadores que deixaram o campo para enfrentar a vida nas cidades, assim como a maioria dos sujeitos que compartilharam desta mesma condição, esta mudança parece não ter sido fácil. A necessidade de residir e de manter-se no espaço urbano aparece como um grande obstáculo na vida destes trabalhadores. Estes encontraram sucessivamente um número maior de elementos que dificultam a sua vida, entre eles estão o baixo salário, ou falta dele, a recorrência da fome, a impossibilidade de acesso a uma moradia digna e a falta de condições básicas para a alimentação ou melhora de sua qualidade de vida. Outra grande dificuldade encontrada por estes trabalhadores em Foz do Iguaçu foi a falta de empregos que atingiu o município, este evento contribuiu para a alteração de grande parte dos trabalhadores da cidade, teve também impacto direto sobre a questão da moradia desta população.

Nelson foi morador da região do São Francisco, nascido no interior do Rio Grande do Sul em 1948. Aos três anos de idade mudou-se com sua família para o Paraná. Residindo na área rural de Francisco Beltrão, Nelson e seus familiares

¹³³ NOSSO TEMPO, n. 22, de 13 a 19/05/1981, “MISÉRIA”. p. 09

vivenciaram a experiência comum com a maioria da população do Brasil e do Paraná no início da década de 1950.

Proprietários de uma pequena área de terra plantavam basicamente gêneros para o consumo da própria família. Quando questionado sobre o modo que vivia no campo com sua família a palavra mais repetida por Nelson foi “sofrido”, parte desta construção se deve ao fato de que ainda criança já tinha uma jornada de trabalho no campo estabelecida por seus pais.

No início da década de 1980 Nelson resolve sair do campo e mudar-se para a cidade, partindo para Cascavel, ainda no estado do Paraná. Ao chegar na cidade trabalhou em uma fábrica de postes de energia elétrica. Após o término da construção da Itaipu Binacional, diversos trabalhadores demitidos transitaram entre a região Oeste do Paraná, chegando até Cascavel. Com dificuldades de conseguir outro emprego devido a este número maior de trabalhadores na cidade e a uma experiência frustrada de trabalho no estado do Amazonas, Nelson decide mudar-se para Foz do Iguaçu em 1991. Na cidade trabalhou na construção civil até ter a possibilidade de trabalhar de forma autônoma vendendo pipocas e, posteriormente, com uma loja de roupas e calçados usados, trabalhos que também não deram certo e tiveram de ser fechados.

No início da década de 1990, Nelson encontra uma cidade transformada, o aumento no turismo e comércio são as primeiras imagens que ganham destaque em sua chegada: “91 era bom [...]. Vendia muita coisa, tinha muita muamba, muita coisa. Você saía ali na ponte com qualquer coisa que você pegava pra vender você vendia, por que o turista era muito, bastante movimentado, era bom, né?”¹³⁴ As possibilidades observadas por Nelson entravam diretamente em conflito com um dado marcante, o do grande índice de desemprego do período. A demissão de trabalhadores da Itaipu Binacional foi um dos fatores que causaram um clima de alerta ao poder público e a sociedade em geral. Mesmo o crescente comércio e turismo não afastaram as complicações que um grande grupo de trabalhadores desempregados trazia à Foz do Iguaçu. Segundo dados do IPARDES, a taxa de desemprego somada com a de subemprego¹³⁵ em Foz do Iguaçu em 1983 atingia os 53%.¹³⁶

Carlos também narra a sua percepção deste processo, segundo o entrevistado:

¹³⁴ NELSON. Entrevista realizada em 19/09/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

¹³⁵ A definição deste termo caracteriza: emprego não qualificado, de remuneração muito baixa, ou emprego informal, sem vínculo ou garantia. Cf. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Editora Objetiva Ltda. Versão Digital.

¹³⁶ IPARDES. Balanço do Mercado de Trabalho de Foz do Iguaçu. Relatório II. Abril/1984. p. 15.

Olha eu acredito que quando termino a Itaipu, a construção, gradativamente ela já veio [...]. É que foi sendo dispensado os funcionários que depois passô a não ter necessidade daquela pessoa, então o que que fez, foi dispensando, né? Foi dispensando aí a cidade já foi inchando de desemprego, né?¹³⁷

O termino da obra de Itaipu também causou grande impacto na vida dos trabalhadores da cidade. Com a onda de demissões ocorridas, parte dos trabalhadores tiveram que lutar ainda mais para manter seus empregos e a outra parte ficaram desempregados e com poucas perspectivas de melhorias de vida. Os governantes e o poder público da cidade além de não estarem preparados para receber o número de trabalhadores que vieram para a construção da usina, posteriormente, na década de 1990 continuava sem possibilidades de garantir aos trabalhadores uma permanência digna no município. Apesar das grandes mudanças ocorridas desde a década de 1970 até 1990 tanto na economia quanto na constituição do território da cidade, ainda assim os trabalhadores constantemente sentiam-se inseguros em relação aos seus empregos e por consequência à sua qualidade de vida.

O barbeiro retratado na fotografia a seguir é Manoel Ferreira, ex-funcionário da Itaipu Binacional e morador da região do São Francisco, se viu obrigado, pelo fato de sua demissão da construção da empresa, ao recorrer a outro trabalho, com o pouco dinheiro que havia guardado conseguiu abrir uma barbearia bastante simples, na mesma região onde residia.

Imagem 10: Manoel, barbeiro e morador da região do São Francisco, 1983

¹³⁷ CARLOS. Entrevista realizada em 27/03/2007, por Aparecida Darc de Souza.



Fonte: Nosso Tempo, n. 78, de 21 a 26/07/1983, p. 10.

Frustrado pelo baixíssimo movimento, que arriscava até mesmo o fechamento do seu local de trabalho, no momento da fotografia provavelmente estava feliz, por estar trabalhando, cortando o cabelo de um de seus poucos clientes. Segundo o próprio Manoel, o corte mais requisitado era sempre o mais curto possível, pois assim os trabalhadores que passavam por uma situação semelhante a sua, de desemprego, não precisariam gastar novamente com o corte de cabelo por um período maior de tempo.

Esta fotografia foi vinculada a uma reportagem de duas páginas do jornal *Nosso Tempo* que tratava da situação da região do São Francisco. Na reportagem em que Manoel aparece fotografado, diversos moradores da região foram entrevistados e relataram as precárias condições de vida dos trabalhadores que ali residiam. Além disto, na avaliação de Manoel, a situação destes sujeitos parecia estar piorando devido ao alto índice de desemprego que atingiu os trabalhadores do São Francisco. Manoel abre sua barbearia não porque detinha muitos recursos financeiros, mas porque ela foi a sua última opção de conseguir um trabalho e uma renda: “Junto comigo milhares ganharam a conta. Me bati pela cidade inteira e não achei emprego.”¹³⁸

¹³⁸ NOSSO TEMPO, n. 78, de 21 a 16/07/1983, “Rincão São Francisco”. p. 09, 11.

Nelson também narra esta situação que ainda foi vivenciada quase uma década depois. “O pessoal era de mais que despediram daqui da Itaipu e a turma foi cada um pras casas procurar seus direitos, seus afazer né? Daí o negócio era sofrido né?”¹³⁹ De 1983 até 1991, Manoel, Nelson e Carlos sentiram o peso do mesmo evento e pressões da falta de emprego, vivenciaram também as mudanças sociais ocorridas no São Francisco e na cidade de Foz do Iguaçu, não só sentiram como também as enfrentaram.

As experiências de trabalhadores que sofreram com este processo não se limitam a estes citados na edição de número 77 do jornal *Nosso Tempo*. Em 1983, três páginas do periódico foram dedicadas exclusivamente à uma reportagem intitulada “Desemprego”¹⁴⁰, além de vários dados sobre o assunto, ressaltando que cerca de 20% da população da cidade estava desempregada, sendo, no período, o município que detinha o maior índice em todo Oeste do Paraná. O periódico também expôs 11 experiências de trabalhadores que no momento da reportagem estavam sem emprego. São várias as particularidades destas experiências, desde sujeitos que saíram do campo e tiveram um estranhamento com o a cidade, trabalhadores ligados a sindicatos e que por sua postura crítica não conseguiram mais ser empregados. Os que estavam já em situação de desespero que além do desemprego também tiveram suas casas atingidas por uma enchente. Os trabalhadores que praticavam assaltos à ônibus na busca de dinheiro e até os que recorreram a religião e a Bíblia ou a Prostituição na tentativa sem esperança de alguma melhora em suas vidas. A partir deste material podemos perceber como a questão do trabalho e do desemprego tem papel relevante na vida dos trabalhadores, em que, ao modificar sua forma de trabalho, diversas práticas e até mesmo parte dos modos de vida dos trabalhadores são modificados.

Ainda nesta edição, o jornal *Nosso Tempo*, publica outra experiência chamando atenção para o problema do desemprego. O início da narrativa parece bastante revelador das condições sociais da classe trabalhadora no período. Mudando completamente o estilo da narrativa o periódico decide iniciar sua reportagem narrando a trajetória de um dia na busca por emprego na cidade por um trabalhador. Esta narrativa assume um tom até mesmo apelativo, para que o problema possa ser, de algum modo, sentido pelos seus leitores. O periódico inicia sua matéria da seguinte maneira:

¹³⁹ NELSON. Entrevista realizada em 19/09/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

¹⁴⁰ NOSSO TEMPO, n. 77, de 14 a 21/07/1983, “Desemprego”. p. 10

O sol castiga a tarde iguaçuense e o calor ultrapassa a marca dos 40 graus. Mesmo assim o cidadão Maximínio Alves de Oliveira bate de porta em porta à procura de emprego. São quase quatro da tarde e desta vez ele escolhe a Construtora Maruba.

- “Negativo, já faz tempo que não estamos contratando mais ninguém”, responde o chefe do departamento de pessoal. Era a sexta negativa que Maximínio recebia naquele dia, mas ele não desiste. Afinal em casa estão a esposa e quatro filhos consumindo os mantimentos comprados com o último dinheirinho: o do Fundo de Garantia, que recebeu quando foi despedido da Itaipu. O sol continua a castigar e o suor escorre pelo rosto do pedreiro. Puxa do bolso o surrado lenço, enxuga a testa e se aproxima de uma obra em construção. “É uma obra grande ali deve ter emprego”, pensa Maximínio. Mas ao chegar mais perto o pedreiro depara-se com uma placa igual à encontrada em tantas outras construções. Uma placa cujos dizeres são um pesadelo e para milhares de iguaçuenses e da construção civil em Foz no final de 83.¹⁴¹

Não é possível afirmar se realmente o dia de Maximínio seguiu exatamente como descrito no periódico. Mas esta não é a intenção da exposição deste longo trecho. O relato foi trazido aqui porque faz sentido quando o analisamos em conjunto com as experiências dos trabalhadores de Foz do Iguaçu. Nesta perspectiva, todos estes sujeitos expostos aqui, sejam eles os entrevistados ou os presentes nas páginas do periódico não se tratam somente de “exemplos” únicos e individualizados, tratam-se na verdade de uma experiência compartilhada pela classe trabalhadora. Experiência essa que afetou diretamente no rumo de suas vidas e de seus familiares, que não estava relacionada somente ao trabalho exercido por estes sujeitos, mas por valores, ideias, percepções e construções sociais, além de elementos latentes a sua vida, como a fome e a moradia.

É justamente neste momento em que começamos a perceber uma modificação nas práticas de luta por moradia dos trabalhadores, afetados pelo desemprego os *briques* tornaram-se cada vez menores e deram espaço as ocupações urbanas, que se tornaram prática cada vez mais comum entre os trabalhadores. Se retornarmos a narrativa de Carlos, este pode nos trazer alguns elementos para iniciarmos esta reflexão. Carlos ressalta que:

[...] O pessoal tá querendo ir embora e não tem pra onde ir [...] Tá, tá com o desemprego sofrendo e isso afeta tudo, por que se você trabalha, todo mundo tem que come tem que vesti, né? E quando não

¹⁴¹ Ibidem.

tem esse dinheiro muitas vezes se deixa de comprar um sapato, né? O sapato tá meio velinho, se você tá ganhando um dinheirinho todos os dias, não eu vô compra as prestações eu compro, e se não tem digo que não eu vô fica com esse até quando ele dé.¹⁴²

O desemprego que marcou a vida dos trabalhadores na cidade aparece, em um primeiro momento, como fator que influenciou a busca de novas possibilidades de trabalho e, por consequência, a mudança de cidade. O anseio de mudança narrado por Carlos, em grande parte, já havia feito parte da vida dos trabalhadores do município, por constituírem um grupo que era basicamente formado por sujeitos de outras regiões do país. Mas neste momento a situação não parecia ser a mesma, esta mudança tornava-se muito difícil ou até mesmo impossível, justamente por não mais possuírem condições materiais de se deslocarem novamente. Além disto, o exemplo do sapato, citado por Carlos, pode ser comparado à moradia. O fato de não mais poder gastar com a compra de sapatos, mesmo que de forma parcelada, por não possuir mais um emprego aplica-se também ao pagamento dos aluguéis ou prestações das casas onde os trabalhadores residiam. Estes aluguéis e prestações tornavam-se assim cada vez mais inviáveis de serem pagos por estes sujeitos, submetendo a pagá-los, assim como o sapato, “até quando dé”. Quando não for mais possível seria necessário encontrar uma outra maneira de morar. É neste momento que as ocupações aparecem como uma opção possível para estes trabalhadores.

Em 1984, o Hotel Internacional, um dos hotéis com maior padrão econômico dentro da cidade, nas vésperas de sua inauguração anunciou a disponibilidade contratação de 160 empregados. O dia do cadastro dos candidatos apresentou-se como uma surpresa aos administradores do hotel e também como um elemento chave para entendermos a realidade social vivida pelos trabalhadores. Na ocasião, cerca de 4.000 trabalhadores se apresentaram para concorrer às vagas, este número foi tão expressivo que mereceu uma matéria no jornal *Nosso Tempo*¹⁴³. A situação enfrentada por parte dos trabalhadores da cidade causava não somente o desespero e o desânimo destes sujeitos, causava também a sua revolta. Segundo o periódico, o desemprego estava preocupando as autoridades governamentais e até mesmo a força policial da cidade, pois estava causando um clima de “tesão social”, no qual uma decisão do prefeito do período

¹⁴² CARLOS. Entrevista realizada em 27/03/2007, por Aparecida Darc de Souza.

¹⁴³ NOSSO TEMPO, n. 104, de 03 a 10/02/1984, “15 mil desempregados em Foz.”. p. 08

de aumentar do preço das passagens do transporte urbano teria sido revogada dias depois de instaurada, por aconselhamento e receio das reações populares.

Mesmo a situação dramática vivida pelos trabalhadores não os impedia de construir sentidos e agir para a transformação de sua realidade. Sentimentos de revolta também tomavam a cabeça do trabalhador quando pensavam em sua moradia, a impossibilidade do pagamento dos aluguéis ou da compra “legalizada” ou não de casas apareciam então como um elemento a mais para que estes trabalhadores recorressem as ocupações urbanas.

Ao refletir sobre questões relacionadas ao desemprego, neste momento do trabalho gostaria de elucidar algumas uma questão importante, o desemprego não foi o único motivador das ocupações em Foz do Iguaçu. As décadas de 1970 e 1980 foram momentos singulares na história dos trabalhadores no Brasil, as lutas por moradia não ocorriam somente em Foz do Iguaçu mas estavam presentes nas pautas de vários movimentos sociais brasileiros. A dinâmica das práticas sociais e da luta dos trabalhadores deste período por vezes não se circunscreveu em pautas como a reforma agrária ou pela resolução do problema da moradia. Este fato não deslegitima tais movimentos, mas o tornam mais complexo de ser entendido. O emprego, ou a falta dele, não determina por si só a consciência ou visão de mundo dos trabalhadores, esta visão é composta por toda sua experiência, dentro e fora de seu local de trabalho, no contato com os outros trabalhadores e com sujeitos de outras classes sociais, mas principalmente na vivência coletiva da exploração e da luta de classes.

Levar em conta a questão do desemprego é também considerar sobre tudo isto. Na tentativa de compor um quadro minimamente aprofundado sobre a realidade social vivida pelos trabalhadores. A intenção aqui distancia-se das formulações deterministas e tenta levar em conta a complexidade dos sujeitos e das práticas sociais de luta dos trabalhadores.

A foto abaixo exprime experiências que, em conjunto com a resistência e os enfrentamentos, permeiam a vida dos trabalhadores que moram em ocupações. Desta fotografia apenas o nome do filho mais novo da trabalhadora que aparece foi revelado. A criança que segura a mão de sua mãe chama-se Silvio Lopes, e nasceu nos primeiros minutos do ano de 1979 em Foz do Iguaçu. O pequeno Silvio ficou conhecido na maternidade como a “Criança Símbolo” do ano Internacional da Criança. A fotografia foi retirada quando ele tinha 5 anos, em 1984.

Imagem 11: Retrato da família Silvio Lopes, “criança símbolo de 1979”, 1984.



Fonte: NOSSO TEMPO, n. 150, de 24 a 30/12/1984, “Favelas: Onde as pessoas não vivem, vegetam.”. p.24.

O “título” recebido por Silvio efetivamente não trouxe grandes transformações para a sua vida ou de sua família, mas por outro lado ele representa muito bem a realidade vivida por parte dos trabalhadores no período. Morando com seus pais e irmã mais velhas entre as margens do rio Paraná e Boicy, em uma ocupação, na região central da cidade. A mãe de Silvio cuidava da casa e das crianças, enquanto seu pai, assim como grande parte dos trabalhadores que moravam na mesma região, realizava “bicos” para sustentar a sua família. Segundo sua mãe, assim que nasceu e foi reconhecido como um “símbolo” diversas foram as promessas feitas para sua família.

Prometeram dinheiro na conta de seu filho e uma casa digna para morar, segundo a trabalhadora o momento foi de alegria, acreditando que seu filho poderia mudar definitivamente a vida de sua família. Tal sentimento durou pouco tempo. Após poucos meses depois do nascimento de seu filho recebeu apenas algumas roupas de doação. Decidiu então que deveria verificar se as promessas realmente seriam cumpridas. Rodou pela cidade, visitou a maioria dos bancos de Foz do Iguaçu para conferir se os 5 mil dólares estavam depositados em sua conta, nada encontrou. A casa prometida parece ter causado ainda mais frustrações à família da trabalhadora. Narra que uma casa e um terreno foram entregues para eles pela prefeitura, em uma região

bastante afastada do centro, Silvio e seus familiares chegaram a mudar-se para tal residência. Pouco tempo depois receberam uma ordem da própria prefeitura para que se retirassem do local, voltando assim à morar na ocupação.¹⁴⁴

De fato Silvio “simbolizava” algo muito expressivo para os trabalhadores. Simbolizava a extrema desigualdade vivida, também todas as dificuldades e frustrações enfrentadas por estes sujeitos. Que constantemente tinham que conviver com promessas, esperanças e logo em seguida desapontamentos. Silvio simbolizava também a realidade vivida por todas as crianças das ocupações urbanas, que por vezes sentiram as precárias condições de vida, as enchentes, os problemas com a saúde e, por vezes, até mesmo a fome. A falta de informações sobre o futuro de Silvio não nos permite expor com exatidão sua trajetória, porém, conhecendo a situação em que ele e sua família se encontravam provavelmente passou parte de sua vida residindo na ocupação, que hoje é conhecida por Favela de Monsenhor Guilherme, enfrentando as difíceis condições sociais compartilhada por seus pais e por uma grande parcela dos trabalhadores de Foz do Iguaçu.

Além disto, a “criança símbolo” da ocupação representava o risco e experiência de diversas crianças da cidade que compunham um grupo de crianças abandonados. Ainda em 1984 cerca de 1.600 crianças estavam abandonados por Foz do Iguaçu, segundo dados do jornal *Nosso Tempo*.¹⁴⁵ Extrapolando a discussão apenas sobre a moradia estas informações permitem acessar aspectos relacionados a condição de vida, não somente destas crianças, como também dos trabalhadores. Em Foz do Iguaçu foi criado o SERVIM (Serviço de Valorização e Integração do Menor), onde crianças abandonadas eram recolhidos da rua e levados para a sede da instituição.

Esta instituição denunciava de forma clara o discurso e atuação dos governantes de Foz do Iguaçu em relação ao problema destes jovens. Segundo o vereador Alberto Koelbl: “É feio ver esses garotos pedir esmolas e isso não pega bem pra uma cidade turística.”¹⁴⁶ A preocupação das classes dominantes da cidade passava mais pela questão de como a cidade poderia ser visualizada pelos potenciais turistas e investidores, seguindo assim estritamente seus interesses econômicos, e menos pela real preocupação

¹⁴⁴ NOSSO TEMPO, n. 150, de 24 a 30/12/1984, “Favelas: Onde as pessoas não vivem, vegetam.”. p. 24.

¹⁴⁵ NOSSO TEMPO, n. 122, de 15 a 22/06/1984, “1.600 menores abandonados perambulam pelas ruas de Foz.”. p. 10.

¹⁴⁶ Ibidem.

das condições de vida vividas por estas crianças e por suas famílias, ou seja, dos problemas da classe trabalhadora¹⁴⁷.

A ambiguidade deste tipo de segmentação é latente, a linha que separava Silvio, a “Criança Símbolo” do ano de 1979, dos 1.600 outros menores que residiam nas ruas de Foz do Iguaçu era tênue. Os programas governamentais não tinham caráter preventivo em relação a questão, apenas atuavam sobre o problema já existente, deixando de lado situações vividas e compartilhadas pela família de Silvio, pelos trabalhadores. Não são as próprias crianças então os causadores deste problema, mas sim a precariedade da vida dos trabalhadores, o desemprego, a falta de moradia, a fome, os elementos que pressionavam as suas vidas e influenciavam na situação de suas crianças.

3.2 Entre o residir e o resistir: as ocupações urbanas e despejos em Foz do Iguaçu

Ao retornarmos a experiência de Nelson, outras questões podem ser analisados sobre a luta por moradia no município. No início da década de 1990 Nelson morou com sua esposa e quatro filhos na região do São Francisco, primeiro nos fundos da casa de sua cunhada, morando de favor em uma pequena casa de madeira. Poucos meses depois de mudar-se para a casa de sua cunhada uma área de terras foi ocupada nas proximidades de sua residência. Nelson narra que sempre que passava em frente a área ocupada pensava se deveria ou não mudar-se para lá. Ao frequentar a igreja perto de sua casa, certa vez Nelson foi informado pelo pastor que alguns terrenos da área ocupada estavam sendo vendidos. Este foi o elemento que faltava para que Nelson entrasse na ocupação, com o dinheiro que havia poupado do trabalho na construção civil que havia realizado no Amazonas comprou um terreno no local.

No período em que fez a negociação de seu terreno a prática predominante era a das ocupações, e em parte das vezes a compra e venda informal de lotes e casas

¹⁴⁷ Recorrendo à bibliografia sobre a temática percebemos que o problema com as crianças abandonados e desamparados não se iniciou no Brasil na década de 1980, trata-se de uma questão histórica de nossa sociedade, a pesquisadora Laura Valéria Pinto Ferreira considera que uma série de ações governamentais foram feitas desde o início do século XX sobre a questão, mas o que perdura até a década de 1980 é a tipificação por este grupo em dois segmentos: “O menor ideal era aquele que estava inserido em uma família mononuclear e estruturada e, portanto, não precisava de qualquer intervenção estatal. O menor abandonado ou em situação de risco, por não possuir uma família ou por estar sujeito a uma família desestruturada, esse sim, precisava ser reprimido, ora pela polícia ora pelas instituições de “reeducação” criadas para esse fim.” Cf. FERREIRA, L. V. P. Menores desamparados da proclamação da república ao Estado Novo. **Revista Virtú**. Ed. 7. UFJF. 2008. p. 13

acontecendo dentro das próprias ocupações. Nelson poderia ter escolhido ocupar a área assim que visualizou o início do movimento, mas a compra da terra assume um caráter moral para este trabalhador, em que ao pagar por uma área, mesmo sendo irregular, esta se tornaria efetivamente sua propriedade.

Iniciar esta seção da dissertação com a experiência de Nelson foi uma escolha para que possamos aprofundar as questões sobre as ocupações tratando de sua complexidade e especificidades. A venda de terrenos e casas dentro das ocupações não é algo novo ou difícil de ser encontrado. Parte das ocupações, principalmente aquelas que não foram encabeçadas por movimentos sociais constituídos, como é o caso da de Nelson, possuem práticas próprias de negociação dos terrenos ocupados. Estas práticas não devem servir aqui para deslegitimar os movimentos de ocupação, mas sim para atentarmos sobre as diferentes dinâmicas presentes em tais ações. O fato de Nelson não ocupar a área, como alguns de seus companheiros fizeram, optando por negociar e comprar seu terreno não significa que sua experiência é menos importante ou que não assume nenhum sentido dentro deste movimento. Nelson se envolveu e lutou, em conjunto com outros trabalhadores, pela conquista de sua moradia.

Nelson não hesitou ao assumir que mesmo comprando o terreno ele fazia parte de um movimento de ocupação de terras urbanas. Ao narrar um encontro que teve com a polícia no momento em que iria construir seu barraco este posicionamento é explicitado:

Aí puxou as madeirinhas nas costas, aí vindo aqui encontro a polícia. (Risos) Aí a polícia, “onde é que você vai?” Digo, “vou lá pra invasão”, “O que tu vai fazer lá?” “Vou achar um lugarzinho pra mim, os outros pessoal tão colocando, eu também vou colocar”. (Risos). Aí ele disse, “vocês não tem jeito não”, e foram embora (Risos). E eu vim pra cá, cheguei aqui arrumei a loninha, aí eu dormia de baixo daquela loninha, né? Que ela ficava baixinha pequenininha, né? Ai eu só botava o martelo aí pertinho e ficava ai, dormia aí, né? E ai, foi indo, foi indo, daí depois construí, daí morar aqui.¹⁴⁸

A cena é lembrada como um momento engraçado de sua vida, isto porque o encontro que teve com os policiais, para Nelson, não tratava-se de algo ilegal, pelo contrário, para o sujeito a construção de seu barraco em uma ocupação era totalmente legítima. Foram diversos os motivos para que Nelson avaliasse desta maneira, o primeiro deles já foi comentado, é o de uma justificativa moral por ter comprado o

¹⁴⁸ NELSON. Entrevista realizada em 19/09/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

terreno. A segunda justificativa o entrevistado mesmo explicita quando narra que “os outros pessoal tão colocando, eu também vou colocar”, trata-se de uma justificativa que leva em conta uma situação vivenciada coletivamente pelos trabalhadores, indicando no momento que se os policiais quisessem deter a ação de Nelson também teriam que deter a ação de todos os trabalhadores que estavam morando na ocupação.

O fato de Nelson narrar a presença dos policiais e a convivência com que trataram o trabalhador mesmo sabendo que participaria de uma ocupação surge também como um trabalho de sua memória que busca legitimar esta ação. Dando a entender que até mesmo policiais, que na prática seriam um dos responsáveis por barrar tais ações, permitiram que a ocupação continuasse acontecendo.

Nelson continua morando neste local até a atualidade. Diversas modificações foram feitas em sua residência, o que era um barraco de madeira e lona, tornou-se uma casa de alvenaria, que, apesar de não ser grande, acomodava o trabalhador, sua esposa e filho com um conforto razoável. Apesar disto, foram diversos os problemas e os enfrentamentos vivenciados por Nelson e o restante dos trabalhadores para que conseguissem se estabelecer com segurança nesta área. Um momento importante de sua narrativa é de quando visita, junto com outros trabalhadores, a casa do prefeito da cidade.

Ainda no início da ocupação, na década de 1990, o prefeito do município era Dobrandino Gustavo da Silva que realizou uma visita à área ocupada informado que os moradores daquele local seriam removidos dali para outras regiões da cidade. Descontentes com tal informação, Nelson e um pequeno grupo de trabalhadores decidiram dias depois dirigir-se a casa do prefeito para que pudessem negociar a permanência dos moradores e a regularização da ocupação. Partiram pela manhã, localizaram a casa do prefeito e ficaram de prontidão esperando-o sair a caminho da prefeitura. Assim que o prefeito saiu de casa os trabalhadores o abordaram para que pudessem conversar e propor um acordo, o argumento utilizado pelos trabalhadores foi o seguinte: “Dobrandino vamos fazer uma proposta pro senhor, ‘nós ajudamos a prefeitura e a prefeitura nos ajuda, o senhor deixe nós lá mesmo, nós estamos contentes e amém’.”¹⁴⁹

Alegando que a retirada dos moradores do local seria um transtorno tanto para a prefeitura, que teria diversos gastos e problemas com planejamento, e também seria uma

¹⁴⁹ Ibidem.

ação difícil e controversa para os próprios trabalhadores, que não deixariam o local onde residiram e investiram seu tempo e economias na mudança para outra região da cidade, onde novamente se sentiriam inseguros em relação a sua moradia aos atendimentos para a sua família e ao seus trabalhos. Depois da conversa o prefeito parece ter se convencido pelos argumentos apresentados pelos trabalhadores, permitindo que os trabalhadores permanecessem no local. Por certo não foi somente o apelo feito por estes sujeitos que levou Dobrandino a “autorizar” a ocupação. Provavelmente, o prefeito deveria ter realizado uma avaliação conjuntural da situação e constatando que economicamente realmente seria mais lucrativo para a prefeitura deixar que estes trabalhadores permanecessem em terras que eram de sua propriedade do que ter que investir na construção de novos bairros para a acomodação deste grupo.

Ainda assim, esta experiência narrada por Nelson revela a consciência e organização dos trabalhadores que residiam na ocupação, visto que percebiam que a situação em que estavam era “irregular”, mas que também deveriam lutar por seus interesses e direitos. No primeiro momento, a maneira que encontraram para realizar tal prática social foi a de enfrentar diretamente o principal governante do município, avaliando conjunturalmente a situação da prefeitura e do município, bem como pautando seus interesses em argumentos que serviriam não somente como uma tentativa de convencimento, mas também de mostrar a coesão, força e disponibilidade dos trabalhadores em lutar por suas moradias naquele local.

No final da década de 1990, Nelson e os moradores da ocupação enfrentaram uma nova luta por sua moradia. O novo prefeito Harry Daijó decidiu cobrar o pagamento da documentação das residências para que elas fossem escrituradas, os “contratos de compra e venda” foram pagos por Nelson por cerca de um ano e meio. Desconfiado da validade de tais documentos Nelson resolveu verificar na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil se o que estava pagando serviria realmente para que a situação de sua moradia fosse regularizada. Ao receber resposta negativa dos bancos Nelson espalhou a notícia para o restante dos trabalhadores da ocupação que pararam de pagar tais prestações. Até a atualidade nenhuma das casas da área em que Nelson reside tem a documentação que garante legalmente a escritura de propriedade. O trabalhador admite que sente falta deste documento e que a sensação de insegurança constantemente aparece em seus pensamentos, mas isto não serve para que Nelson deixe de lutar por algo que considera seu.

Este tipo de prática da Prefeitura Municipal é recorrente em Foz do Iguaçu, ao avaliar a impossibilidade de reintegração de posse ou desalojamento de moradores de ocupações a Prefeitura tenta “regularizar” tal área, implementando assim tais valores a serem pagos pelos trabalhadores. Os movimentos sociais como o MTST¹⁵⁰ (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) defendem que a conquista da habitação deve ser realizada pela ocupação de áreas pelos trabalhadores, levantando a bandeira que tais áreas não devem ser pagas pelos trabalhadores. Em Foz do Iguaçu a grande maioria das ocupações urbanas não estiveram vinculadas politicamente a esses movimentos à estas instituições. Os trabalhadores da cidade, ora mais organizados, ora menos organizados, praticaram as ocupações. Isto fez com que em parte dos movimentos o pagamento de uma parcela não fosse recebido como uma afronta ou algo que deslegitimasse a conquista de sua moradia.

A Experiência de Nelson, em conjunto com as experiências de todos os trabalhadores trazidos aqui para esta pesquisa explicitam, de forma geral, um elemento em comum, a tensão existente e vivida por estes sujeitos em sua busca por uma moradia. Seja comprando ou trocando terrenos e casas ou seja em um processo de ocupação, esta experiência nunca é vivida com tranquilidade pelos trabalhadores. Independente da prática realizada, várias tensões permeia o cotidiano e as ações destes sujeitos. Sejam as tensões externas que ocorrem no contato e enfrentamento com diferentes sujeitos e grupos sociais que não partilham das mesmas condições e interesses, ou até mesmo os conflitos internos, onde a relação com familiares, amigos, vizinhos e até mesmo com sua própria consciência é tensionadas pelas práticas de conquista de sua moradia bem como a permanência e busca por reconhecimento dentro da cidade.

Quando recorremos à pesquisa no jornal *Nosso Tempo* é possível observar que situações próximas a experiência de Nelson estavam ocorrendo por toda cidade. Em 1987 o periódico levantou uma estimativa de que cerca de 3.000 pessoas estavam residindo em ocupações somente na região do Porto Meira, nos bairros que hoje são o Jardim das Flores e Ouro Verde.¹⁵¹ Segundo dados do periódico, 80% das áreas verdes e técnicas, que são de responsabilidade do município, estavam ocupadas por trabalhadores na luta por moradia. O periódico também narra que o movimento na região do Ouro

¹⁵⁰ Utilizamos aqui o MTST como um exemplo histórico, não para qualificar ou desqualificar suas ações ou a dos trabalhadores de Foz do Iguaçu, mas como ponto de inflexão para destacar a diversidade de práticas e posturas dos movimentos sociais que lutaram por moradia em diversos momentos históricos.

¹⁵¹ NOSSO TEMPO, n. 270, de 24/07/1987, “A Explosão Urbana de Foz do Iguaçu.”p. 06.

Verde teve início em 1984, em que diversos trabalhadores carregando seus poucos materiais de construção se fixaram na área, chegando até mesmo a desenvolver um pequeno comércio de alimentos e mercadorias incipientes destas ocupações.

A proporção que tomou tal movimento pela cidade não poderia passar despercebida aos olhos dos governantes, segundo informações do jornal *Nosso Tempo*, várias reuniões realizadas na Câmara Municipal de Vereadores abordavam o assunto das ocupações. Até mesmo alguns conflitos dentro do próprio grupo de vereadores foi causado por este evento. Alguns funcionários públicos foram acusados de estarem vendendo terrenos de forma irregular em áreas da prefeitura. O inquérito aberto para a investigação de tal denúncia não conseguiu apurar nada de concreto sobre as vendas. Por outro lado, estas investigações trouxeram à tona a realidade das ocupações urbanas nas áreas periféricas da cidade.¹⁵²

No caso da ocupação na área chamada de Ouro Verde, na avaliação da Prefeitura Municipal, haviam poucas alternativas para a resolução do problema da ocupação. Visto que provavelmente os moradores não aceitariam nenhuma proposta de remoção e desalojamento, por já estarem fixados na área há quase 3 anos. A Prefeitura, comandada pelo recém-eleito Dobrandino Gustavo da Silva, decidiu por abrir um loteamento popular na região, em que os terrenos seriam vendidos à “preços simbólicos” pela prefeitura aos já moradores do locais. Novamente vemos a ação da prefeitura sob as ocupações, assim como na ocupação vivida por Nelson, no bairro Ouro Verde também houve uma pressão para a “regularização dos terrenos”. Somente aos olhos da Prefeitura estes valores são “simbólicos”, pois em muitos casos a situação vivida pelos trabalhadores e a sua renda mal podiam pagar sua alimentação, valores como estes apareciam para dificultar ainda mais a sobrevivência destes sujeitos na cidade.

O bairro Ouro Verde existe até a atualidade na região do Porto Meira em Foz do Iguaçu, mas apesar de regularizado a área sofre constantemente com alagamentos em dias de chuva, devido ao abandono do poder público mesmo após a venda “legalizada” dos terrenos.

Se retomarmos então o período de 1987 à 1993, que marcam as experiências dos trabalhadores que ocuparam o Ouro Verde no Porto Meira e a dos trabalhadores que ocuparam uma parte da região do São Francisco, podemos refletir não somente como as ocupações tornaram-se práticas sociais recorrentes dos trabalhadores em relação a

¹⁵² NOSSO TEMPO, n. 271, de 31/07/1987, “Vendas de Áreas verdes do Município.”, p. 16.

moradia. Mas também observamos a postura dos governantes municipais em relação à estas ocupações. O fato de negociarem algumas vezes com os próprios trabalhadores, permitindo com que permanecessem nas áreas ocupadas demonstra o reconhecimento que a Prefeitura possuía de sua incapacidade tanto de enfrentamento dos trabalhadores de determinadas regiões, por já estarem estabelecidos nas ocupações e também o reconhecimento da incapacidade de resolução dos problemas relacionados a questão da moradia. Apesar disto, ocorreram diversas ações violentas de desapropriações e “desfavelamento” praticadas pelo poder público municipal.

Tratando ainda das ocupações ocorridas na Região do Porto Meira, a experiência da ocupação do Morenitas permite ampliar a discussão sobre as práticas de enfrentamento dos trabalhadores em relação ao acesso à moradia.¹⁵³ Jovenildo foi um dos predecessores da ocupação do Morenitas, que teve início durante o início da década de 1990. De trajetória de vida e moradia bastante complexa, nasceu no Rio Grande do Sul em 1958, ao completar 5 anos de idade mudou-se com sua família para Foz do Iguaçu. Morou na cidade até os seus 15 anos de idade, quando então mudou-se novamente para Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Ao atingir a maioridade retornou à Foz do Iguaçu, cumpriu um ano servindo no exército e se deslocou para o Paraguai. No Paraguai trabalhou no campo até a década de 1990, quando então decidiu voltar para Foz do Iguaçu.

Em 1993, Jovenildo estava casado e com um filho. Junto com um pequeno grupo de trabalhadores decidiram ocupar uma área na Região do Porto Meira. O local ocupado ficava ao lado de outra ocupação, a do Morenitas I, que teve início ainda no fim da década de 1980. Atento as disputas políticas da década de 1990, Jovenildo narra o interesse do prefeito e dos candidatos à prefeito em relação a ocupação. O vice-prefeito visitou a ocupação no ano de 1997 e propôs um contrato para os trabalhadores, em que seria negociada a saída dos moradores do local e a construção de casas populares em outra região para estes trabalhadores em um momento posterior. Assumindo a liderança do movimento Jovenildo não hesitou em negar a proposta. Jovenildo narra a frustração do vice-prefeito de como enfrentaram suas ameaças:

¹⁵³ Emílio Gonzales já discorreu em sua dissertação dos conflitos ocorridos nas ocupações do Morenitas I e II, bem como os trabalhos de memória em relação a luta por moradia na cidade. Cf. GONZALES, E. **Memórias que narram a cidade:** experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu. Ano de obtenção: 2005. Dissertação (Mestrado em História) São Paulo: PUC, 2005.

[...] Ele (vice-prefeito) falou “é o seguinte, amanhã vai vir uma pessoa conversar com vocês, não tem negociação?” eu falei “não”, “e se a polícia vier aqui despejar?” eu falei “ nós vamos bater de frente, eles vão começar surrando por mim, o primeiro a chegar no comandante da Polícia Militar sou eu, se depender disso eu tô indo agora lá na Polícia Militar falar, pego um carro aqui vou lá, não precisa nem vim até aqui eu vô lá”.¹⁵⁴

O que gostaríamos de analisar com a experiência e narrativa de Jovenildo neste momento, não é toda a história da ocupação do Morenitas II. A intenção é a visualizar esta experiência e refletir sobre como ela compõe uma série de outras lutas pela cidade de Foz do Iguaçu, como estas lutas têm raízes históricas que informam sobre a atuação da classe trabalhadora na reivindicação de suas moradias próprias e da cidade como um todo.

Certamente a resposta dada por Jovenildo ao vice-prefeito, apesar ter sido elaborada de forma rápida, não foi formulada sem a reflexão tanto de sua experiência, quanto dos outros trabalhadores. O embate com o governante levou em conta a experiência da própria área vizinha, que através da luta e resistência às imposições dos governantes e das classes dominantes conseguiam se manter residindo no local. A firmeza com que Jovenildo refere-se ao seu possível contato com a Polícia Militar, não diz respeito a falta de temor que tinha desta instituição e ao que poderiam causar aos trabalhadores que ocupavam a terra, este medo provavelmente estava presente nas vidas destes sujeitos. O que a resposta de Jovenildo demonstra, na verdade, é a disposição de permanência e luta dos trabalhadores por aquele território.

Geni congrega algumas experiências em comum com as já vistas neste capítulo, além do filho que saiu de casa ainda muito novo ela também residiu boa parte da sua vida em uma ocupação. Nascida em 1957 e a narrativa de sua trajetória de vida inicia quando já está casada, na década de 1980 quando residia no Mato Grosso do Norte e seu marido trabalhava como garimpeiro. O “barraco no mato” e o “garimpo que não deu” fizeram com que Geni lembrasse com muita tristeza deste momento. Esta situação e o conhecimento de parentes que moravam em Foz do Iguaçu fizeram com que Geni e sua família se mudassem para a cidade no final da década de 1980. Assim que chegaram no município residiram na casa de sua mãe que localizava na região próxima a Ponte da Amizade, cedida pela empresa onde trabalhava. Moraram nesta região por aproximadamente um ano após o marido de Geni conseguir ser empregado em uma

¹⁵⁴ JOVENILDO. Entrevista realizada em 18/05/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

borracharia. Mudaram de residência, morando em um lote no mesmo terreno onde seu marido trabalhava, ainda na mesma região da cidade. Residiram neste local por cerca de 4 anos, após a mãe de Geni mudar-se para uma casa em uma ocupação. A entrevistada decide fazer o mesmo, ocupando assim um terreno quase ao lado do de sua mãe e fixando sua residência.

Neste local Geni narra a experiência de luta de sua família por permanência na área. Segundo a trabalhadora, diversas foram as ações dos governantes da cidade para que a ocupação fosse desfeita:

[...] daí a mãe vinha e fazia casa, a prefeitura vinha e derrubava a casa, que era proibido [...]. Porque era proibido fazer casa, e a mãe, daí, os vereador liberava e a mãe erguia a casa a prefeitura vinha e derrubava [...] Sim, aí vinha o, como que é, o vereador, aquele, Vitorassi, com as polícia e tudo daí mandava, a mãe erguia de novo daí vinha a prefeitura, acho que umas 2 vezes vieram derrubar.¹⁵⁵

Assim que chegou na área onde construiria sua residência a primeira impressão foi a que a maioria dos trabalhadores também compartilharam, a da área tomada pelo “matagal” e da necessidade de construir rapidamente um barraco, na intenção dupla de exibir que estavam residindo naquele local e também na tentativa assegurar a proteção da área. A experiência da mãe de Geni e de uma série de outros trabalhadores com a demolição de suas moradias afetava diretamente a experiência da própria trabalhadora.

O convívio constante com estas ações violentas tornava sua vida completamente insegura. A demolição da casa de sua mãe foi um momento marcante em sua vida e expressa diretamente as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores que decidiam morar em uma área de ocupação. Demonstra também as atuações contraditórias do poder público e dos governantes que ora ordenavam a demolição e expulsão dos moradores destes locais, ora tinham representantes seus visitando tais áreas e autorizando a permanência destas famílias.

Por outro lado, este evento expressa uma experiência que já foi demonstrada por diversas vezes neste trabalho, a de enfrentamento dos trabalhadores em relação a outros sujeitos e classes sociais para a garantia de sua moradia. A demolição de sua residência certamente abala o sujeito atingido, pressionando-o para que desista de morar naquele local. Por vezes esta ação se torna efetiva e leva os trabalhadores a procurarem outras

¹⁵⁵ GENI. Entrevista realizada em 23/04/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

alternativas de conquista de sua moradia, mas também o inverso acontece, como foi o caso de Geni e sua família. As demolições apesar de trágicas não impediram que continuassem lutando no local por aquela conquista.

O sentimento de insegurança não é algo que pode ser negligenciado quando pensamos na experiência dos trabalhadores em relação a sua moradia. Desde o início da ocupação até o momento em que Geni concedeu entrevista narrava os diversos boatos de regularização da situação de sua moradia. Entre estes boatos nunca teve a certeza de que conseguiria “regularizar” a situação de sua moradia. Geni narra como conviveu com o medo e por vezes se esforçou no trabalho de providenciar documentações que supostamente iriam dar a ela a escritura de sua casa, porém foi tudo em vão. Geni infelizmente faleceu no ano de 2016 carregando o sentimento que perdurou por toda sua vida em relação à moradia, o da insegurança.

Como podemos notar, a experiência da dos trabalhadores em relação à moradia torna-se um trabalho árduo quando consideramos o quanto este campo é complexo e dinâmico, que extrapola as divisões simplistas de classes sociais, de instituições ou de práticas. Nesta perspectiva recorreremos à obra de João Carlos de Souza¹⁵⁶, que problematiza o Movimento Sem-Teto em São Paulo na década de 1980, não como instituição, mas sim dando prioridade aos sujeitos deste processo de ocupação. Considerando as várias dimensões das relações de poder e tensão, os processos vivenciados pelos ocupantes não só para moradia, mas também na integralidade de suas relações sociais.

Souza elenca e analisa diversos elementos da condição de classe que fazem parte desta experiência de ocupação destes sujeitos, as experiências anteriores de moradia, as estratégias de ocupação, o cotidiano nos acampamentos, a organização dentro e fora dele e os diferentes sujeitos inseridos neste processo, acaba concluindo que esses sujeitos:

Tiveram de ir aprendendo a lidar com a vida de forma diferente. A moradia tinha para eles um valor de uso, mas na grande cidade constituía uma mercadoria de difícil acesso. Para conquistá-la, sentiram os valores ser questionados, como o da própria família o número de filhos sendo empecilho para concretização de um aluguel. Pensar, portanto, a questão da moradia é pesá-la como espaço de

¹⁵⁶ SOUZA, João Carlos de. **Na Luta por Habitação**: a construção de novos valores. São Paulo: EDUC, 1995.

constituição da família, de uma identidade e de possibilidades de realização de projetos, como o do trabalho autônomo.¹⁵⁷

A obra de Souza é importante para nossa pesquisa, pois nos auxilia justamente a refletir sobre importância da experiência dos trabalhadores nesses movimentos de ocupação, de como esses sujeitos de valores, costumes e origens diferentes nesse processo acabam por constituir um espaço de lutas comuns, que são significadas de diversas formas e construídas coletivamente. Processo esse que conta com a atuação não só dos ocupantes, mas também de vários outros grupos sociais que estão ali inseridos e interessados, e em conjunto com os ocupantes que caracterizam a luta por habitação.

A análise dos despejos e das ações de “desfavelamento” promovidas pelo poder público municipal em Foz do Iguaçu servem para concluir esta discussão de como os trabalhadores atuavam e significavam a luta por moradia, e como a luta de classes foi um elemento intrínseco deste processo. As reportagens do jornal *Nosso Tempo* evidenciaram durante o decorrer da década de 1980 diversas ações de remoção e despejo de trabalhadores de áreas de ocupação.

Em 1981, Ovídio Francisco Sucatelli chegou a Foz do Iguaçu com sua família. Sem nenhuma condição financeira para se hospedarem em um hotel ou pousada e muito menos para alugar ou adquirir uma residência, Ovídio decidiu acampar na cidade. E para a construção da moradia cravou alguns galhos de madeira no chão e cobriu com lona. Nas proximidades da favela do cemitério, nas margens do Rio M’boicy, na região central da cidade, Ovídio e sua família permaneceram alguns dias residindo debaixo daquele barraco.

Não bastando as precárias condições vividas e a falta de emprego, no dia 10 de outubro de 1981, um inspetor do DRM (Divisão Regional Metropolitana, órgão ligado a Polícia Civil) comunica que Ovídio e seus familiares teriam 24 horas para saírem do local onde estavam acampados, caso contrário seriam despejados dali. Ovídio não recebeu bem a notícia, enfrentou o inspetor chegando a argumentar que não sairia daquele local. O inspetor do DRM continuou a conversa fazendo as ameaças de despejo, até que retirou-se do local deixando apenas a notificação por escrito. O período de 24h abalou a família de Ovídio, mas o despejo ainda foi adiantado. Horas depois da notificação um caminhão do DRM volta ao barraco do trabalhador, agora carregando

¹⁵⁷ Ibidem. p. 152.

mais fiscais que ficaram responsáveis por desmontar o que havia erguido, mover os pertences da família para o caminhão e retirá-los daquele local.

Esta experiência foi noticiada na 33ª edição do jornal *Nosso Tempo*¹⁵⁸, que acompanhou a discussão do trabalhador com o fiscal e também a retirada da família do local. O periódico não conseguiu averiguar para que local a família havia sido levada, nem mesmo o que teria acontecido com ela após este fato. Esta foi uma das diversas experiências vividas pelos trabalhadores da cidade de Foz do Iguaçu de despejo. Neste momento o fato ocorreu apenas com uma família, por isso não ganhou notoriedade nem destaque nas páginas do periódico. Apesar disto, visto a realidade social vivenciada pelos trabalhadores em Foz do Iguaçu neste período é possível considerar que muitos trabalhadores tenham passado pela mesma situação vivida por Ovídio, mas não apareceram nas páginas dos jornais locais. O destino de muitas famílias, levadas pelo caminhão da DRM para lugares desconhecidos pode ter passado despercebido pela imprensa e pelo restante da sociedade.

O que não podemos realizar aqui é continuar negligenciando estes fatos. Estas experiências, apesar de parecerem ter ocorrido de forma isolada entre os trabalhadores de Foz do Iguaçu, ao serem analisadas de uma forma mais aprofundada demonstra o inverso. Vista toda a discussão produzida sobre a situação crítica que o município e os trabalhadores vivenciavam, principalmente com relação a moradia, cada vez mais famílias eram retiradas de locais que o poder público e as classes dominantes teriam algum tipo de interesse.

Sendo assim, ao mesmo passo que famílias como a de Ovídio ocupavam um local, ocorriam ações contra estas práticas, realizadas principalmente pelo poder público. Por vezes, os trabalhadores conseguiram resistir à estas pressões, outras vezes isto não foi possível. Não somente experiências individuais de desapropriação de áreas de ocupação ocorreram em Foz do Iguaçu.

Em 1976, próximo ao centro da cidade, uma ocupação terras teve início, sem ganhar atenção do poder público. A cada ano o número de moradores da ocupação aumentava. Estabelecidos ali em uma área de banhado que nem mesmo chegou a ganhar um nome, os trabalhadores organizaram suas práticas e rotina, mesmo com as dificuldades de se morar em uma ocupação. A maioria dos trabalhadores tinha emprego próximo, a creche para as crianças bem como o posto de saúde também não eram tão

¹⁵⁸ NOSSO TEMPO, n. 33, de 06 a 12/10/1981, “Favelas: Onde as pessoas não vivem, vegetam.”. p. 04.

distantes. No ano de 1984 cerca de 60 famílias já habitavam este local e neste mesmo ano a situação destas famílias se modificou completamente.

O vereador de Foz do Iguaçu Severino Sacomori (PMDB) passou a ameaçar as famílias que residiam na ocupação afirmando que aquela área de terras havia sido comprada por ele. Segundo o trabalhador Edson Francisco Dias, quase não houve diálogo em relação a situação das famílias que ali residiam: “Uma tarde veio lá o Sacomori e começou a arrotar grosso dizendo: ou vocês saem por bem ou por mal. Para quem sair por bem eu vou arranjar um terreno, pago a mudança e dou os pregos e a lona para construírem outro barraco.”¹⁵⁹

A “oferta” feita pelo vereador apresentava-se então como uma imposição aos trabalhadores. Apesar das diversas tentativas de negociação e resistência dos trabalhadores que habitavam a ocupação, o vereador permaneceu intransigente, fortalecido pelo amparo e íntima relação com o poder público e as classes dominantes da cidade a promessa de “passar com o trator por cima da casa” foi efetivada em relação aos trabalhadores que permaneceram no local.

Vários elementos são possíveis de serem analisados a partir desta experiência. O primeiro deles refere-se diretamente à relação ao evento e a fonte que o registra, o jornal *Nosso Tempo*. Durante três edições seguidas o periódico vinculou reportagens que tratavam da remoção destes trabalhadores a mando do vereador da cidade¹⁶⁰. A postura extremamente crítica do periódico, mantida e defendida por grande parte do período em que circulou parece ter sido ofuscada nesta situação. Muito se deve a relação e a afinidade que o periódico mantinha com o partido do PMDB e seus integrantes. A postura de ataque ao poder público, governantes e as classes dominantes, majoritariamente utilizadas nesta situação parecem ter dado espaço ao discurso de “imparcialidade” pregado pela grande mídia.

Durante as três edições que o conflito foi narrado a “opinião” do jornal foi praticamente ausente, contando apenas com depoimentos tanto dos trabalhadores que foram despejados, quanto da defesa do vereador. Até mesmo o constante apelo do periódico em retratar o trabalhador como vítima de um processo e de outros grupos sociais foi deixado de lado, mostrando a narrativa de trabalhadores que, segundo o periódico, “se conformaram” com a situação, como Zoraide Martins narra: “É claro que

¹⁵⁹ NOSSO TEMPO, n. 129, de 27/07 a 02/08/1984, “Sacomori jogou os favelados num banhado”. p. 05.

¹⁶⁰ Durante as edições de número 129, 130 e 131, as reportagens intitulada: Sacomori jogou os favelados num banhado; Favelados Expulsos vivem dias negros; Caso dos Favelados, tratam deste evento.

aqui tá mais ruim de morar, mas se a terra é do Sacomori, não poderia ser diferente. Ele me deu as tábuas e mandou construir este rancho em que estou morando.”¹⁶¹

Apesar deste modo diferente de noticiar o despejo dos trabalhadores, que pareceu tentar justificar e amenizar a ação do vereador, certamente o caso tomou outra forma durante as edições. As experiências dos trabalhadores foram marcadas pela e a a imagem que transpareceu foi a do sofrimento destes trabalhadores. Mesmo o trecho narrado por Zoraide evidencia aspectos que apresentam a ambiguidade do processo de despejo vivido por ela. Ao mesmo tempo em que afirma que não havia outra forma com que as coisas poderiam ocorrer e que recebeu “ajuda” do vereador com o novo local onde morava, a primeira frase de sua fala é reveladora. Zoraide revela uma piora na sua condição de moradia e de vida. Esta avaliação é compartilhada por todos os trabalhadores que residiam na ocupação.

Neste sentido a trabalhadora Maria Luiza que expressa o sentimento a influência deste processo em sua vida, quando narra em entrevista para o periódico:

A favela onde morávamos ficava perto da cidade e a gente conseguia fazer algum trabalho nas casas sem ter que pegar os ônibus. Aqui não podemos nem trabalhar porque não temos dinheiro pra tomar o ônibus. Semana passada eu passei fome e senti muita vontade de voltar onde morava. Tive muita raiva do Sacomori porque o que ele fez foi o mesmo que tirar o pão da boca de nossos filhos.¹⁶²

Maria Luiza no momento do despejo tinha seis filhos, um deles ainda era recém-nascido. A área para onde os trabalhadores e suas famílias foram levadas pelo vereador ficava na região do São Francisco, distante do centro da cidade e formada em sua maioria por uma área de banhado. A narrativa de Maria Luiza expressa com clareza o quanto o ato de residir em uma ocupação extrapola a questão da moradia simplesmente.

O papel do poder público nestas ações de remoção e “desfavelamento” do município não pode ser deixado de lado. Por vezes as ocupações ou as favelas da cidade foram utilizadas pelo poder público como uma forma de agir em prol de seus interesses. Intitulando-se ações sociais que beneficiariam os trabalhadores, tratavam-se na verdade da modificação e valorização de determinadas regiões da cidade. Ainda em 1984 o prefeito de Foz do Iguaçu Wádis Benvenutti (ARENA) iniciou um projeto de “desfavelamento” do município. Neste projeto os moradores de grandes e antigas

¹⁶¹ NOSSO TEMPO, n. 129, de 27/07 a 02/08/1984, “Sacomori jogou os favelados num banhado”. p. 05.

¹⁶² Ibidem.

favelas como a do Country, Guarda Mirim, Pluma e Bom Jesus seriam reassentados em uma área na região do São Francisco através de um convênio feito com a COHAPAR em que tais moradias seriam construídas por um mutirão.¹⁶³

A maioria destas favelas citadas e os trabalhadores que nelas residiam já foram mencionados nesta pesquisa em outros momentos como sendo alvos de constantes ataques para que seus moradores deixassem os locais onde viviam. O projeto proposto pelo prefeito da cidade tratava-se basicamente de uma tentativa de valorização do solo da região central do município. O exponencial crescimento do comércio e do turismo de Foz do Iguaçu, bem como as classes dominantes, não poderia mais deixar que ocupações e favelas se instaurassem na região de maior valorização da cidade. Era preciso uma ação para que aquele espaço se tornasse propriedade não dos trabalhadores e sim da classe dominante, servindo somente à ela.

Mas, como vimos durante toda esta dissertação, os trabalhadores não permaneceram imóveis diante de tais situações, alguns sujeitos não puderam resistir e foram removidos, como é o caso dos trabalhadores que formavam a favela do Country, demais lutaram e conseguiram minimamente garantir a sua moradia na ocupação, algumas continuaram sendo favelas como é o caso da região da Guarda Mirim, e outras tornaram-se bairros “oficiais” da cidade, como o Bom Jesus.

Sendo assim, a ocupação foi escolhida pelos trabalhadores levando em conta os seus interesses e necessidades, a partir desta área também que estes sujeitos compõe o restante de sua vida e relações sociais. A remoção dos trabalhadores das ocupações urbanas além de demonstrar claramente uma face da luta de classes dentro do espaço urbano, em que os interesses econômicos predominam e pressionam a sociedade, também demonstra como a vida dos trabalhadores é alterada ao mudar-se para outra região da cidade.

¹⁶³ NOSSO TEMPO, n. 146, de 23 a 29/11/1984, “Desfavelamento em Foz do Iguaçu começa a criar polêmica”. p. 12.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda em 2014, quando iniciei o projeto sobre a presente pesquisa, confesso que fui pretencioso. A primeira ideia era de abordar todas as questões relacionadas ao espaço da cidade e aos trabalhadores dentro do recorte temporal e espacial estipulados. Neste ano terminava uma experiência de pesquisa numa área de ocupações urbanas de Foz do Iguaçu, e estava ansioso para ampliar o meu tema de pesquisa e prosseguir as reflexões.

Visto que seria inviável discutir toda a relação entre a cidade e os trabalhadores decidimos que deveríamos nos focar na questão da moradia. Este seria o ponto que permitiria observar a cidade e seus moradores a partir de uma nova ótica, que levasse em consideração as lutas e sentidos criados para suas práticas sociais. Esforçar-se então em elucidar questões relacionadas a habitação da classe trabalhadora serviu também para que extrapolássemos o espaço da casa destes sujeitos e entrássemos em contato com suas experiências.

Um dos esforços deste trabalho foi o de evidenciar como os trabalhadores da cidade de Foz do Iguaçu participaram ativamente da construção do território do município. Não em uma construção que segue os padrões burgueses, burocráticos e legislativos previamente estabelecidos, mas uma construção que toma sentido na composição desta classe social, que acontece conforme os seus interesses são disputados e as possibilidades de suas práticas.

Os trabalhadores construíram suas próprias residências, por vezes sozinhos ou com a ajuda de poucos amigos e familiares. Por sua estrutura receberam o nome de barraco, puxadinho, casinha ou casa. Foram vários os materiais utilizados para este tipo de construção, que iam desde a lona simples e pedaços de madeira até os tijolos e cimento. Além das suas casas os trabalhadores construíram também suas ruas, alguns retiraram o mato que atrapalhava a passagem, outros aterram determinados pontos ou cavaram valetas por onde a água das chuvas iria escorrer, muitos trabalhadores também lutaram pelo calçamento ou asfalto. Diversos bairros surgiram pelas mãos dos trabalhadores, que fixaram-se em uma área de terras e ali construíram um lugar para morar aos seus moldes.

Elenquei no parágrafo acima alguns aspectos “materiais” da construção da cidade pelos trabalhadores, mas o que realmente gostaria de chamar atenção com isso é de como estes aspectos estão plasmados as experiências, sentimentos e necessidades dos

trabalhadores. Quando afirmo que os trabalhadores também construíram a cidade, ou parte dela, não me restrinjo somente aos espaços físicos, mas também a sociedade como um todo, a experiência dos trabalhadores em relação ao espaço urbano, seu bairro, sua rua e sua casa moldam os seus modos de vida e luta, assim como são moldados por ele.

Por mais que em alguns casos a conquista da moradia pareça ter acontecido de forma individual os limites e pressões são enfrentados por todos os trabalhadores de forma coletiva. Como tentei abordar durante todo o texto, o que chamou atenção na questão da moradia no município foram as experiências compartilhadas pelos trabalhadores, elas apontam justamente para estas lutas que são vividas por uma classe. Mesmo considerando que o mundo dos trabalhadores é complexo e variado, não podemos negar que estes sujeitos compartilham de uma realidade comum, uma realidade que é marcada pela desigualdade, exploração e luta de classes. As moradias dos trabalhadores apareceram aqui nesta pesquisa como uma forma de evidenciar este movimento.

Em 1910, o escritor João do Rio faz uma leitura bastante interessante das ruas do Rio de Janeiro:

A rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma! [...] A rua nasce como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento. Cada casa que se ergue é feita do esforço exaustivo de muitos seres, e haveis de ter visto pedreiros e canteiros, ao erguer as pedras para as frontarias, cantarem cobertos de suor, uma melopeia tão triste que pelo ar parece um arquejante soluço.¹⁶⁴

As características citadas pelo escritor sobre as ruas da antiga capital brasileira, consideram a complexa dinâmica de uma cidade, em que determinados espaços possuem características próprias, que advém, na maioria das vezes de seus moradores. A luta e o suor para a construção da casa, da rua e dos bairros dos trabalhadores permite com que estes sujeitos “imprimam” seus modos de vida e suas relações sociais nestes locais, fazendo com que assim com que se extrapole o espaço físico e possa ser sentida a sua “alma”.

Perceber isso é ultrapassar limites e concepções que, por vezes, parecem estar consolidados, é perceber que, no caso desta pesquisa, nem todos os trabalhadores que

¹⁶⁴ DO RIO, João. **A alma encantadora das ruas**: crônicas. 2ª Edição. São Paulo: Martin Claret. 2013.

vieram para Foz do Iguaçu na década de 1970 conseguiram emprego na Itaipu e a possibilidade de pagar para morar em um local digno. É também observar que as práticas dos trabalhadores para a conquista de sua moradia não seguem as regras que conhecemos do mercado imobiliário “formal”, que os *briques*, as negociações no bar, o aperto de mão eram as práticas que faziam sentido na realidade destes sujeitos ao tentar conquistar uma moradia. Além disto, é perceber que os trabalhadores estão dispostos a ocupar um terreno na busca por este direito, mesmo conhecendo todos os estigmas e violências praticadas contra os chamados “invasores”.

Neste momento, apontando as últimas considerações desta pesquisa, gostaria de retomar brevemente a primeira edição do jornal *Nosso Tempo*. O contato com a reportagem intitulada *POVÃO* presente nas páginas do jornal, precederam a minha experiência com esta pesquisa, ainda em 2013 por uma indicação pude conhecer o jornal e tal reportagem. As primeiras reflexões acerca das questões desta pesquisa surgiram desta matéria. Este foi também um dos primeiros materiais a ser analisado durante o processo de estudos. Creio que trazê-la aqui, neste momento, contribui para que possamos retomar as preocupações que fizeram parte deste trabalho. Em 1980 o título da reportagem acompanhava a seguinte descrição: “Cerca de 30% da população de Foz do Iguaçu, o que corresponde a mais ou menos 50 mil habitantes, residem em imóveis ilegais e em consequência disso não possuem direito real sobre a propriedade.”¹⁶⁵

Este cenário é revelador quando nos debruçamos sob o processo histórico de constituição do município. Ao evidenciar as mazelas urbanas e as dificuldades sofridas por uma quantidade grande de trabalhadores que tinham poucas possibilidades de acesso a moradia, revela também as diferentes relações de classes existentes. Em que as classes dominantes do período, apesar de perceber e se incomodar com tal situação continuou exercendo seu papel histórico de exploração e reafirmação da desigualdade. “Nós fomos abandonados por todos”¹⁶⁶ disse Jonas da Silva ao periódico. Relegados as regiões precárias da cidade, ao trabalho duro e a quase inexistência de assistência pública muitos trabalhadores de Foz do Iguaçu partilharam da opinião do entrevistado.

O sentimento de abandono esteve presente em grande parte desta dissertação, apesar de comumente ser percebido pelos trabalhadores não apareceu como um impeditivo de suas práticas. Seja nas páginas dos jornais, nos documentos oficiais, nas

¹⁶⁵ NOSSO TEMPO. n. 1. 3 de dezembro de 1980. “POVÃO” p. 13.

¹⁶⁶ Ibidem.

fotografias capturadas ou nas entrevistas realizadas mais do que o sofrimento foi retratado. A força dos trabalhadores também compôs estes materiais, de forma direta ou indireta, eram as experiências de luta destes sujeitos que apareciam. Foram estas experiências, o foco deste trabalho.

Neste momento ainda me restam várias dúvidas sobre o objeto desta pesquisa, ao tratar das experiências dos trabalhadores, principalmente as que estão relacionadas com a sua moradia indago-me se pude minimamente refletir com maior profundidade sobre questões importantes para este debate. Considerando a diversidade e complexidade do mundo dos trabalhadores, quis ressaltar como ele é composto por sujeitos que por vezes são diferentes, que possuem profissões, trajetórias e modos de vida diversos. Mas, para além disto, quis demonstrar como a questão da casa própria pode congrega estes sujeitos, em uma situação e luta coletiva, que não aconteceu de maneira única e, muito menos, uniforme, que esteve sempre presente na vida dos trabalhadores.

Por fim, gostaria de ressaltar que em uma pesquisa como esta, o envolvimento com a temática com certeza não acabará aqui. Um motivo para isto é de que o problema da moradia ainda não está resolvido em Foz do Iguaçu, nem em nenhuma outra parte do Brasil.¹⁶⁷ Isto faz com que ao pesquisar tal temática as contribuições para o presente estejam sempre em perspectiva. As regiões que nos debruçamos durante o processo de construção desta dissertação ainda hoje são marcadas por vários problemas em relação a habitação, talvez um olhar mais atento para o passado sirva para o entendimento e luta no nosso presente.

O esforço foi este, realizado sempre com dificuldade, maior ou menor, tratar destas questões sob esta perspectiva nunca pareceu tarefa fácil. O que resta agora é que os futuros leitores decidam se o esforço e as discussões foram válidas ou não.

¹⁶⁷ Se pensarmos nas indicações de Friedrich Engels para a resolução do problema da moradia, consideraremos que apenas uma revolução em todos os âmbitos da sociedade seria capaz de resolvê-la. Cf. ENGELS, F. **A Questão da habitação**. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora. 1979.

FONTES

Fontes Orais

- AGOSTINHO. Entrevista realizada em 04/04/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.
- ANTÔNIO. Entrevista realizada em 03/04/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.
- ASSUNCION. Entrevista realizada em 04/09/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.
- AUGUSTO. Entrevista realizada em 12/05/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.
- CAIO. Entrevista realizada em 12/01/2007, por Aparecida Darc de Souza.
- CARLOS. Entrevista realizada em 27/03/2007, por Aparecida Darc de Souza.
- CAROL. Entrevista realizada em 27/03/2007, por Aparecida Darc de Souza.
- GENI. Entrevista realizada em 23/04/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.
- JAIME. Entrevista realizada em 26/04/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.
- JOVENILDO. Entrevista realizada em 18/05/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.
- MARIA. Entrevista realizada em 12/05/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.
- MARIA CAVALCANTI. Entrevista realizada em 15/01/2014, por Lucas Eduardo Gaspar.
- MARIA VIDEIRA. Entrevista realizada em 26/04/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.
- NELSON. Entrevista realizada em 19/09/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.
- REALDA. Entrevista realizada em 12/05/2015, por Lucas Eduardo Gaspar.

Fontes Jornalísticas

- NOSSO TEMPO. n. 1. 3 de dezembro de 1980. “POVÃO” p. 13.
- NOSSO TEMPO, n. 2, de 01/12 a 10/12/1980, “Mulher de lasca-fogo expulsa invasores”. p. 16.
- NOSSO TEMPO, n. 07, de 18 a 21/01/1981, “Entrevista com um Favelado”. p. 10-11.
- NOSSO TEMPO, n. 11, de 18 a 25/02/1981, “Crise de Moradia”. p. 10-13.

NOSSO TEMPO, n. 12, de 23/02 a 04/03/1981, “Área vendida por um cavalo hoje está em conflito”. p. 09.

NOSSO TEMPO, n. 18, de 08 a 15/04/1981, “Ortega quer 6 milhões pela área”. p. 16.

NOSSO TEMPO, n. 19, de 15 a 22/04/1981, “Um baita rolo no Jardim Tropical”. p. 14.

NOSSO TEMPO, n. 22, de 13 a 19/05/1981, “MISÉRIA”. p. 09.

NOSSO TEMPO, n. 23, de 20 a 27/05/1981, “Os posseiros urbanos”. p. 05.

NOSSO TEMPO, n. 25, de 10 a 17/06/1981, “População e Migração”. p. 04.

NOSSO TEMPO, n. 33, de 06 a 12/10/1981, “Favelas: Onde as pessoas não vivem, vegetam.”. p. 04.

NOSSO TEMPO, n. 75, de 30/06/1981 a 06/07/1981, “Rolo no loteamento Shalom: Famílias ameaçadas de despejo”. p. 18.

NOSSO TEMPO, n. 77, de 14 a 21/07/1983, “Desemprego”. p. 10

NOSSO TEMPO, n. 78, de 21 a 16/07/1983, “Rincão São Francisco”. p. 09-11.

NOSSO TEMPO, n. 104, de 03 a 10/02/1984, “15 mil desempregados em foz.”. p. 08.

NOSSO TEMPO, n. 122, de 15 a 22/06/1984, “1.600 menores abandonados perambulam pelas ruas de Foz.”. p. 10.

NOSSO TEMPO, n. 129, de 27/07 a 02/08/1984, “Sacomori jogou os favelados num banhado”. p. 05.

NOSSO TEMPO, n. 146, de 23 a 29/11/1984, “Desfavelamento em Foz do Iguaçu começa a criar polêmica”. p. 12.

NOSSO TEMPO, n. 150, de 24 a 30/12/1984, “Favelas: Onde as pessoas não vivem, vegetam.”. p. 24.

NOSSO TEMPO, n. 200, de 23 a 30/12/1985, “Favelados prometem lutar contra despejo”. p. 11.

NOSSO TEMPO, n. 243, de 5/12/1986, “Vila União elege diretoria da Associação e não aceita Transferência para o Porto Meira”. p. 02.

NOSSO TEMPO, n. 257, de 24 a 30/12/1987, “Despejo de favelados no Jardim Jupira”. p. 15.

NOSSO TEMPO, n. 270, de 24/07/1987, “A Explosão Urbana de Foz do Iguaçu” p. 06.

NOSSO TEMPO, n. 271, de 31/07/1987, “Vendas de Áreas verdes do Município.”. p. 16.

NOSSO TEMPO, n. 302, de 25/03/1988 a 03/04/1988, “Quem vender casa no Perfilurb III será punido”. p. 33.

Documentos Oficiais

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FOZ DO IGUAÇU. Ata das reuniões extraordinárias da Câmara de Vereadores. 7º Reunião Ordinária, do 2º ano, da 7º legislatura. 11 de outubro de 1974. p.83.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FOZ DO IGUAÇU. Ata das reuniões extraordinárias da Câmara de Vereadores. 2º Reunião Ordinária, do 3º ano, da 7º legislatura. 07 de abril de 1975. p.95.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FOZ DO IGUAÇU. Ata das reuniões extraordinárias da Câmara de Vereadores. 8º Reunião Ordinária, do 1º ano, da 8º legislatura. 09 de novembro de 1977. p.104.

IBGE. Biblioteca. Coleção Digital/ Publicações Disponíveis. Censo Agropecuário, PR: 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 2006.

IPARDES. Balanço do Mercado de Trabalho de Foz do Iguaçu. Relatório II. Abril/1984.

ITAIPU BINACIONAL. Ofício à Câmara de Vereadores. 19/05/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Alternativas para a cidade de Foz do Iguaçu após o “ciclo de Itaipu”. 1980.

PREFEITURA Municipal de Foz do Iguaçu. Cronologia Histórica do Município. Disponível em:
<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/%3Bjsessionid%3D0abd35b355d24fe78246fabcf6?idMenu=1009> Visto em: 13/06/2015.

PREFEITURA Municipal de Foz do Iguaçu. Relação de Loteamentos aprovados nos últimos 10 (dez) anos (1965-1975).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Relatório estatístico do desenvolvimento de Foz do Iguaçu. Período 1974/1978. 1978.

SECRETARIA Municipal de Agricultura de Foz do Iguaçu. Levantamento interno de dados. 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, P. O Mercado de solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres nas grandes metrópoles: notas para delimitar um objeto de estudo para a América Latina. **Revista ANAIS**. v. 11. 2005.

AGOSTINHO, A. T. **A charge**. 330 f. Tese (Doutorado em Artes) – Departamento de Comunicação e Artes, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1993.

ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A; MACIEL, L. A. **Outras histórias: memórias e linguagens**. 1. ed. São Paulo: Olho D'Água, 2006.

BATALHA, C. M; SILVA, F. T; FORTES, A. (orgs.) **Culturas de classe**. Campinas, Unicamp, 2004.

BOSI, A. P. **Reforma urbana e luta de classes: Uberabinha (1888 a 1922)**. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. História e narrativa fotográfica: o caso de -Migrant Mother-, de Dorothea Lange. **História da Historiografia**, v. 1, p. 159-173, 2016.

BRITO, J. M. de. **Descoberta de Foz do Iguassú e fundação da colônia militar**. Tezza Editores. Foz do Iguaçu – PR. 2005.

CARDIN, E. G. **A expansão do capital e as dinâmicas da fronteira**. Tese de doutorado, Araraquara, São Paulo 2010.

CARDOSO, H. H. P. Narrativas de um candango em Brasília. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 163-180, 2004 .

CATTA, L. E. **A Face da desordem: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira**. (1964-1992) - São Paulo: Blucher acadêmico, 2009.

CHALHOUB, S; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 11-50, 2009.

CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** Sobre história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

CRUZ, H. de F; PEIXOTO, M R.C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

CUNICO, J. M. **Viver e trabalhar no campo:** produção agropecuária, relações de trabalho e tensões no Extremo Oeste paranaense, 1970-2012. Dissertação (Mestrado em História), Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE. 2012.

CYRILLO, G. B. MORADO NASCIMENTO, D. Mercado imobiliário informal e seus mecanismos de operação. In: PPLA 2010: **Seminário Política e Planejamento**, 2, 2010. Curitiba: Ambiens, 2010.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENGELS, F. **A Questão da habitação.** Belo Horizonte: Aldeia Global Editora. 1979.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.

FERREIRA, L. V. P. Menores desamparados da proclamação da república ao Estado Novo. **Revista Virtú.** Ed. 7. UFJF. 2008.

GAPRIOTTI, N. V. **Três Ensaio sobre a economia urbana e mercados de habitação em São Paulo.** Tese (Doutorado em Economia). 139p. São Paulo: USP. 2010.

GASPAR, L. E. **Na Luta por Moradia:** Movimentos de ocupações urbanas em Foz do Iguaçu – Paraná (2012-2013). 2014. 71 p. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

GONZALES, E. **Memórias que narram a cidade:** experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu. Ano de obtenção: 2005. Dissertação (Mestrado em História) São Paulo: PUC, 2005.

GRAZIA, G. de. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. In: RIBEIRO, L. C. Q; CARDOSO, A. L. (org.). **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.

HARVEY, D. **Ciudades rebeldes**: del derecho de la ciudad a la revolución urbana. Madri, Espanha: Gráfica Varona. 2014.

HOBBSBAWM, E. J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JESUS, R. P. De “Vila Operária” a bairro dos trabalhadores: processo de constituição do bairro Vila “C” – 1977 a 2008. 138p. Dissertação (Mestrado em História) Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2009.

LIMA, P **Foz do Iguaçu no contexto da história**. Foz do Iguaçu, PR: Ed. Do Autor, 2010.

_____. **Foz do Iguaçu e a sua história**. Serzegraf: Foz do Iguaçu. 2001.

MANARIN, O. **Peões da barragem**. Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991. 157p. Dissertação (Mestrado em História) Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2008.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. 7. ed. São Paulo: Atual, 1997.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MATTOS, M. B. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MEDEIROS, L. S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses**: os comunistas e a constituição de classes no campo. 1995. 295f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas.

MELO, A. B. C. de. **Políticas Públicas e Habitação Popular**: Continuidade e Ruptura 1979-1988. Dissertação de Mestrado, Pernambuco, UFPE, 1989.

MORAIS, S. P. **Empobrecimento e “inclusão social”**: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia – MG (1980-2004). Tese (doutorado em História) São Paulo: PUC. 2007.

MOREIRA, V. J. **História da avicultura no Oeste do Paraná**: trabalhadores e o processo industrial de produção de frangos (1970-2013). Relatório (pós-doutorado em História), Campinas: UNICAMP. 2014.

MUNAKATA, K. O Lugar do Movimento Operário. **História e Perspectivas**. Uberlândia (43). 2010.

MYSKIW, A. M. **Colonos, posseiros e grileiros**: conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66). Ano de obtenção: 2002. Dissertação (Mestrado em História) UNIOESTE/UFF, 2002.

PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, vol. 3, nº 6, p. 129-149, 1983.

PEREIRA, M. C. C. **Trabalho, moradia e cidade**: lutas de trabalhadores no pouso frio de Toledo (décadas de 1950 - 1990). Ano de obtenção: 2016. Dissertação (Mestrado em História) Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2016.

PETUBA, R. M. S. **Pelo direito à cidade**: experiências de luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir- Uberlândia (1990-2000). Ano de obtenção: 2001. Dissertação (Mestrado em História) Uberlândia: UFU, 2001.

PORTELLI, A. O melhor limpa-latas da cidade: a vida e os tempos de Valtério Peppoloni, trabalhador. In: Alessandro Portelli, Ensaio e História Oral. **Letra e Voz**, 2010.

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev.1997.

PRIORI, A. **O levante dos posseiros**: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. Maringá: EDUEM, 2011.

RIBEIRO, D. G. **Metamorfoses na cidade**: tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu. 266p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Toledo: UNIOESTE, 2015.

RIBEIRO, L. C. de Q, PECHMAN. R. M..**O que é questão da moradia**. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense. 1985.

ROLNIK. R **A Cidade e a lei** - legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1997.

ROSA, T. T. Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. **33º Encontro Anual da ANPOCS (Anais)**, Caxambu-MG. 2009.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SCHIMMELPFENG, O. **Retrospectos iguaçuenses**: narrativas históricas de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu :Tezza, 1990.

SCHMITT, J. V. **Os atingidos por Itaipu**: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Dissertação (Mestrado em História) Marechal Cândido Rondon: Unioeste. 2008.

SOUZA, A. D. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu**: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). 218f. Tese (Doutorado em História Econômica) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SOUZA, J. C. **Na Luta por Habitação**: a construção de novos valores. São Paulo: EDUC, 1995.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TELLES, V. S. **A Cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

THAUMATURGO, L. R. YA. **Expansão urbana e o crescimento populacional em áreas do entorno de grandes reservatórios: o caso de Foz do Iguaçu** - Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, 2012. Mapa Adaptado da planta de zoneamento do município fornecida pela PMFI (2010).

THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa**. 2: a maldição de Adão. 2º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 188-189.

_____. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?”. In: **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Crítica, 1979.

WILLIAMS. R. Dominante, Residual, Emergente. In: **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WISSENBACH. T. C. **A cidade e o mercado imobiliário**: uma análise da incorporação residencial paulistana entre 1922 e 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). 142p. São Paulo: USP. 2008.